



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA-PPGEHIST
MESTRADO PROFISSIONAL**

VIVIANE ALICE DE OLIVEIRA

**A HISTÓRIA QUE SE ENSINA E SE APRENDE NAS COMEMORAÇÕES
ESCOLARES EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM XINGUARA – PA:
FESTA JUNINA, DIA DA INDEPENDÊNCIA E DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.**

ARAGUAÍNA – TO
2018

VIVIANE ALICE DE OLIVEIRA

**A HISTÓRIA QUE SE ENSINA E SE APRENDE NAS COMEMORAÇÕES
ESCOLARES EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM XINGUARA – PA:
FESTA JUNINA, DIA DA INDEPENDÊNCIA E DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História (ProfHistória), Núcleo da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Vasni de Almeida

ARAGUAÍNA – TO

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

O48h Oliveira, Viviane Alice de .

A História que se ensina e se aprende nas comemorações escolares em escolas de educação básica em Xinguara – PA: festa junina, dia da independência e dia da consciência negra . / Viviane Alice de Oliveira. – Araguaína, TO, 2018.

119 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Ensino de História, 2018.

Orientador: Vasni de Almeida

1. Ensino de História. 2. Comemorações escolares. 3. Currículo. 4. Aprendizagem Histórica. I. Título

CDD 980

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VIVIANE ALICE DE OLIVEIRA

A HISTÓRIA QUE SE ENSINA E SE APRENDE NAS COMEMORAÇÕES
ESCOLARES EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM XINGUARA – PA:
FESTA JUNINA, DIA DA INDEPENDÊNCIA E DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História (ProfHistória), Núcleo da Universidade Federal do Tocantins. Foi avaliada para a obtenção do título de Mestre em e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela banca examinadora.

Aprovada em 28/08/2018

Banca examinadora



Prof. Dr. Vasni de Almeida (UFT - Orientador)



Prof. Dr. Luís Reznik (UERJ)



Prof. Dr. Cleube Alves da Silva (UFT)

ARAGUAÍNA – TO

2018

Dedico este trabalho à minha filha Alícia,
sem você nada disso seria possível!

AGRADECIMENTOS

Estas páginas não contemplariam todos os agradecimentos a serem feitos a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para que este trabalho viesse a acontecer. No entanto, relembro alguns nomes que estiveram presentes nesse percurso.

Inicialmente, meus sinceros agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Vasni de Almeida, que acolheu meu trabalho com seu profissionalismo ímpar, ajudando com suas orientações, sempre esclarecedoras e seguras. Minha gratidão por orientar com cautela e prontidão nos momentos de maior inquietação.

Agradeço aos colegas da minha turma, que se tornaram amigos ao longo do caminho, trocando ideias, conversas e colaborando na construção desse processo trabalhoso que foi esse mestrado.

Não poderia esquecer aqueles que contribuíram para que essa pesquisa se consolidasse e me conduziram no acesso as fontes. Na Secretaria Municipal de Educação, sempre atenciosas e prestativas, Jariciane e Verônica, nas escolas, diretores Jânio e Neuza, coordenadora Neciene, professores Jalles, Cincinato e Liliane. Agradeço muito a todos aqueles que pertencem às comunidades escolares pesquisadas, pois sempre fui recebida por todos com grande gentileza. Além de todos esses, tenho uma gratidão imensa a todos os alunos que falaram comigo durante a pesquisa e àqueles que responderam aos questionários, trazendo uma riqueza de informações a esta pesquisa.

Por fim, agradeço imensamente, com amor, à minha família, ao meu marido Ademar, que tornou tudo mais fácil, com sua disposição em ajudar, aos meus filhos, que puderam entender os momentos de ausência, à minha mãe, sempre ajudando de perto, pai e irmão, enfim, a todos vocês que inspiram-me, escutam-me, alegam-me e incentivam-me. Obrigada por ocuparem um lugar especial em minha vida e me levarem a acreditar que posso, sempre, passar pelas adversidades.

*“Pode existir festa sem escola, mas
escola sem festa é difícil de encontrar”.*

Martha Abreu

RESUMO

A abordagem sobre as comemorações escolares desenvolvidas no Ensino Básico da cidade de Xinguara, no Estado do Pará, a saber: **Festa Junina, Dia da Independência e Dia da Consciência Negra**, apresenta-se como instrumentos e oportunidades para o ensino e aprendizagem em História. Nossa intenção foi a de apresentar as relações entre tais comemorações e o currículo ensinado em sala de aula, ou seja, em que medida ocorre o conhecimento histórico para além dos conteúdos nos programas e planos dessa disciplina. Por meio de anotações no caderno de campo, de entrevistas com professores de História e da aplicação de questionários aos alunos, verifica-se como, e até que ponto, as comemorações analisadas permitiram o aprendizado em História. As fontes da pesquisa foram analisadas na perspectiva da cultura escolar, nos termos propostos por Dominique Julia, André Chervel e Antonio Viñao Frago. Na dissertação, além das análises consideradas pertinentes aos professores e alunos, apresentamos uma proposta metodológica de Ensino de História relacionado a essa temática, refletindo sobre os usos das comemorações integradas ao currículo, pois verificou-se que estas, além de momentos de descontração e de sociabilidade, se mostram ambientes profícuos para a produção do conhecimento histórico. Discorremos, ainda, sobre a apresentação de um minicurso proposto aos professores da Educação Básica de Xinguara, oportunizando aos docentes discussões sobre a aprendizagem histórica a partir dos resultados obtidos na pesquisa.

Palavras-chave: Ensino de História. Comemorações. Currículo. Aprendizagem Histórica.

ABSTRACT

The approach to school commemorations developed in the Elementary school of the town of Xinguara, in the State of Pará, namely: **Festa Junina, Dia da Independência e Dia da Consciência Negra**, are presented as an instrumented and opportunities for teaching and learning History. Our intention was to present the relationships between such commemorations and the curriculum taught in the classroom, that is, to what extent occurs the historical knowledge beyond the content of the programmes and plans of this discipline. Through the notes in the notebook of field, interviews with teachers of history and of the application of questionnaires to students, we seek to ascertain how and to what extent the celebrations analyzed allowed the learning in History. The sources of research were reviewed from the perspective of the school culture, in accordance with what is proposed by Dominique Julia, André Chervel and Antonio Viñao Frago. In the dissertation, in addition to the analyses considered relevant to teachers and students, we present a methodological proposal of teaching of History related to this issue, reflecting on the uses of the celebrations integrated to the curriculum, since it that these, in addition to moments of relaxation and sociability, there are fruitful environments for the production of historical knowledge. We still speak about the presentation of a short course proposed for teachers of Basic Education of Xinguara, giving to these teachers discussions about the historical learning based on the results obtained in the research.

Keywords: Teaching History. Celebrations. Curriculum. Historical Learning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Estado do Pará	22
Figura 2 – Mapa do município de Xinguara	22
Figura 3 – Mapa do município de Xinguara e seus limites com cidades vizinhas	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Idade e gênero dos alunos	38
Tabela 2: Formas de participação na festa junina	38
Tabela 3: Motivação para participação na festa	39
Tabela 4: Significado da festa junina para o aluno	39
Tabela 5: Participação dos alunos nas decisões e organização da festa junina	40
Tabela 6: O aprendizado histórico na festa junina	42
Tabela 7: O aprendizado em História na festa junina anterior	43
Tabela 8: Possibilidades de aprender História na festa junina	44
Tabela 9: Idade e gênero dos alunos	58
Tabela 10: Forma de participação na caminhada cívica	58
Tabela 11: Motivação para participação na festa	59
Tabela 12: Relação da caminhada cívica com o cotidiano e sua representação	60
Tabela 13: Participação dos alunos nas decisões e organização da caminhada cívica	61
Tabela 14: O aprendizado histórico em caminhadas cívicas que participou	62
Tabela 15: Possibilidades de aprender História na Caminhada Cívica	63
Tabela 16: Idade e gênero dos alunos	76
Tabela 17: Quantidade e forma de participação no Dia da Consciência Negra ..	76
Tabela 18: Motivação para participação na festa	77
Tabela 19: Relação do Dia da Consciência Negra com o cotidiano e seu significado	79
Tabela 20: Representação da comemoração para os alunos	80
Tabela 21: Participação dos alunos nas decisões e organização do Dia da Consciência Negra	82
Tabela 22: O aprendizado histórico no Dia da Consciência Negra	83
Tabela 23: Possibilidades de aprender História na comemoração do Dia da Consciência Negra	85

LISTA DE SIGLAS

EEEM	Escola Estadual de Ensino Médio
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEDUC	Secretaria de Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNIANHANGUERA	Universidade Anhanguera
UNIP	Universidade Paulista
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: FESTA JUNINA NA EMEF HENRIQUE FRANCISCO RAMOS.....	21
1.1 O município de Xinguara	21
1.2. Festas e comemorações escolares como objetos de estudos e seus usos no ensino de História	23
1.3 Festas juninas na escola: cultura, mediação, sociabilidades e possibilidades de ensino de História.	29
1.4 A festa junina na escola Henrique Francisco Ramos.....	34
CAPÍTULO 2: A COMOMERAÇÃO DO DIA DA INDEPENDÊNCIA NA ESCOLA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	46
2.1 A constituição histórica do Dia da Independência	46
2.2 O Dia da Independência no contexto das comemorações escolares republicanas	49
2.3 A Caminhada Cívica na escola Tancredo de Almeida Neves.....	54
CAPÍTULO 3: A COMEMORAÇÃO DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA ESCOLA DOM LUIS DE MOURA PALHA.....	65
3.1 O Dia da Consciência Negra como luta política dos movimentos negros.....	65
3.2 A preparação e as apresentações da comemoração do Dia da Consciência Negra na EEEM Dom Luiz de Moura Palha	72
3.3 A comemoração e sua relação com a realidade do aluno e com o Ensino de História.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
APÊNDICES	102
ANEXOS	108

INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado sobre comemorações escolares tem como objetivo investigar as possibilidades de ensino e aprendizagem histórica nas comemorações em três escolas de Ensino Básico da cidade de Xinguara, no Estado do Pará, ocorridas em 2017. Nossa atenção recai sobre três comemorações: Festa Junina, comemorada na EMEF¹ Henrique Francisco Ramos, no dia 10 de junho de 2017; Dia da Independência, comemorado pela EMEF Tancredo de Almeida Neves, no dia 7 de setembro de 2017; e Dia da Consciência Negra, comemorado pela EEEM² Dom Luiz de Moura Palha, no dia 1º de dezembro de 2017. Tais datas constam no calendário escolar organizado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED)³ e nas programações das escolas atendidas por ela. Não entendemos aqui as comemorações de forma segmentada, a de natureza cultural (a festividade junina) e as de natureza política (o Dia da Independência e o Dia da Consciência Negra), pois, compreendemos que os elementos culturais e políticos se inter-relacionam, dado que na primeira estão presentes os interesses políticos e nas duas outras estão representadas as manifestações culturais.

Durante os últimos seis anos lecionando em turmas do Ensino Médio, na rede pública do Estado do Pará, percebi o quanto as comemorações estão presentes no cotidiano das escolas e o quanto os professores, alunos e comunidade escolar, nas mais diversas comemorações tem dispendido tempo se dedicando a elas. Inquietada com o papel dessas comemorações na aprendizagem histórica tomamos esse tema como o objeto de estudo no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. A proposta é evidenciar as comemorações em escolas de Ensino Básico e seu caráter didático e histórico, partindo da ideia de que nessas comemorações há mais do que momentos de alegria e descontração, elas são eivadas de momentos privilegiados para aprendizagem de conteúdos e conhecimentos históricos.

¹ Escola Municipal de Ensino Fundamental, utilizaremos estas siglas ao longo do trabalho.

² Escola Estadual de Ensino Médio.

³ A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) atende o município de Xinguara, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, compreendendo 13 escolas urbanas, 05 creches e 08 escolas rurais. O Ensino Médio é de responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC).

Ao escolhermos a Festa Junina, o Dia da Independência e Dia da Consciência Negra, nossa intenção foi verificar as possibilidades de aprendizado histórico em comemorações de diferentes constituições, sejam elas religiosas, políticas ou culturais, bem como em diferentes escolas⁴. Entendemos, de acordo com Cândido (2007), que as festas têm significados diversos para diferentes sociedades, desde manifestações da felicidade coletiva, homenagens, rituais de passagem do tempo, até a reconstrução do imaginário político e social dos cidadãos, como no caso das festas cívicas. Assim, as comemorações escolares possuem outros objetivos além da celebração, e nossa intenção foi perceber se nessas comemorações os objetivos alcançados estão relacionados ao aprendizado em História.

A condução da pesquisa realizou-se amparada em leituras de teóricos que se ocuparam da cultura escolar, como Dominique Julia (2001) e André Chervel (1990). Os conceitos desenvolvidos por esses dois autores são de fundamental importância em um estudo como esse, pois entendemos as comemorações como expressão da cultura escolar. A composição do calendário escolar e suas comemorações trazem consigo uma historicidade que diz muito sobre a sociedade em que a escola está inserida, sendo de suma importância a análise feita sobre as nuances que permeiam sua organização e sua execução.

É nessa perspectiva que utilizamos a cultura escolar como categoria de análise. Na perspectiva de Julia (2001), a cultura escolar se traduz na possibilidade de visão de conjunto das práticas escolares organizadas em um determinado período e local. Cultura escolar seria então [...] “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos”. (JULIA, 2001, p. 09).

André Chervel (1990) estuda as disciplinas escolares como objetos integrantes da cultura da escola, e que estas servem a determinadas finalidades educativas em determinado momento histórico, não estando ligadas apenas aos indivíduos que frequentam escolas, mas penetrando e modificando a sociedade.

Muito mais do que se ater às políticas educacionais oficiais, a cultura escolar permite a abordagem educacional por meio de práticas escolares específicas.

⁴ O calendário comemorativo oscila entre as escolas municipais, procuramos pesquisar aquelas escolas que atendiam ao Ensino Fundamental II, que compreende 6º ao 9º ano e uma escola do Ensino Médio.

(JULIA, 2001). Privilegiando as normas e finalidades que regem as escolas, o papel do educador e de sua formação, e também dos conteúdos ensinados, a cultura escolar traz a possibilidade de compreender a especificidade escolar em sua relação com os fatores externos a ela. A cultura escolar indica os limites do possível e do impossível de uma dada prática educacional. Ela informa a apropriação de modelos institucionais pelos agentes educacionais e as diferentes formas de tratamento do que é culturalmente constituído. (JULIA, 2001). Nessa mesma linha, Viñao Frago afirma:

[...] a cultura escolar recobre as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias, existindo tantas acepções de cultura escolar quantas forem as instituições de ensino. (1996, apud CÂNDIDO, 2007, p. 19).

Para pensarmos as comemorações escolares, é importante nos atermos a diferentes elaborações sobre o conceito de cultura escolar, pois conforme explica Cândido (2007):

Assim como as disciplinas, as festas são recriadas em diferentes momentos no contexto escolar. As normas, leis e regulamentos sobre as comemorações, por exemplo, são apropriados de diferentes formas e transformados em práticas distintas pelos atores escolares: pelo diretor, que quer uma bela festa para “sua escola”, ser notícia nos principais jornais da região; para os inspetores, que muitas vezes contestam o potencial educativo da festa e por outro lado a concebem como o atestado do bom desempenho escolar; pelos professores que veem a festa como mais uma tarefa a ser cumprida dentre tantas após a reforma; pelos alunos, que percebem na festa um momento de reconhecimento social e entre seus pares; pela sociedade, que em geral fica empolgada com festejos escolares e sofre a influência de seu potencial educativo. (CÂNDIDO, 2007, p. 19).

Reconhecemos, dessa forma, que as comemorações escolares estão entre os elementos constitutivos da cultura escolar. Muitas questões podem ser suscitadas quando debruçamos sobre comemorações integradas ao Ensino de História. Qual o sentido histórico de tais datas em relação à História de vida dos alunos? Os alunos se sentem integrantes ativos das comemorações? O que tais comemorações representam para eles? As comemorações, na perspectiva histórica, são assumidas com conformismo ou são problematizadas?

Entendemos que as comemorações são práticas sociais, políticas, culturais e religiosas, podendo apontar para a própria história dos sujeitos nelas envolvidos. No caso das comemorações escolares, esses sujeitos são os professores, alunos e

demais servidores. O que almejamos na pesquisa é verificar se as comemorações encontram sentidos e significados históricos entre os que dela participam.

Nesse sentido, buscamos averiguar se as comemorações acontecem apenas como eventos isolados ou se elas também se traduzem em momentos de ensino e aprendizagem em História. Ao diagnosticar as relações existentes entre as comemorações e o currículo de História ensinado, buscamos verificar ainda, nesse processo, em que medida ocorre o aprendizado histórico. Buscamos apontar a possibilidade de pensar essas atividades escolares como integrantes do ensino e não uma simples interferência estratégica das secretarias municipal e estadual de educação. Por isso, nosso olhar sobre as comemorações recai sobre as táticas de professores e alunos, e não apenas sobre as estratégias oficiais⁵.

Com essa intenção, realizamos pesquisas documentais na SEMED para averiguar como as comemorações são escolhidas e quais as orientações e justificativas para suas realizações. Assim, analisamos um corpus documental composto pelo calendário escolar de 2017⁶, por projetos escolares e outros materiais que revelam a historicidade das comemorações nas escolas que as promoveram, fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Acompanhamos, ainda, a organização de cada uma dessas comemorações, desde as primeiras reuniões para a discussão dos temas até a sua execução, registrando esses momentos no caderno de campo. Para a compreensão das possibilidades de ensino, entrevistamos três professores⁷ de História, um de cada escola que selecionamos. Para a utilização da metodologia de entrevistas, seguimos o que Alberti (2013) entende como História Oral:

[...] é um método de pesquisa (histórica, antropológica e sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. (ALBERTI, 2013, p. 24).

⁵ Desse modo, analisamos as práticas ordinárias no interior das escolas, práticas escolares, ou seja, as táticas de professores e alunos, frente às estratégias políticas oficiais em relação às comemorações. De acordo com a perspectiva de Certeau (1998) onde as estratégias pertencem ao lugar próprio “[...] postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade [...]” (1998, p. 99), e que, e as táticas pertencem ao lugar praticado, “[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”. (1998, p. 101).

⁶ Este calendário enviado às escolas pela SEMED é geral, ou seja, é igual para todas as escolas municipais. Nele contém as comemorações e suas respectivas datas, porém as escolas têm flexibilidade em relação a algumas delas, Festas Juninas e Consciência Negra, por exemplo, no Dia da Independência todas as escolas devem participar (informações coletadas na SEMED e descritas no caderno de campo da pesquisadora).

⁷Essas entrevistas são analisadas nos capítulos 1, 2 e 3 e foram anotadas no caderno de campo e autorizadas pelos professores.

Todavia, ressaltamos que esse procedimento não é central na pesquisa, daí não propormos um debate denso sobre os usos da História Oral. As entrevistas são apenas parte de um conjunto de informações que colhemos para discorrer sobre nosso objeto. Nas entrevistas com os professores de História, nos atinamos para a percepção desse profissional sobre as relações das comemorações escolares e o ensino promovido em sala de aula, com um roteiro com questões direcionadas para sua prática em sala de aula, bem como para a relação entre conteúdos curriculares e as comemorações.

Para a percepção do aprendizado histórico dos alunos, aplicamos questionários logo após serem realizadas as comemorações. Os questionários foram aplicados em duas turmas de 9º ano do Ensino Fundamental II, das EMEF Henrique Francisco Ramos e Tancredo de Almeida Neves, e para o 3º ano de Ensino Médio⁸ da EEEM Dom Luiz de Moura Palha, sendo que a escolha das turmas partiu do pressuposto de que turmas do 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio estão há mais tempo nas duas modalidades de ensino, o que facilitou a manifestação das memórias de outras comemorações. Isso porque, segundo Tonholo (2013, p. 08), “as datas comemorativas revestem-se de significados porque estão relacionados diretamente com o lugar o qual o aluno vive”. Com os questionários, tencionamos verificar se esses perceberam a relação entre o aprendizado em História e a História vivenciada nas comemorações e a que memórias elas remetem. Para analisar as respostas, elaboramos tabelas, para, a partir disso, discorrermos sobre a percepção e aprendizagem histórica relacionada às comemorações.

No acompanhamento às comemorações⁹, nas entrevistas e nos questionários aplicados buscamos verificar se o envolvimento dos professores de História e de alunos na organização e execução dessas comemorações sinalizam para o aprendizado em História. Tentamos perceber se nessas ações há espaços para o ensino e aprendizagem numa perspectiva crítica, participativa e inclusiva, ou se as comemorações apenas reforçam modelos tradicionais de festividades, onde

⁸ As três turmas pesquisadas possuíam de 20 a 30 alunos. Os nomes dos alunos nos questionários são fictícios, para que fossem preservadas suas identidades.

⁹ O acompanhamento feito durante a pesquisa empírica, que teve início no dia 07 de março de 2017 e finalizada com o minicurso ministrado no dia 16 de maio de 2018, foi devidamente registrado no caderno de campo da pesquisadora e algumas páginas se encontram em anexo a esta pesquisa.

professores e alunos apenas cumprem tarefas já preestabelecidas, baseadas nas formalidades institucionais, sem interação com o ensino oferecido.

Buscamos indicar até que ponto temas interligados, como democracia, cidadania e autonomia interagem na promoção e organização das comemorações, partindo da premissa de que as comemorações escolares são eventos culturais e políticos, portanto, eivados de intenções que precisam ser refletidas historicamente. Na trilha de Ferreira (1997, p. 158), entendemos que as “comemorações ocupam um lugar central no universo político contemporâneo [...] Tanto quanto podem revelar ou tentar apagar tensões e conflitos”.

Para o desenvolvimento desta dissertação foram importantes as reflexões teóricas que tiveram como foco as comemorações escolares. Considerações de diversos autores que se ocuparam das comemorações escolares foram percorridas com o intuito de problematizar nosso objeto de pesquisa. Algumas obras nos guiaram na compreensão da relação ensino e os conhecimentos oriundos de outros saberes que não o currículo específico de História. (FONSECA, 2009). Nesse sentido, Fonseca afirma que:

[...] o ensinar e o aprender História não é algo externo, a ser proposto e difundido com uma metodologia específica, mas sim algo a ser construído no diálogo, na experiência cotidiana, em um trabalho que valorize a diversidade e a complexidade de forma ativa e crítica [...] A escola e as aulas de História são lugares de memória, da história recente, imediata e distante. (2009, p. 125).

Partindo de problematizações feitas pela autora, percebemos a importância de os docentes proporem para as comemorações atividades que possam contribuir diretamente com a produção de conhecimento histórico em sala de aula. Isso permite que professores e alunos possam, a partir de conhecimentos históricos específicos, encontrar nas aulas de história conteúdos e discussões que os coloquem em contato com sua própria história, de sua família e de sua comunidade. Um ensino de História voltado para a experiência do aluno não pode se restringir às abordagens econômicas e políticas, ou outra forma totalizante de compreensão histórica.

As comemorações fazem parte do cotidiano escolar e podem enriquecer o aprendizado. Tonholo (2013), em estudo que faz uma análise de como as escolas trabalham as datas comemorativas e o esforço empreendido por elas percebeu que, em muitos casos, não há um planejamento necessário, ou uma reflexão sobre as finalidades de certas comemorações. Dado que há uma transmissão de hábitos e

costumes que perpassam os anos, os calendários são pouco modificados e não apresentam a interferência dos sujeitos em suas ações escolares. Para a autora, as escolas deveriam refletir sobre a continuidade de algumas dessas comemorações no sentido de que elas possam não só contribuir com o aprendizado, mas, também, estarem diretamente ligadas ao lugar onde o aluno vive, mesmo porque, “[...] a escola é um lugar de construção de saberes cujo objetivo principal é levar todos os alunos a aprenderem cada vez mais e melhor”. (TONHOLO, 2012, p. 183). Portanto, as comemorações escolhidas deveriam atender a realidade das escolas e do aluno, já que elas têm autonomia para pensar os temas que mais se identificam com seus alunos.

A realidade do aluno é, muitas vezes, influenciada por práticas culturais, tais como os costumes regionais, as musicalidades, as expressões corporais, as festas e as comemorações. Nas práticas culturais há o envolvimento do professor e do aluno, e nelas se manifestam formas de aprender e de ensinar. É nesse sentido que propomos compreender o ensino de História nessas três escolas da cidade de Xinguara, privilegiando as datas comemorativas como possibilidades de aprendizado histórico e, no mesmo movimento, indagando como esse aprendizado leva em consideração as memórias religiosas, cívicas e culturais dos professores e alunos. Em nosso entendimento, ainda que essas comemorações sejam nacionais, os sujeitos envolvidos nelas, em uma determinada região, agem e reagem a elas segundo as memórias deixadas por outras experiências, lugares e tempo.

Para a realização da pesquisa partimos da hipótese, fundada em nossa própria prática docente no cotidiano escolar, que as comemorações não encontram, de forma suficiente, o lugar de ensino e aprendizagem no cotidiano da sala de aula. Como ocorre em quase todos os universos escolares pesquisados, o cotidiano do ensino de História na sala aula segue o ritmo proposto pelo currículo contido nos materiais didáticos adotados. As comemorações, sejam elas políticas, religiosas ou culturais interferem pouco no currículo, ocupando lugar apenas paralelo, ou seja, próximo às comemorações, o conteúdo de História ensinado é interrompido e os preparativos para as comemorações tomam o tempo na sala de aula. Reflexões teóricas e metodológicas dentro da disciplina de História, que possibilitem conhecimentos históricos significativos a partir da comemoração de acontecimentos entendidos como importantes, ainda estão ausentes do currículo.

As reflexões acerca das comemorações escolares foram organizadas neste trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo, analisamos a Festa Junina organizada pela escola Henrique Francisco Ramos, no qual tecemos considerações sobre suas potencialidades. Enfatizamos discussões teóricas sobre a origem dessa comemoração e analisamos o planejamento e execução da mesma no ano de 2017. Elaboramos tabelas com as respostas dos alunos aos questionários aplicados logo após o evento, bem como discorremos sobre as entrevistas realizadas com os professores.

No segundo capítulo contextualizamos o histórico do Dia da Independência, da sua data de comemoração nacional até sua inserção no calendário escolar. Analisamos esse dia enquanto comemoração escolar na cidade de Xinguara, onde é chamada de Caminhada Cívica. Descrevemos o acompanhamento feito na EMEF Tancredo de Almeida Neves e seus desdobramentos como possibilidades de ensino de História. Os questionários aplicados aos alunos foram tabulados e analisados.

No terceiro capítulo analisamos o Dia da Consciência Negra, o que fizemos versando sobre sua História e origem na luta dos movimentos sociais até a implantação da Lei 10639/03, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", destacando seus progressos e limites quando da composição do calendário escolar. Analisamos a comemoração na EEEM Dom Luiz de Moura Palha, e sua possibilidade de aprendizado histórico. Ocupamo-nos, ainda, da entrevista feita com a professora dessa escola e das respostas dos alunos aos questionários.

Nas considerações finais procuramos demonstrar até que ponto as comemorações escolares analisadas neste estudo se apresentaram como integrantes da aprendizagem em História, bem como descrevemos o Minicurso sobre Comemorações Escolares, que oferecemos aos professores e gestores de escolas públicas de Xinguara, com o apoio da SEMED. No minicurso discutimos as contribuições que a disciplina História pode oferecer na organização das comemorações escolares. Acreditamos ter contribuído na apresentação de nossa pesquisa, com uma reflexão que possa ter as comemorações como integrantes dos currículos, e não apenas como atividades paralelas ao ensino.

1: FESTA JUNINA NA EMEF HENRIQUE FRANCISCO RAMOS

1.1 O município de Xinguara

Ao debruçarmos sobre a Festa Junina na escola Henrique Francisco Ramos, no município de Xinguara – PA, buscamos compreender os seus significados, e, principalmente, saber sobre sua importância no âmbito escolar, bem como para o aprendizado histórico do aluno. Com esse objetivo, acompanhamos a sua organização na escola, da sua preparação à realização do evento. Antes de tratarmos da festa em si, discorreremos brevemente sobre a cidade de Xinguara.

Denominada *Entroncamento*, no início de seu povoamento¹⁰, pois se situava no cruzamento das rodovias PA 150 e 279, e, posteriormente, Xinguara, nome oriundo da junção dos nomes dos rios Xingu e Araguaia¹¹. A cidade teve sua emancipação política e administrativa em 13 de maio de 1982, tendo recebido migrantes de todas as regiões do país em busca de terras férteis para agricultura e pecuária, sendo popularmente conhecida, na atualidade, pelos seus cidadãos, como Capital do boi gordo¹², possuindo dois grandes frigoríficos que produzem e exportam uma grande quantidade de carnes para vários países.

Em 2010, contava com 40. 573 habitantes¹³, sendo que em 2017 conta com população estimada em 43.530 pessoas. Sua densidade demográfica é de 10, 74 (hab/km²). O município faz parte da microrregião de Redenção, limitando-se ao Norte com os municípios de Canaã dos Carajás e Curionópolis, ao Sul com o município de Rio Maria, a Leste com o município de Piçarra e Rio Araguaia (TO) e a Oeste com os municípios de Água Azul do Norte e Ourilândia do Norte. Situa-se a 629 km (em linha reta) ao Sul de Belém, capital do Estado do Pará.

¹⁰ Segundo o site da Prefeitura Municipal: <http://www.xinguara.pa.gov.br/historia-do-municipio-de-xinguara>, o início do povoamento se deu em 1973.

¹¹ O município de Xinguara faz parte da região denominada como *mesopotâmia paraense*, segundo o aventureiro e pesquisador paulista Hermano Ribeiro da Silva, que segundo Durães (2014), passou por Conceição do Araguaia em 1932. (DURÃES, 2014, p. 60).

¹² A imagem da placa da entrada da cidade se encontra em anexo.

¹³ IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/xinguara/panorama>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

Figura 1 – Mapa do Estado do Pará



Fonte:
https://www.researchgate.net/figure/311820618_Figura-01-Mapa-de-localizacao-do-municipio-de-Xinguara-Para

Figura 2 – Mapa do município de Xinguara



Fonte:
https://www.researchgate.net/figure/311820618_Figura-01-Mapa-de-localizacao-do-municipio-de-Xinguara-Para

Figura 3 – Mapa do município de Xinguara e seus limites com cidades vizinhas



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/311820618_Figura-01-Mapa-de-localizacao-do-municipio-de-Xinguara-Para

De acordo com Durães (2014), o surgimento e desenvolvimento da cidade se deu em função dos grandes projetos de expansão da Amazônia, empreendido pelos governos militares (1964 – 1985), razão que explica a formação da população ser basicamente de migrantes, principalmente goianos, mineiros, maranhenses e

piauienses, que foram influenciados pela forte publicidade desses governos ao difundirem que a região possuía grandes riquezas para serem exploradas.

Os projetos impulsionados pelos governos militares eram voltados para atividades madeireiras agropecuárias ou garimpeiras, com o desenvolvimento do município ancorado nos ciclos econômicos ligados a essas atividades. Para Durães, a ocupação humana do município “foi resultado de uma Frente de Expansão que teve início na década de 1960, a partir da cidade de Conceição do Araguaia, fundada no Sul do Pará pelos padres dominicanos no início do século XX”. (DURÃES, 2014, p. 58).

Dentre as atividades econômicas praticadas durante o período de ocupação e desenvolvimento da cidade, a pecuária se tornou predominante. A publicidade em torno do agronegócio transmite à população a ideia de progresso pautada na “Pata do Boi”, título de outra obra de Durães (2016), que analisa os impactos ambientais na região. Por outro lado, segundo o autor, a realidade socioeconômica da cidade se contrapõe a essa ideia, com a baixa qualidade de vida da população local reforçando seu argumento. Atualmente, a cidade possui, segundo o IBGE (2010), uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de 96,6%. Segundo a SEMED, o município atende a 13 escolas urbanas e oito escolas rurais do Ensino Fundamental e, também, cinco creches, em um total de 9.241 alunos matriculados em 2017. Possui, ainda, duas escolas estaduais de Ensino Médio, com um total de 1.140 alunos matriculados também nesse ano.

1.2. Festas e comemorações escolares como objetos de estudos e seus usos no ensino de História

O fato de tratarmos do ensino de História a partir de uma festa junina exige a leitura de estudos sobre o tema. Para tanto, elencamos algumas obras, teses e artigos que possibilitam conhecer os saberes permitidos sobre essas festas nas escolas para, sobretudo, elucidar se estas possibilitam o conhecimento histórico. Nossa intenção é discorrer sobre os conhecimentos históricos ensinados e aprendidos pelos professores e alunos, e o que se pode extrair dos conhecimentos e experiências em comemorações escolares para aprimorar o Ensino de História nas escolas.

De acordo com Cândido (2007), há uma quantidade significativa de estudos sobre o tema festas em diferentes áreas de conhecimento, como na antropologia e na sociologia. Porém, quanto aos estudos historiográficos, principalmente no âmbito da História da Educação e do Ensino de História, eles são escassos, o que nos leva a recorrer a outras áreas de investigação para tratar a temática. De acordo com Cândido (2007), apenas após o movimento dos 'Annales', a História se ocupou da busca pelos novos objetos, dialogando com outras disciplinas. Os estudos sobre o tema festas e comemorações se inserem nesse contexto de ampliação dos objetos para além dos temas políticos e econômicos. Assim, festas e comemorações escolares são relacionadas ao cotidiano e à cultura escolar.

As Festas Juninas que acontecem nas escolas têm seus contornos e contextos específicos, cumprindo com várias funções, entre elas, o divertimento, alegria, confraternização, dança, música, instrumento de avaliação e até mesmo arrecadação financeira para as escolas. Foram nesses elementos que procuramos verificar a presença ou a ausência do ensino e aprendizagem histórico, eixo da nossa pesquisa.

Conforme Cândido (2012), as comemorações, assim como outras atividades escolares, têm a função de ensino e de aprendizagem e, ainda que eivados de aspectos religiosos, constituem a cultura própria da escola. Mesmo seguindo as normas específicas que lhes são impostas, são impactadas pelas marcas da escola.

Ao assumir tal configuração, as festas realizadas no contexto educacional adquiriram status de educativas, afinal, tudo que passasse pela escola e fosse por ela organizada não poderia deixar de ter a sua marca distintiva. (CÂNDIDO, 2012, p. 24).

Ao se ater aos significados sobre o ato de festejar do brasileiro, Amaral (1998), discute os jargões do cotidiano, como o de que "no Brasil tudo acaba em festa". Para a autora, o termo festa pode significar que as pessoas não são punidas por seus erros e/ou também falta de seriedade com a pátria e seus costumes. Nessa compreensão, a festa pode se reduzir a um lugar onde se pode fugir e esquecer as regras ou condutas responsáveis.

Mas, posicionando as festas sob outro olhar, a autora as analisa como um forte elemento constitutivo do modo de vida brasileiro, ao ocuparem um espaço privilegiado em nossa cultura e expressando, desde o Período Colonial, significados particulares para aqueles que a acessa. A autora parte do pressuposto que a festa

não pode ser considerada como mera alienação, ou um distanciamento da realidade, mas como “mediação”.

É ainda o modo de se resolver, ao menos no plano simbólico, algumas das contradições da vida social, revelando-se como poderosa mediação entre estruturas econômicas, simbólicas e míticas e outras, aparentemente inconciliáveis. (AMARAL, 1998, p. 08).

Em nosso estudo, também nos ocupamos das potencialidades da festa, já que elas revelam uma prática docente, que sendo realizada de forma constante, pode mobilizar a comunidade em nível local e particular. As festas podem, ainda, ser consideradas como um projeto social, além de muitas vezes ser, também, uma fonte de recursos, devido à movimentação financeira que acontece em muitas delas.

Amaral (1998), ainda nos oferece uma análise de referência quanto à transformação pelas quais as festas pesquisadas¹⁴ passaram e a importância que as mesmas têm atualmente, tanto por sua dimensão cultural, quanto como modelo de ação popular e, até mesmo, como espetáculo turístico. Porém, a ênfase dada pela autora se dá pelo caráter de mediação que as festas operam. Por meio de aspectos lúdicos e mágicos, do culto aos santos católicos, do amor, da descontração, da irreverência, vão se construindo pontes que [...] “colocam em cena a história do povo contada sob seu ponto de vista”. (AMARAL, 1998, p. 274). A autora destaca o gosto e disposição do brasileiro pelas festas, lembrando que existe uma razão para que elas sejam tão queridas por todos: são nelas que as coisas se acabam, há muitos projetos e sonhos que começam se mostram e são vividos nas festas.

Partindo de abordagens mais gerais, tivemos a necessidade de estreitar considerações mais específicas sobre festas juninas, ou seja, para seus discursos e seus conceitos. Tais festas ganharam uma definição sistemática e pertinente no Dicionário de Datas da História do Brasil, organizado por Bittencourt (2012). No capítulo escrito por Almeida (2012) é relatada a tenacidade da Igreja Católica em unir a devoção por São João Batista ao rito pagão do solstício de verão celebrado na Europa e no Oriente Médio antes que o cristianismo se tornasse religião oficial do império. Com o intuito de cristianizar os ritos tradicionais pagãos, o calendário lunar judaico e o solar romano foram ajustados no Concílio de Niceia. Assim, a memória

¹⁴ A autora analisa cinco festas brasileiras, de acordo com a popularidade das mesmas em seus estados, são elas: a *Oktoberfest* em Blumenau, na região Sul; a festa de Nossa Senhora da Achirópita e festa de Peão de Boiadeiro de Barretos, no Sudeste; as Festas Juninas do Nordeste; a festa do Divino Espírito Santo, no Centro-oeste e o Círio de Nazaré, na região Norte.

da ressurreição de Cristo ficou unida ao calendário lunar de festas móveis (Carnaval, Semana Santa) tendo como eixo o domingo de Páscoa, que acontece na primavera, enquanto o Natal e São João aconteceriam no inverno e no verão no hemisfério norte. (ALMEIDA, 2012).

No Brasil, podemos denominar tais festas de ciclo junino, já que estão ligadas aos três santos católicos, Santo Antônio, São João e São Pedro, com seus festejos acontecendo no mês de junho. No texto de Almeida é relatada a História de São João Batista, salientando várias comemorações e edificações católicas que foram realizadas na Europa em sua reverência, como o batistério, natividade e sepultamento, a fim de impulsionar a devoção ao santo desde os anos 360 até as cruzadas. Portanto, as comemorações juninas cristãs, no Período Medieval, têm nas ordens religiosas a sua propulsão devocional. Salienta-se que na Península Ibérica era comum se cultuar São João, com festas onde havia luxuosos torneios que deram origem às cavalhadas atuais, que em muito influenciaram essa festa no Brasil.

A festa se associa também à colheita do milho. Os rituais e danças em torno das fogueiras se associavam ao ritual indígena da coivara, ademais, as aproximações (de caráter sexual) entre portugueses brancos e índios, acontecidas com frequência nessas festas, trouxeram uma conotação sexual de maternidade e fecundidade. Além do que, as fogueiras de São João complementavam as relações sociais, como o compadrio, o casamento e batismo, sendo sempre sinônimo de alegria, além de sua capacidade de afirmar, atualizar e instituir tradições. (ALMEIDA, 2012).

Moraes Filho (2002) faz uma descrição cuidadosa das Festas de São João no Brasil Colonial. O autor descreve detalhes de como as tradições de origem da festa foram ressignificadas nos festejos brasileiros, tais como o momento das histórias de infância contadas pelas avós, que acontecem na véspera (dia 23 de junho), as leituras dos livros de sorte, os fogos que encantavam tanto crianças como adultos, as comidas típicas e até as simpatias que eram realizadas nesse dia.

O autor delinea os comportamentos dos senhores, dos escravos, dos encontros amorosos e políticos que aconteciam nessas festas, sobre a importância das fogueiras, enfim, uma teia de detalhes que envolvem, tanto na cidade quanto nas fazendas, povos diferentes e classes sociais distintas. O autor reproduz em sua escrita o universo místico religioso que permeava essa festa e o quanto ela era um

evento importante na vida dos cidadãos no Brasil Colonial como meio de diversão e entretenimento, e, também, de ritos religiosos. (MORAIS FILHO, 2002).

Ainda acerca das festas juninas, Chianca (2007a), faz um apanhado antropológico desses festejos em Natal (RN), destacando as ressignificações feitas pelas festas brasileiras contemporâneas à sua origem pagã europeia, salientando as relações entre as festas populares e a vida cotidiana, indicando as reapropriações regionais acerca dessas festas. A autora aborda as festas do “ciclo junino”, que compreendem os dias de Santo Antônio, no dia 12, até o dia 29, dia de São Pedro, sendo o dia de São João em 24 de junho. Ressalta que a festa de São João é uma festa coletiva e também familiar, para além da conotação religiosa que sempre a acompanhou. Destaca que esta festa foi trazida para a Colônia no século XIV pelos padres jesuítas, tendo uma boa aceitação desde o início devido a seus fogos e fogueiras se assemelharem aos rituais indígenas em torno do fogo, alternando sempre momentos de devoção e diversão.

A autora não trata da origem solsticial como objeto de estudo, mas atenta para uma característica voltada à fecundidade, aos ritos pagãos em torno do fogo, rito esse que a Igreja Católica tentou sem sucesso dissociar das Festas Juninas. Assim como Almeida (2012) e Moraes Filho (2002), a autora também ressalta a função da festa como um elo entre os jesuítas e os indígenas, verificadas em práticas corporais em torno do fogo, na música e na dança. Essas festas traziam tanto novidade quanto alegria. Já no espaço urbano, os fogos de artifício e as fogueiras tinham uma função social de aproximar pessoas de classes diferentes em um ambiente comum.

Entre as características das festas juninas destacadas pela autora estão a prática do compadrio, na qual os pais de uma criança se unem a um casal para um batismo na fogueira, com o casal convidado se tornando então os padrinhos da criança. Assim, os dois casais compadres formam uma relação de “parentesco espiritual”, de natureza especificamente cristã. As ‘bandeiras’ ou estandartes também são práticas da festa, que se configuram em tecidos bordados em homenagens aos santos, e são carregadas em procissões de diversas festas de santo, inclusive de São João. Há também os ‘mastros’¹⁵ ou ‘paus’ de santo que,

¹⁵ Sobre os mastros, a obra *Datas Comemorativas Cívicas e Históricas*, organizada por Jacinta Cericato, trata de sua origem relacionada ao nascimento de São João, onde sua mãe Isabel, prima da virgem Maria, prometeu avisá-la assim que a criança nascesse. Dessa forma, mandou erguer na porta de sua casa um mastro e ascendeu uma fogueira para iluminá-lo, conforme havia combinado.

geralmente, são erigidos no local onde serão realizadas as orações e novenas até a véspera do dia do Santo. Os mastros são fixos e enfeitados com adereços que os representam e, em alguns casos, também são colocadas frutas no topo, porém, no dia do Santo, o 'pau de santo' dava lugar ao 'pau de sebo', onde havia brincadeiras e disputas para quem conseguisse subir. Para a autora, "enquanto as bandeiras e estandartes marcam a festa católica, a sua contrapartida laica seriam os paus de santo". (CHIANCA, 2007a, p. 67).

A autora destaca, ainda, entre os rituais dessas festas, o casamento junino, que carrega características caipiras em seus personagens e são considerados espetáculos cômicos da cultura popular. Segundo a autora, esses casamentos representam complexidades culturais, de ordem social, como diferença de classes sociais, fecundidade, honra e ordem, entretanto, sustentam também uma conotação mítica, e são encenados durante as quadrilhas¹⁶. Muitas práticas citadas pela autora, como o casamento junino, ainda persistem nas festas atuais, com algumas adaptações, no caso das festas escolares, em virtude do espaço e do tempo, as danças de quadrilha quase sempre se desenvolvem a partir das cenas do casamento. E quanto ao compadrio, ainda pode ser observado apenas em algumas festividades rurais remanescentes das festas religiosas. (CHIANCA, 2007a).

Castro (2012) diferencia as festas de rememoração e as de entretenimento, as primeiras são aquelas que mantêm um forte vínculo com o passado, enquanto as outras têm a finalidade de promover o lazer, a diversão, ou apenas celebra algo do presente. Para este autor, as festas juninas contemporâneas oscilam entre as duas acepções. Segundo ele, as festas juninas são originadas de áreas rurais, representando certa distribuição espacial pontual. Há os encontros familiares e repetitivos e há aqueles ao redor das fogueiras. O autor destaca o fluxo dessas festas, onde as pessoas se deslocam para outras residências para dançar, degustar, beber, entre outros costumes. Assim, as festas atuais reinventaram alguns desses antigos costumes ao passo que foram urbanizadas.

Para Castro (2012), as festas juninas no passado eram realizadas nas casas, em família, com a fogueira simbolizando que naquela casa se comemorava o São

¹⁶ A quadrilha é uma dança considerada herança do folclore francês, acrescida de influências portuguesas, vinda para o Brasil com a corte portuguesa, considerada grande dança dos palácios do século XIX, reinterpretada pelo povo e popularizada, as quadrilhas foram vinculadas às Festas Juninas brasileiras e reinventadas, apresentando muitas variações. (AMARAL, 1998, p. 180).

João, portanto, estaria aberta tanto para amigos dos familiares quanto para visitantes. A casa era um espaço afetivo e de acolhimento, muito importante para a celebração do São João no passado, ao o passar do tempo, a urbanização tornou inviável, com a pavimentação asfáltica, a maioria dos moradores abandonou a prática de ascender fogueiras.

O autor ainda cita que as casas e os trajetos que antes compunham parte importante dos festejos juninos não possuem mais significados para essas festas. Com a urbanização, a espetacularização e o grande fluxo de turistas, os moradores não encontram mais nos festejos o simbolismo dos trajetos e casas, a familiaridade de antes, tornando-se até um não-lugar para parte de seus habitantes. (CASTRO, 2012, p. 62).

1.3 Festas juninas na escola: cultura, mediação, sociabilidades e possibilidades de ensino de História.

Campos (2007) questiona como as festas juninas foram incorporadas ao currículo escolar e se estas ainda podem ser classificadas como eventos de cultura popular ou se atendem à indústria cultural. Fazendo um breve histórico sobre festividades juninas, com suas origens pagãs na Idade Antiga e sua cristianização na Idade Média, o autor atribui a elas as comemorações dos três santos: Santo Antônio, São Pedro e São João. Afirma, ainda, que tais comemorações remontam ao século XVI, quando foram trazidas pelos portugueses e logo se associaram às festas locais. O autor ressalta o caráter de festividade rural da festa, que foi perdendo espaço em razão da urbanização. Pesquisando as festas juninas na cidade de São Paulo, no início do século XX, relata que as fogueiras eram acesas em muitas casas da cidade, sempre incorporando os detalhes caipiras. Porém, com o processo de urbanização, as festas juninas sofreram transformações, com a devoção religiosa perdendo sua importância, muito em razão de sua migração para clubes. A partir de meados da década de 1970, foram introduzidas nas escolas paulistas, aparecendo no currículo a partir da introdução da Lei n. 5.692/71¹⁷. (CAMPOS, 2007, p. 592).

¹⁷ Segundo o autor, a partir da introdução da “Lei 5.693/71, essas festividades passaram a fazer parte do planejamento da escola e, por consequência, do próprio currículo, aparecendo como atividade prevista no calendário escolar”. (CAMPOS, 2007, p. 592).

De acordo com o autor, nas escolas as festas juninas foram perdendo a conotação religiosa, se transformando numa festividade mais laica e ressignificada de acordo com as características urbanas. Foram introduzidos elementos que as acompanham até os dias atuais, como uma ação visando arrecadação financeira para os projetos escolares, dado aos escassos recursos para esse fim, enviado pelos governos estaduais e municipais. Todavia, ressalta o autor, há ainda algumas características religiosas presentes, mesmo que de forma adaptada. Entre elas estão o “casamento na roça”, que por vezes é realizado por um padre, as imagens de santos do catolicismo pendurados nos mastros e as rezas que iniciam algumas festividades. Ao se ater aos contrapontos do mundo rural e urbano presentes nas festas juninas, o autor ressalta algumas formas de preconceito mantidas nas festas escolares. A partir de considerações de Jaime de Almeida e José de Souza Martins, sinaliza para a trajetória negativa da vida caipira citando Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, personagem que cria o estereótipo do trabalhador rural como preguiçoso e conformado. (CAMPOS, 2007).

O exagero da representação do caipira como matuto acontece nas festas juninas escolares de forma caricata e pejorativa. Chianca (2007b) lembra que essa caracterização do trabalhador rural pode gerar desconforto na escola, visto que há entre os alunos aqueles que ainda vivem na zona rural¹⁸. Dessa forma, podemos perceber o preconceito não apenas com um caipira do passado, mas com o contemporâneo também.

Campos (2007) ressalta que pesquisas acadêmicas sobre o modo de vida caipira têm sido transformadas por pesquisas que procuram se desviar da narrativa de Monteiro Lobato. Tais pesquisas procuram ultrapassar os estereótipos sobre as culturas caipiras, dando destaque ao multiculturalismo e o diálogo entre culturas. O autor questiona os motivos dessas mudanças não terem acontecido nas festividades juninas das escolas de educação básica. A resposta dada então seria que, ou as escolas não têm conhecimento das pesquisas produzidas nas academias, o que levantaria a questão de o conhecimento acadêmico estar desvinculado dos currículos escolares, ou que as festas juninas escolares se tornaram então um produto que atenderia às necessidades do mercado. As caricaturas de uma caipira do passado atenderiam, dessa forma, aos apelos dessa indústria. Campos reitera que:

¹⁸ Muitos alunos da zona rural atualmente estudam nas cidades e tem o benefício do transporte oferecido pelo governo municipal. (Informação obtida em entrevista com o diretor da referida escola).

Enquanto a manifestação da cultura popular autêntica – como as festas juninas nascidas do próprio povo, a exemplo das que eram realizadas antigamente, por motivos religiosos – tem, entre outras funções, a de integrar o grupo social que a promove e, assim, resolver muitos de seus problemas, a indústria cultural, ao contrário, pode levar a uma forma de alienação, uma vez que propicia a possibilidade de se fugir da realidade. (2007, p. 602).

Para este autor, as festas juninas, atendendo aos interesses da indústria cultural, distanciaram-se de suas origens religiosas, das músicas que eram tocadas por violeiros e sanfoneiros, que foram substituídas por aparelhos eletrônicos que tocam músicas da indústria cultural, como “sertanejo brega”. As músicas dos arrastapés não estão mais presentes no repertório das festas juninas; os produtos expostos em barracas são expostos com fins lucrativos, e nem sempre representam as comidas típicas caipiras, tornando-as estranhas à sua própria comunidade, se desligando como manifestações festivas tradicionais e se ajustando às exigências dos novos tempos. (CAMPOS, 2007).

Compreendemos, todavia, que as festividades juninas atuais não se restringem a atender aos apelos do mercado e do turismo. Transformadas e ressignificadas, elas se traduzem também em espaços de sociabilidades. Nesse sentido, Morigi (2002) trata tais festas na perspectiva do hibridismo cultural. Para o autor, as festas juninas constituem uma teia entre o imaginário coletivo e seus laços simbólicos, permitindo fluir as identidades regionais e a cultura local. O autor chega a essa conclusão ao analisar as narrativas publicitárias, midiáticas e iconográficas, para tecer o que chama de tecido cultural híbrido. As narrativas publicitárias, ao venderem a festa junina de Campina Grande, PB, como produto mercadológico cultural, para atrair e conquistar o turista, acaba por fazer circular a ideia de conexão entre o passado e o presente no campo do lazer, diversão e descontração. Assim, [...] “Campina Grande tem cheiro de fogueira, sabor de milho e ritmo de forró”. (MORIGI, 2002, p. 254). A narrativa midiática, portanto, é o veículo da publicidade que cria, com antecedência, expectativas, ao divulgar as novidades e as atrações, criando um clima de festa e estabelecendo um novo imaginário distante daquele cotidiano marcado por imagens e acontecimentos trágicos e doloridos, mostrando o lado festeiro atrativo e alegre. Já a narrativa iconográfica, ajuda no processo de mediação das significações, tornando os discursos anteriores verdadeiros no imaginário social. Sendo assim, a festa junina, para o autor, ultrapassa a ideia de um produto da indústria cultural mercadológico, ela o é, porém, também é um híbrido

cultural onde transpõe as fronteiras entre o sagrado e o profano, o presente e o passado, o rural e o urbano, a realidade e a ficção, entre outras. No hibridismo das festas juninas, constituem-se os espaços de sociabilidades.

Em outra obra, Morigi (2005) afirma que as festas juninas, mesmo perdendo sua constituição de rural, distanciando-se dos laços identitários locais para se transformar em mercadoria de consumo, adquirindo feições políticas e de espetáculo, ainda assim promovem mediações, permitindo que os sujeitos tenham noções de identidade regional e cultura local.

Na esteira de Morigi (2002, 2005), identificamos que as festas juninas escolares de Xinguara podem ser compreendidas como mediação entre muitos tempos, espaços e esferas sociais diferentes. Quando os alunos dançam juntos, preparam os objetos de decoração, ajudam na cozinha e em vários outros momentos da festa, promovem interações que encontram dificuldades de acontecerem no cotidiano da escola. Dessa forma, o festejo, ainda que permeado por disputas de memória, de poder e de consumo, consegue promover sociabilidades que em outros espaços escolares seriam menos prováveis.

As apropriações das festas juninas na disciplina de História permitem verificar os seus usos como forma de ensino, mesmo que não diretamente. E, ainda, os momentos de interação entre alunos são importantes para complementar o aprendizado em sala de aula. Lucena Filho (2009) salienta, ao estudar as apropriações simbólicas das festas juninas de Campina Grande, na Paraíba, que nessas festas se manifestam objetivos comunicacionais, mercadológicos e institucionais para empresas públicas e privadas. Todavia, o autor dispensa especial atenção aos simbolismos das imagens sobre as comidas típicas, ligando-as à alegria, renovação e gratidão, principalmente, relacionadas à colheita do milho no mês de junho, que fora plantado em março, no dia de São José. Nas comidas servidas nessas festas são encontrados traços culturais nordestinos, negros, indígenas e portugueses, ou seja, canjica, pamonha, milho cozido. Para o autor, nos pratos típicos juninos se encontram uma mistura de História brasileira e referências identitárias regionais, temas que são valiosos ao Ensino de História e podem ser trabalhados de diversas formas, tornando o currículo e o evento correlacionados.

Ao analisar os possíveis significados que as festas podem ter no universo escolar, Bencostta e Pereira (2006), destacam que as festas possuem papéis diferentes no processo de formação dos alunos, porém, participam de forma ativa

dele. Para os autores, estudar as festas nas escolas pode deslocar a aprendizagem por outro ângulo, para diferentes lentes. A partir de pesquisas sobre festividades nas escolas primárias de Curitiba, eles afirmam “que as festas celebradas pela escola foram experiências coletivas que se configuraram como fatos sociais não isolados do cotidiano dos alunos”. (BENCOSTTA; PEREIRA, 2006, p. 3866).

Analisando as festas e suas possibilidades de aprendizado histórico, Abreu (2003), afirma que as festas estariam entre as práticas que podem criar identidades socioculturais entre os grupos, devido aos intercâmbios múltiplos que propiciam. Para a autora, nas escolas, as festas possuem local de destaque. “Pode existir festa sem escola, mas escola sem festa é difícil de encontrar”. (ABREU, 2003, p. 14). Sendo assim, as festas se tornam possibilidades de ensino, com destaque à de São João, que é uma das mais difundidas, ainda que as festas atuais não condigam mais o seu formato de origem, restando apenas algumas comidas típicas, fogos e fogueiras. Porém, para a autora, é importante que na disciplina História sejam estudadas as mudanças verificadas nas religiosidades que envolvem os dias dos “santos”, nas quadrilhas, trajes caipiras, bandeirinhas, casamento na roça, enfim, seus próprios conflitos internos.

As festas pertencem à História e às lutas dos homens e mulheres de seu próprio tempo. Discutir os vários sentidos e possibilidades das festas, no passado e no presente; ou, ainda melhor, procurar identificar os sujeitos sociais que costumam estabelecer e divulgar certos significados das festas, recuperando, muitas vezes, os conflitos que se constroem em torno destas definições, são estratégias promissoras para começarmos a trabalhar com as festas nas escolas, e na História. (ABREU, 2003, p. 17).

As festas juninas escolares, ao serem estudadas em suas transformações no tempo, podem expressar muito sobre História. Podem expor narrativas de homens e mulheres do passado, no passado e no presente, de como as relações eram próximas entre as famílias e a vizinhança no meio rural, de como aconteciam as paixões, os casamentos, brigas, e até mesmo como era executado e distribuído o trabalho entre as pessoas da família. Assim como podem também expressar a influência do mundo rural na população urbana da qual fazem parte as escolas que as promovem.

De acordo com Campos (2007) e Chianca (2007b), é importante estar atendo, na disciplina História, ao se utilizar as festas juninas como possibilidade de ensino, ao diálogo entre os conceitos e os pré-conceitos, sendo de fundamental importância que os alunos tenham conhecimento, tanto do sentido da festa que se comemora

quanto do discurso que ela carrega, possibilitando a ampliação dos seus sentidos. Para os autores, é necessário mensurar o quanto a festividade junina na escola é conhecida, sendo importante verificar o tratamento dispensado pelos professores ao conhecimento sobre a festa como aspecto da cultura e tradição popular. É preciso indagar se a disciplina História possibilita aos alunos a possibilidade de encontrar mais sentido na comemoração, pois, o saber escolar tende a repetir práticas que não se conhece, o que pode fazer com que as comemorações se tornem meros adereços, tanto no espaço escolar como nos calendários.

1.4 A festa junina na escola Henrique Francisco Ramos

A EMEF Henrique Francisco Ramos está localizada na parte central da cidade de Xinguara. Possuía, em 2017, em torno de 800 alunos frequentes, divididos em 25 turmas nos períodos matutino, vespertino e noturno, do Ensino Fundamental I e II, e duas turmas da EJA, no noturno. A escola atende alunos de vários bairros da cidade, bem como alunos de classes sociais distintas, como filhos de comerciantes, funcionários públicos, funcionários do comércio em geral, além dos filhos de camponeses, que moram na zona urbana e rural.

Ao acompanharmos a organização da Festa Junina nessa escola verificamos que ela carrega muitos dos traços destacados pelos autores que discutimos até aqui. Direção, professores e alunos tentam construir e reconstruir tradições enquanto adequam o espetáculo e o ambiente ao público. Entre suas características podemos ressaltar a sua organização anual, com um dia do mês de junho sendo escolhido como forma a assegurar uma maior participação da comunidade escolar. Próximo à realização da festa são ensaiados vários grupos de dança de quadrilha. Os preparativos são iniciados com antecedência, como a confecção de roupas e decoração, por exemplo. No dia da festa, alunos, professores e funcionários em geral passam o dia na escola, preparando entre outros detalhes, a decoração e as comidas típicas que serão servidas. Os dançarinos preparam seus trajes e caracterizações, bem como todo o aparato necessário para a sonorização adequada. Ocupam-se da organização de barracas com jogos e brinquedos (que

foram arrecadados anteriormente para servir como brindes) e da estrutura adequada para participantes e espectadores¹⁹.

Os fogos de artifício e as fogueiras não são mais acesos, isto porque, segundo relatos dos organizadores, representam perigo aos participantes que são, em sua maioria, adolescentes. Há uma numerosa participação da comunidade do entorno, e, quanto à comunidade escolar, todos participam de alguma forma, se não participam do evento, ao menos participa de sua preparação. É cobrado um valor pela entrada na festa, as pessoas se divertem com as barraquinhas de jogos, compram as comidas típicas²⁰, como canjica, pipoca, cocada, e, logo, as quadrilhas iniciam, ao som de forrós nordestinos, dentre outras músicas.

Entre as danças realizadas na escola, no ano de 2017, foram sete ao todo, uma delas exhibe, de modo distinto, a quadrilha de salão, que, segundo o professor organizador, traz características de quadrilhas de Belém e do Ceará. Nela, as roupas são confeccionadas em cetim, tornando-as mais sofisticadas, os passos têm traços de dança de salão misturados, em alguns momentos, com passos tradicionais²¹. Essas quadrilhas são estilizadas, as quais, segundo Chianca (2007b), só apareceram a partir da década de 1990, e se traduzem como uma nova forma de representar a pessoa do campo, com mais luxo, seja nos tecidos, adereços e nas preparações em geral. Porém, as quadrilhas tradicionais ainda são a maioria na festa. Entre as quadrilhas tradicionais que se apresentaram na escola foram encenados os rituais do “casamento da roça”, que habitualmente narra um casamento caipira. As roupas seguem o estilo caipira, bem colorido, e a narração é orientada por frases comuns como: “olha o pai da moça”, “a ponte quebrou, é mentira”, entre outros.

O que podemos perceber, na trilha das considerações de Chianca (2007b), é que o festejo deseja revisitar o passado. Nesse evento, roupas de pais e avôs são recuperadas, com isso, o urbano e o caipira se opõem. Além da maneira de vestir, os gestos moralmente diferentes são revividos. Os excessos nas vestimentas representam, não raras vezes, e de forma caricata e pejorativa, os modos de vida considerados rurais. Mas as festas juninas revelam, também, lugar de reafirmação

¹⁹ As informações expostas foram coletadas durante a observação feita na festa junina da escola citada e registradas no caderno de campo da pesquisadora.

²⁰ São também servidas algumas comidas que não são típicas, como bolo de chocolate, pizzas entre outros.

²¹ Algumas fotografias da quadrilha nesta escola, bem como a quadrilha de salão, se encontram em anexo.

identitária dos migrantes de origem rural, ou seja, a festa junina seria ainda um momento de se afirmar com alegria e orgulho as origens rurais da localidade.

Durante a observação que fizemos da festa percebemos a tentativa de revisitar o passado, seja na representação do caipira, nas roupas, comidas, no modo de falar ou em um espaço florido de cores vibrantes, que traz para a escola durante a preparação e, também, durante a festa um clima de alegria e descontração, onde a comunidade escolar, mesmo que desenvolvendo um trabalho muitas vezes cansativo, se diverte bastante. A festa acontece anualmente e tem como principal objetivo a arrecadação financeira, pois as escolas contam com o dinheiro arrecadado para dar sustentação a vários projetos, como a compra de alguns materiais e ainda ajudar em outras comemorações²².

Segundo informações obtidas junto ao diretor dessa escola, a preparação para a festa é iniciada no mês de abril. Nesse momento já se delineiam como será o cronograma, com as tarefas sendo divididos entre professores e demais servidores e transmitidas aos alunos em sala de aula. Das aulas de 50 minutos são reduzidos cinco em cada uma, a partir do mês de maio, para que no final de cada turno tenham tempo para a confecção de materiais e também para os ensaios das quadrilhas. Os alunos, juntamente com os professores, decidem quais deles irão dançar, e começam a preparar suas fantasias²³. Os alunos que não desejam participar das danças de quadrilha podem escolher outras formas de participação, como na preparação e decoração da festa, limpeza, auxílio na cozinha. Para aqueles que não desejam e não podem²⁴ participar em nenhum desses momentos, a opção pode ser a de fazer doações de ingredientes para as comidas típicas que serão vendidas por outros durante a festa.

Os alunos acabam participando de alguma forma, e a principal motivação seria, segundo entrevista com Jales José Pires Filho²⁵, professor de História desta escola, a pontuação oferecida. Ou seja, a todos os participantes são atribuídos, pela participação, 1,0 (um) ponto extra²⁶ em cada disciplina, no bimestre em que ocorre a

²² Informações obtidas junto ao diretor da EMEF Henrique Francisco Ramos, Janio Rodrigues Coelho. Informações registradas no caderno de campo da pesquisadora.

²³ Os alunos e pais são responsáveis pela confecção e pagamento das fantasias.

²⁴ A festa junina vem de uma tradição católica, dessa forma, alunos e professores evangélicos não participam diretamente da festa.

²⁵ Entrevista realizada com o professor Jales José Pires Filho em 1º/jun./2017. O professor declara que atua na rede municipal de Xinguara há mais de dez anos, possui formação em História pela Universidade Estadual de Goiás, UEG, na cidade de Itapuranga – Goiás.

²⁶ A pontuação extra, segundo o professor entrevistado, significa que 1,0 (um) ponto será atribuído além das notas de trabalhos e avaliações que somam 10,0 (dez) pontos.

festa, no entanto, há também aqueles alunos que sempre participam dos eventos sem que tenham um interesse específico. Ademais, durante a tarde da preparação da festa, foi observada a presença de vários ex-alunos, que já estão no Ensino Médio, mas vêm à escola para ajudar e participar, o que nos leva a acreditar no potencial socializador dessa festa na escola, contrapondo a ideia de que os alunos participam principalmente pela pontuação.

O professor entrevistado menciona que durante as aulas faz uma breve exposição sobre o tema comemorações, em seu sentido geral. Quanto à sua percepção da festa junina, afirma “ter um sentido de consumo de cunho exibicionista, o evento não gera muito aprendizado, são realizados muitos trabalhos, muito tempo é gasto e muito lixo é deixado pra traz”. (PIRES FILHO, 2017). O professor também menciona que a SEMED faz muitos pequenos eventos durante o ano e que não seria possível cumprir com o currículo da disciplina de História se fossem incluídos nas aulas todos os temas dos eventos. E ainda acrescenta que, em outras festividades, como a gincana, ele intervém diretamente ajudando nas músicas, paródias e apresentações, pois, como músico, tem mais facilidade nessa área.

Quanto aos alunos, observamos que, os participam da dança de quadrilha ou das preparações no dia da festa, o fazem com muito entusiasmo, estão sempre alegres, fazendo brincadeiras o tempo todo, interagindo com todos, a observação nos traz a impressão de que a festa elimina as posições hierárquicas que existem na escola, e que, nesses momentos, todos se sentem pertencentes à escola.

Para além da observação, aplicamos um questionário para os alunos do 9º ano “A” da escola, na semana seguinte à realização da festa, contendo doze questões a respeito de suas participações e quanto ao que aprendem com elas. Foram aplicados 30 questionários e todos foram respondidos. No dia da aplicação, nos apresentamos aos alunos e explicamos o tipo de pesquisa que estávamos realizando²⁷, bem como informamos sobre o conteúdo das questões. Em seguida, os questionários foram distribuídos, respondidos e recolhidos entre 30 e 35 minutos após a entrega. Os preenchimentos ocorreram acompanhados de alguns comentários, brincadeiras e risos sobre situações ocorridas durante a festa.

²⁷ Houve uma apresentação da professora pesquisadora, embora muitos alunos já conheçam devido a presença nos ensaios, na preparação e na festa.

Para a análise das respostas dos alunos, apresentaremos algumas tabelas de acordo com as perguntas do questionário aplicado, a começar pela idade e gênero dos alunos.

Tabela 1: Idade e gênero dos alunos

	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos
○ Meninos	02	07	02	02
○ Meninas		11	03	03

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Verifica-se que as idades dos alunos da turma estão de acordo com o parecer CNE/CEB nº 7, de 19 de abril de 2007. Esse parecer aponta que os alunos do Ensino Fundamental nesta fase devem ter entre 11 a 14 anos.

Tabela 2: Formas de participação na festa junina²⁸

	Formas de participação na festa junina
○ Dançando quadrilha.	06
○ Contribuindo com ingredientes para as comidas típicas.	22

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Verifica-se que a minoria participou nas danças de quadrilhas, porém, a maioria optou por doar os ingredientes necessários para as comidas típicas. A doação de ingredientes é a forma mais fácil de participar e assegurar a pontuação oferecida, conforme indicou o professor de História em entrevista anotada no caderno de campo. Há que se levar em consideração que para participar das quadrilhas há um processo de seleção, na qual nem todos estão aptos a participar. Outros não participam porque suas denominações religiosas condenam essa atividade.

²⁸ Dois alunos não participaram da festa junina, portanto analisaremos 28 respostas.

Tabela 3: Motivação para participação na festa

Qual a motivação para participar da Festa junina	
○ Ajudar a escola	04
○ Diversão	06
○ Ponto extra	18

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Observa-se que a dança em si não aparece como grande atrativo para a participação dos alunos na festa. Lembremos das interdições religiosas e dos custos das vestimentas para a apresentação nas quadrilhas. No entanto, uma quantidade razoável de alunos participa da festa com a intenção de ajudar na escola, pois sabem da necessidade de custear a participação de alunos e professores em outros projetos escolares.

A participação motivada pela busca de diversão ganha destaque na tabela. Como observamos nas considerações de Castro (2012), a festa junina, além de ser um espaço de preservação da memória, proporciona entretenimento. Para esses alunos, o evento traz a possibilidade de se divertirem, de encontrarem seus colegas em um ambiente descontraído, tornando a festa um espaço de sociabilidade. Já a participação motivada pela aquisição de ponto extra na disciplina História é o que chama mais atenção. Essa prática, comum a todas as disciplinas escolares, pode residir em duas razões: na facilidade em convencer o aluno em participar e na instituição escola como espaço de sociabilidade e aprendizagem, mas também de disciplinarização de hábitos ligados às compensações.

Tabela 4: Significado da Festa junina para o aluno

Qual o significado da Festa junina para o aluno e família, e o que ela representa para ele.	
○ Homenagem à São João.	03
○ Conhecer e encontrar pessoas.	01
○ É comemorativo e é bom ver dança, alegria e união.	03

○ É costume a família dançar.	01
○ Não tem significado para o aluno.	19
○ Sair mais cedo por causa dos ensaios	01

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Significados como homenagens religiosas, encontrar pessoas, gosto da família pela dança aparecem de forma tímida na tabela, o que muda um pouco quando se trata dos significados da festa como ambiente de alegria e lazer. A festa, assim, configura-se como um espaço de sociabilidade, como indicamos anteriormente. No entanto, o que emerge fortemente é quantidade de alunos que não visualizam significados na festa, o que nos leva, mais uma vez, a destacar que essa ausência de significado, em muito, reside no fato de a festa representar os santos do catolicismo, Santo Antônio, São João e São Pedro. Os alunos evangélicos, dado os ensinamentos que recebem nas famílias e nas suas respectivas igrejas, tendem a ser refratários aos aspectos religiosos católicos. O mesmo acontece com as quadrilhas, já que as roupas e músicas utilizadas representam a adesão às práticas “mundanas”. Esse discurso e visão de mundo estão presentes, principalmente, nas igrejas pentecostais, a quais muitos alunos frequentam.

Tabela 5: Participação dos alunos nas decisões e organização da festa junina.

	A escola permite que você escolha a festa que deseja organizar? Por quê?
○ Não, eles sempre organizam sozinhos, nós apenas participamos.	14
○ Não, escolhem sem a opinião dos alunos. Não há reuniões para falarmos disso.	05
○ Não, porque é muito difícil	06

organizar e arrumar tudo;	
poderia ter tumulto.	
○ Não, porque a secretaria organiza tudo e tem que seguir o calendário	01
○ Não, nós nunca pedimos pra escolher.	01
○ Não, porque a única palavra que vale na escola é dos professores e diretor.	01

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Das respostas dadas, três merecem destaque: as duas sobre a participação na escolha, as opiniões dos alunos sobre a festa e, outra, sobre a dificuldade dos alunos na sua organização. Sobre a não participação dos alunos na escolha da festa, destacamos no início do capítulo que o calendário de festas das escolas municipais é definido pela SEMED, somente após essa definição é que as escolas podem decidir sobre algumas festas pontuais, como a festa junina. As escolas podem ou não organizá-las, dependendo da realidade da escola, da estrutura necessária, da adesão de pais de alunos, professores e dos próprios alunos. Sendo a Festa Junina uma opção, nada impediria que os alunos fossem consultados se pretendiam esse tipo de festa ou outra. Pelas respostas dadas, essa consulta não foi feita aos alunos, eles foram apenas informados e instados a participarem. Essa prática pode levar a outra situação, verificada na dificuldade dos alunos em assumirem a organização do festejo. Se não são consultados e chamados a decidirem, não se cria a autonomia necessária para vencer as dificuldades de organização. De qualquer forma, a cultura escolar, na perspectiva de Julia (2001), vai revelando como as práticas escolares se dão no interior das escolas. Esse cotidiano é, ainda, corroborado em respostas como “a secretaria organiza tudo”; “a palavra que vale é a do diretor e a do professor”. Aqui, verifica-se que o ensino como processo de construção da autonomia do aluno padece.

Outro conjunto de perguntas foi direcionado às questões relativas às possibilidades de aprendizado em História na festa junina. Vejamos.

Tabela 6: O aprendizado histórico na festa junina

O que você aprende em História tem relação com a Festa junina que participou?	
○ Não.	10
○ Não, não aprendi nada em história	04
○ Não, falaram na aula de educação física	01
○ Não vejo relação nenhuma	07
○ Não, estudamos mais sobre guerras e lutas, reis e dinastias, independência.	02
○ Sim, comemora São João e a colheita do milho	01
○ Sim, aprendemos um pouco da cultura local.	01
○ Sim, músicas, danças, cultura, tradições, roupas e povos caipiras.	02

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Os resultados obtidos nessa questão refletem uma realidade que deve ser muito questionada pela comunidade escolar, pois, apenas quatro alunos conseguiram estabelecer alguma relação entre o que aprenderam nas aulas de História e o que é comemorado. A maioria relata não ver relação entre a festa e o conteúdo, o que remete às respostas da questão anterior. O aluno não consegue encontrar significado no que está se comemorando.

Fazendo uma conexão das respostas com a entrevista do professor e com a observação que realizamos na escola, verificamos a permanência da disciplina de História como um saber relacionado ao passado, à cronologia histórica e, principalmente, aos conteúdos chamados oficiais. Os professores encontram muitas dificuldades de ensinar assuntos que fogem dos conteúdos impostos pelos currículos. Há uma grande dificuldade em conectar os currículos aos saberes que cercam o cotidiano das escolas. Considerações como as de Abreu (2003), de que as

festas pertencem à História e podem se traduzir em possibilidades de ensino, encontram dificuldades de serem assumidas. Rüsen (2010, p. 116) afirma que o aprendizado histórico ocorre a partir das histórias vividas pelo aluno no cotidiano familiar, social, religioso e que a “[...] interpretação humana do mundo e de si possuem sempre elementos históricos específicos”. Dessa forma, a festa junina, dado o simbolismo que ela oferece, poderia ser um fio a conduzir a temáticas gerais e regionais.

Ao verificar se o aprendizado em História a partir da Festa Junina ocorreu em outros tempos, as respostas não mudaram muito em relação à tabela anterior.

Tabela 7: O aprendizado em História na festa junina anterior

	Na festa junina de anos anteriores você aprendeu alguma coisa em História?
○ Não.	15
○ Não me lembro.	03
○ Não aprendi nada em História.	04
○ Sim.	02
○ Sim, é uma homenagem a São João.	01
○ Sim, aprendi sobre danças, comidas típicas, roupas e fogueiras.	03

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

A maioria das respostas aponta, de forma categórica, que nada a respeito da temática festa junina aprenderam em História. São 22 respostas nesse sentido. Mesmo relativizando, pois assim como o professor não consegue se desvencilhar da História como conteúdo cronológico e disciplina do passado, o aluno também não consegue. Na cultura escolar tradicional, a História é entendida como disciplina do livro e da memória, fora disso, há a impressão que não se aprende nada. Todavia, tratar a festa em sua historicidade ajudaria a mudar essa percepção dos alunos. Por outro lado, as respostas relacionadas aos aprendizados sobre comidas típicas,

danças, roupas, fogueiras e a homenagem a São João revelam a abertura do ensino de História às novas abordagens.

Indagamos ainda aos alunos se é possível aprender História por meio de uma festa.

Tabela 8: Possibilidades de aprender História na Festa Junina

	Em sua opinião é possível aprender História na Festa junina? Como?
○ Sim.	04
○ Sim, falando mais sobre isso nas aulas, sobre a origem.	08
○ Sim, pesquisando sobre o que é representado na festa.	01
○ Sim, nas comidas, histórias, roupas e fogueiras que representam o passado.	04
○ Sim, através das músicas que contam a História.	01
○ Sim, aprendemos um pouco do Nordeste caipira.	02
○ Não.	06
○ Não, pois são coisas diferentes.	02

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Pelas respostas dadas, ainda que uma grande quantidade tenha sido negativa, percebemos que o aluno considera ser possível aprender História a partir do festejo junino, desde que a festa seja explicada na perspectiva histórica. Para tanto, os alunos apontaram a necessidade de realizarem pesquisas sobre suas representações, sobre as comidas, vestimentas, músicas e regionalidades da cultura junina. O que alunos estão dizendo é que a História pode fazer uso das festas, desde que as abordagens históricas as levem em consideração e não apenas como ensino paralelo ou desvinculado dos currículos. A festa possui uma função pedagógica que deve ser explorada por meio de metodologias da História.

A Festa Junina é um momento considerado importante para a escola devido, principalmente, a contribuição financeira que ela traz, de modo que a comunidade escolar se sente feliz em participar. Porém, alunos e professores ainda tratam a festa como um evento distante do currículo ensinado em sala de aula. Professor e alunos assumem mais o valor econômico e de entretenimento da festa. Esses aspectos são importantes, porém ficam esmaecidas as muitas formas de contribuição desses momentos festivos, que poderiam, em muito, valorizar o ensino e a aprendizagem histórica.

2: A COMEMORAÇÃO DO DIA DA INDEPENDÊNCIA NA ESCOLA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

Nesse capítulo analisamos a Caminhada Cívica²⁹, que acontece no dia sete de setembro, em comemoração ao Dia da Independência do Brasil, na EMEF Tancredo de Almeida Neves. Acompanhamos, em 2017, a realização desse evento desde seu processo de organização até sua apresentação nas ruas da cidade de Xinguara.

Para analisarmos os significados de comemoração cívica em ambientes escolares, efetuamos leituras de obras que tratam do tema, com a intenção de compreender seus conceitos basilares e suas mudanças na educação escolar brasileira, a começar pela gênese do acontecimento de sete de setembro como elemento de constituição da nação.

2.1 A constituição histórica do Dia da Independência

Para Guimarães (2001, p. 28), o ‘Grito do Ipiranga’, “o enunciado que inaugura a nação brasileira”, é qualificado em nossa História oficial pela expressão ‘Independência ou morte’, que dilui a geografia e o tempo na afirmação do compromisso de D. Pedro de manter o Brasil fora do jugo português. Tal acontecimento remete a uma universalidade, a uma ideia de nação, que mesmo tendo ocorrido para uma classe social específica, foi acolhido como Dia da Independência pelos brasileiros.

Em *A Invenção do Sete de Setembro, 1822 – 1831* Kraay (2010) delinea a análise do acontecimento político que gestou tal comemoração, procurando refutar o axioma da independência brasileira ter acontecido no dia sete de setembro de 1822 e aclamada por Dom Pedro I às margens do Ipiranga, em São Paulo. O autor evidencia que naquele momento, e principalmente no Rio de Janeiro, a essa data não foi conferida tanta importância, sendo que apenas em 1823 ela foi reconhecida como tal, passando, daí para frente, a ter relevância. Até então, as datas 12 de

²⁹ O tratamento da comemoração como “Caminhada” se dá pelo fato de que há 16 anos o desfile cívico típico de uma parada militar tenha se transformado em Caminhada Cívica, com transformações na abordagem dos temas apresentados. (Informação obtida em conversa com a diretora da referida escola e registrada em caderno de campo no dia 05/09/2017).

outubro (aclamação e aniversário do imperador) e 1º de dezembro (coroação), eram atribuídos significados de festa nacional.

No ano de 1823, todavia, o sete de setembro passou a ser comemorado como feriado nacional e aniversário da Independência do Brasil, adornado por elementos militares, civis e religiosos³⁰, porém, a comemoração acontecia em um confuso momento de decisões, decretos e despachos. Nesse ínterim, essa data pleiteava sua importância como festa nacional, junto com o 12 de outubro. O autor descreve que “o 7 de setembro ofereceu uma visão popular ou populista da independência mais prontamente que 12 de outubro, embora essa distinção não tenha ficado totalmente clara até 1830”. (KRAAY, 2010, p. 56). Em 1831, com a abdicação de Pedro I, o 12 de outubro foi eliminado do rol dos dias de festividades nacionais, e o 7 de setembro prevaleceu como o dia da Independência do Brasil, embora muitas mudanças ocorreriam durante as décadas seguintes. (KRAAY, 2010).

Da mesma maneira, Lyra (1995) busca apresentar uma análise de como o sete de setembro se tornou um marco fundador da nacionalidade brasileira, destacando a ausência de documentação e registros sobre o Grito do Ipiranga em 1822. A autora ressalta que a compreensão da representação simbólica alarga a discussão sobre o sentido histórico dessa data para a sociedade brasileira em formação. Versando sobre os acontecimentos em torno dessa data, explicita que no momento do acontecimento não houve uma condição especial para a aceitação do sete de setembro como uma grande data cívica, embora houvesse uma firme decisão pela ruptura com Portugal e um sentido real pela Independência. Para a autora,

em realidade não se encontra nos registros da época nenhuma referência sobre o acontecimento em questão. Nenhum edital de governo ou qualquer comunicação informal sobre o fato foi assinalado naquele momento. Nem mesmo na referida carta de 22 de setembro D. Pedro faz qualquer menção ao fato, limitando-se a registrar o lema que já era recorrente, “Independência ou morte”, de forma ampliada: “trunfará a Independência brasileira, ou a morte nos há de custar [...]”³¹. (LYRA, 1995, p. 184).

³⁰ Esses elementos militares, civis e religiosos são referidos por Raguet (1823 apud KRAAY, 2010, p. 54) como saudações de artilharia dos fortes e navios de guerra, uma parada militar, um Te Deum na capela imperial, um cortejo no Paço da cidade, uma noite de gala no teatro e iluminação noturna da cidade.

³¹ Quanto à carta de 22 de setembro, a autora se refere à carta que D. Pedro escreve ao pai, que fora citada na página anterior na obra da autora.

Ao analisar a obra *História dos principais sucessos do Império do Brasil (entre 1827 e 1830)*, de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu³², a autora percebe que o momento da Proclamação da Independência, por D. Pedro I, no Ipiranga, sofreu mudanças e acréscimos, em suas edições. O volume, publicado em 1829, narra a viagem a São Paulo, mas não menciona o acontecimento, depois retorna ao tema destacando também a participação popular, e logo, em 1830, retoma a narrativa dedicando um capítulo inteiro ao fato, descrevendo-o com detalhes. Dessa forma, a autora reconhece certas intenções que trouxeram ao texto novas informações de acordo com as inconstâncias políticas que se mostravam no momento. Porém, mesmo com pequenas mudanças, o objetivo da obra continuou centrado na atribuição do heroísmo do imperador na defesa da liberdade do povo brasileiro. (LYRA, 1995).

Há ainda uma descrição do Dia da Independência do Brasil na obra *Festas e Tradições populares do Brasil*, Moraes Filho (2002), na qual o autor retrata o sete de setembro como fruto da efervescência e ânimo do herói D. Pedro I. O autor destaca a importância que os patriotas tiveram com suas ideias revolucionárias ao tratar, com ufanismo, o Grito do Ipiranga como um grito de amor e de guerra, “[...] a mais bela inscrição lavrada por um príncipe no frontispício de uma nacionalidade”. (2002, p. 125).

O autor descreve que nas comemorações do aniversário da Independência, no Rio de Janeiro, na década de 1850, as ruas ficavam enfeitadas, as bandas de músicas, o teatro, artistas em geral preparavam-se para apresentações, assim como boa parte da população. Havia um belo desfile, onde estavam presentes a Guarda Nacional, o Imperador em seu coche de gala, o cortejo, enfim, uma comemoração suntuosa em todos os aspectos, uma representação do patriotismo brasileiro. (MORAES FILHO, 2002, p. 127).

Também para Schwarcz (1998), na obra que trata do longo período governado por D. Pedro II, cita que a comemoração da Independência do Brasil também era um motivo nobre para comemoração. A autora discute relatos de alguns viajantes que estiveram em terras brasileiras durante esse período e destaca que o Império nascente, por meio de festas, cívicas e populares, procurava se mostrar ao povo. Essa busca por visibilidade contava com um vasto calendário de festas, com o imperador D. Pedro II presente ou se fazendo representar. A comemoração do

³² Segundo a autora, a obra que se tornara fonte imprescindível ao estudo do tema sete de setembro, durante esse período de 1827 e 1830, sofrera algumas mudanças em suas publicações.

aniversário da Independência brasileira não se restringia, todavia, a uma homenagem ao imperador D. Pedro I, a data era um motivo para a festa nesse vasto calendário, assim “[...] por meio das cerimônias públicas – em cortejos ou à frente das procissões, usando seus trajes de gala – a monarquia transformava suas aparições em espetáculos [...]”. (1998, p. 253).

Há uma diversidade de autores que tratam do tema sobre a Independência brasileira. Há os que descrevem o sete de setembro como sendo um ato de coragem de Dom Pedro I, elegendo a data como o dia da libertação do Brasil de fato. Há autores que expõem a forma como essa data foi vivenciada, em seguida, sendo reelaborada pelos interesses imperiais e depois republicanos, atendendo a interesses específicos.

Ainda que esta pesquisa não tenha como objeto a historicidade dessa data, mas a comemoração da mesma em escolas de Xinguara, e como a disciplina de História reflete sobre ela, a digressão no histórico da narrativa do sete de setembro auxilia na compreensão dos significados do evento, passo importante para verificar os aprendizados históricos que a comemoração proporciona.

2.2 O Dia da Independência no contexto das comemorações escolares republicanas

Nas comemorações realizadas nas escolas emergem características específicas de uma determinada cultura, desde as datas que deverão compor o calendário escolar às normas de realização e saberes empregados em todo o processo. Esses saberes não são estáticos, mas dinâmicos e dependem das mudanças que afetam a escola. Por isso é importante nos atermos às mudanças educacionais ocorridas na República para verificarmos o papel que coube às comemorações escolares nesse regime.

Os anos finais do século XIX e iniciais do século XX foram marcados por várias reformas educacionais que remodelaram a organização do espaço, tempo, currículos, métodos e atividades escolares, entre elas as festas e comemorações, que migraram do espaço social para o âmbito escolar, com a intenção de serem práticas de aprendizado e ensino nas escolas. Segundo Cândido (2012), “em diferentes contextos sociais e políticos, as festas foram utilizadas com a função de demarcar um novo tempo e uma nova organização social e política que se pretendia

instaurar” [...]. (2012, p. 184). O civismo nas comemorações escolares, por meio dos rituais e simbolismos, passou a constituir um ideal de nação e de cultura homogênea, com a pretensão de manter a coesão social. Entretanto, a autora aborda o sete de setembro no Brasil como uma data de expressão maior, em se tratando de um dia dedicado à Pátria, um tributo prestado pelo povo à nação.

Outra importante discussão sobre o tempo e as festas escolares se encontra no trabalho de Gallego e Cândido (2015), quando discorrem sobre as escolas primárias paulistas entre 1890 e 1930. Para as autoras, é nesse momento que os tempos das escolas começam a se distinguir dos tempos sociais. Ao eleger o tempo e as festas escolares como elemento de composição da cultura escolar, recorrem a autores como Julia (2001), mormente ao conceito de cultura escolar como o conjunto de normas e práticas internas das escolas. Dessa forma, as autoras analisam os modos de festejar e seus sentidos, fazendo a conexão entre a normatização legal sobre os calendários das festas (decretos e leis educacionais) e as instruções pedagógicas dadas aos professores para a realização das festas e também à articulação feita por eles para suas condições reais de trabalho. Tomando como fontes alguns periódicos escolares, as autoras analisam como a festa se mostra de forma diferente para os diversos sujeitos escolares. É idealizada de uma forma pelos organizadores, concebida de outra forma pelos professores e vivenciada ainda diferentemente pelos alunos. Destacam ainda a influência da festa como elemento também de construção da cultura escolar.

Para as autoras, durante a Primeira República, o país passa pela necessidade de romper com o passado e delinear um novo presente frente ao nascente regime. Nesse período foram concretizadas propostas educacionais pensadas no período Imperial. A escola como instituição é, então, eleita para representar e criar as transformações almejadas. Assim, “o discurso dominante era o de que a educação solucionaria todos os problemas sociais, econômicos e políticos, enfim, regeneraria o homem e a sociedade”. (GALLEGO; CÂNDIDO, 2015).

Para Silva M. (2015), a escola republicana cumpriria o objetivo de ser ‘vitrine’, ou seja, mostrar à sociedade o bom desenvolvimento de suas funções, observadas em desfiles e apresentações. O desenvolvimento não só intelectual, mas físico e moral e até mesmo estéticos eram também objetivos das escolas nesse período, e as festas davam visibilidade aos projetos educacionais. As festas e comemorações escolares, entre elas o sete de setembro, estavam entre os instrumentos que tanto

construíam como difundiram os símbolos nacionais, pois influenciavam além da prática educativa, também a vida social e política da sociedade.

Analisando as festas cívicas escolares em Sergipe no período de 1923 a 1930, Silva D. (2016) destaca que as festas cívicas sergipanas eram apresentadas nas ruas com certa regularidade e com características de celebrações, tendo seu auge entre 1917 a 1922. Após esse período, houve um declínio das comemorações nas ruas, concentrando-se em rituais simples, como hasteamentos de bandeiras. Segundo o autor, os desfiles patrióticos, ainda que não estivessem no auge das celebrações da década de 1920, serviam para disseminar os ideais republicanos, sendo espetáculos que despertavam sentimentos como o patriotismo. Reforçando as hierarquias, deveriam ser os espelhos de uma sociedade que forjava o cidadão, ou seja, uma imagem utópica da realidade. E além dos ideais republicanos, o espaço urbano de Sergipe passava por mudanças, e a realização dessas passeatas cívicas apresentavam também os novos hábitos que deveriam ser praticados nesses novos ambientes.

Analisando as comemorações pelo viés da disciplina de História, Bittencourt (2014), ocupou-se da construção da memória histórica produzida na e para a escola fora do âmbito da sala de aula. Para tanto, analisou práticas educacionais, tais como as festas comemorativas, principalmente as de homenagens aos heróis nacionais realizadas no decorrer do século XX. A autora ressalta que a disciplina de História tem permanecido como legitimadora das crenças, culturas e tradições nacionais, com a História Pátria sempre recorrente no tratamento de temas de livros e músicas escolares. Essa forma de ensinar História, na década de 1930, criava símbolos e rituais que institucionalizavam a memória nacional. Para a autora, a [...] escola, sob a ótica do nacionalismo vigente, era a instituição fundamental criada pela nação para formar o cidadão, [...] devendo, então, cuidar de transformar o caboclo, o imigrante e o operário em cidadãos brasileiros. (BITTENCOURT, 2014, p. 56).

Assim, o regime republicano no Brasil, com a restrição do direito de voto aos alfabetizados, dava à escola a incumbência de formação do cidadão brasileiro, preparando-o para conhecer seus direitos e deveres, e introduzir uma socialização que fosse comum a todos, sempre alicerçada nos feitos das elites. Dessa forma, a educação pátria não poderia apenas ser tratada por livros didáticos ou por professores, as festas e comemorações seriam também veículos integrantes desse ensino. Para Bittencourt (2014), tem início, dessa forma, a campanha inspirada em

Olavo Bilac, pela educação fundada em um espírito nacionalista entre a juventude. A junção escola e quartel seria, então, o laboratório do civismo, onde os alunos aprenderiam a obediência e a valorização da pátria para se curar da fonte de todos os males que seria a falta de patriotismo. Assim, a partir das décadas de 1920 e 1930, começaram a ocorrer solenidades do culto à bandeira, ao Hino Nacional, sendo introduzidas nas festas escolares; e, para estas, os professores recebiam os detalhes e as regras a serem seguidas.

Referindo-se em muitos momentos, às tradições inventadas, de Eric Hobsbawn, a autora destaca que estavam em curso no Brasil as invenções das tradições republicanas. Para isso, nomes seriam exaltados como heróis, datas significativas deveriam ser comemoradas e lugares de memória deveriam ser construídos como monumentos. Em meio a disputas civis e militares pelo sentido das comemorações, o sete de setembro se manteve consagrado apenas como momento de celebração da conquista pela liberdade, pois a figura de Dom Pedro I e demais personagens foram diluídas. Outros símbolos de tradições republicanas passaram a compor as datas cívicas escolares, como 21 de abril, Dia de Tiradentes, e 15 de novembro, Dia da Proclamação da República. (BITTENCOURT, 2014).

Bencostta (2004), ao estudar os desfiles patrióticos de grupos escolares de Curitiba (1903 – 1971), cita-os como manifestações de fidelidade e devoção da escola para com a pátria, e aponta Getúlio Vargas como o grande condutor dessa cultura cívica nas escolas. O autor sinaliza que no período varguista, desfiles como o de 15 de novembro e mesmo a comemoração do aniversário do nascimento de Vargas, ocorrido pela primeira vez em 19 de abril de 1940, passaram a inculcar os ideais de Vargas como filho e benfeitor da pátria.

Ainda nesse período, destaca Silva M. (2015), a difusão do ideário trabalhista, preconizada pelo Estado Novo, trouxe às festas escolares a representação de uma cultura cívica autoritária e militar. Transmitindo valores cívicos para as crianças, assegurariam um futuro moldado pelo Estado, como conservadorismo, patriotismo e trabalho. Segundo Vaz (2006), duas grandes comemorações foram instituídas neste período: a Semana da Pátria e a Festa do dia do Trabalho.

Para Silva M. (2015), após o Golpe Militar de 1964 houve a obrigatoriedade da inclusão de disciplinas de educação moral e civismo nas escolas para que fossem despertados e transmitidos ideais patrióticos, bem como os de sentimentos de amor, do dever para com a pátria, à família e à sociedade. A disciplina não

deixava de ser uma intimidação dos cidadãos para com a doutrina militar. Segundo a autora, após esse período, já no final da década de 1990, a quantidade de festas cívicas nas escolas diminuiu, comparando-se com os anos anteriores. Nessas duas primeiras décadas do século XXI, destaca a autora, as festas foram se descaracterizando e perdendo sua dimensão e relevância. Ressalta ainda que as festas tiveram mais força nos primeiros anos da República até meados de 1970.

A autora levanta a questão de que atualmente não há indícios de festas com desfiles e apresentações para a sociedade em geral. Não é isso que verificamos nas escolas da cidade de Xinguara, pois, mesmo sofrendo alterações em razão das mudanças nos governos municipais, as festas cívicas escolares para apresentação ao público externo continuam a ocorrer, ainda que coexistam com outras, consideradas como espetáculo para a cidade, e que não são o objetivo deste trabalho.

Entendemos, a partir das considerações que apresentamos, que as festas cívicas escolares mudam, mas também permanecem. As permanências das comemorações cívicas no calendário escolar podem ser entendidas como meio para atingir objetivos políticos, pois, ainda que não se pautem mais pelo civismo exacerbado, tentam instigar nos expectadores sentimentos de estima, seja pela cidade, seja pelas escolas. Tais comemorações não deixam de ser momentos de os agentes escolares exigirem ações do governo por melhoria da educação. Nas comemorações cívicas, a escola comunica suas concepções de sociedade ao público que delas participam. Portanto, são detentoras de algo a ser ensinado e aprendido. As comemorações cívicas são sempre reinventadas, a exemplo da Caminhada Cívica que acontece em Xinguara.

Outra análise que explicita a ideia de reinvenção do desfile de sete de setembro é a elaborada por Dias (2002). Ao estudar os desfiles cívicos na cidade de Mandaguaçu (PR), o autor constatou que a administração da cidade, no ano de 1997, inovou ao propor que nessa comemoração, “seria promovida uma retrospectiva de 1822 aos dias atuais, das principais manifestações políticas e culturais do povo brasileiro”. (DIAS, 2002, p. 235). Para tanto, no desfile de sete de setembro, foi apresentada uma linha de acontecimentos de forma cronológica, desde o Grito do Ipiranga, passando pela ditadura, redemocratização e terminando com uma homenagem a Paulo Freire. Novos elementos em uma antiga comemoração. Outros heróis.

A análise do autor aponta para uma ruptura principalmente com a tradição militarizada, pois os alunos não desfilaram ao som de fanfarras e a trilha sonora também não contou com marchas, mas sim com músicas populares brasileiras. Todavia, outras rupturas não aconteceram como a retirada do palanque oficial para as autoridades, os cidadãos e estudantes assistiram ao desfile como expectadores a reverenciar o poder. São as permanências da comemoração. O mesmo ocorreu com a proposta da linha cronológica dos acontecimentos históricos. O autor destacou que, embora o desfile estivesse repleto de permanências, reproduzindo ainda ações tradicionais, houve sucesso ao reinventar a festa pátria a partir das culturas políticas do povo brasileiro, o que, em certa medida, foi uma contraposição à noção de homogeneidade que marcava os desfiles cívicos da cidade. O autor destaca, todavia, que esse novo conceito de festa da pátria ainda se encontra em construção. (DIAS, 2002).

Ao pesquisar o desfile do sete de setembro em Xinguara, percebemos as seguintes permanências: a conservação da sonoridade sincronizada das fanfarras para a marcha dos alunos, o desfile militar na finalização e a posição do povo como espectador. Assim, conforme análise de Dias (2002), o desfile ainda se pauta pela reprodução de concepções tradicionais. No entanto, na apresentação de temas variados, baseados na cultura popular, o não uso de uniformes, além da autonomia de escolha do subtema por cada escola e, também, a liberdade para a preparação do que seria apresentado nas ruas, são indícios de rupturas e, ainda, de abertura para um novo cenário a cada ano.

2.3 A Caminhada Cívica na escola Tancredo de Almeida Neves

A EMEF Tancredo de Almeida Neves possuía, em 2017, 550 alunos frequentes, divididos em 18 turmas funcionando nos períodos matutino e vespertino. Localiza-se no bairro Itamaraty, em Xinguara, um bairro periférico. Entre o público de alunos atendidos pela escola estão os filhos de funcionários do comércio local, sendo que a maioria filhos de funcionários dos frigoríficos³³ da cidade.

Na cidade de Xinguara, como já explicitamos, o desfile do Dia da Independência é denominado de Caminhada Cívica, que acontece anualmente com

³³ A cidade de Xinguara possui dois grandes frigoríficos de gado para a exportação, são o MAFRIPAR e o Frigorífico Xinguara, ambos são responsáveis pela maioria das ofertas de emprego da cidade.

a participação de todas as escolas³⁴ públicas da cidade localizadas na área urbana e, também, nos distritos, assim como aquelas localizadas na da zona rural. Algumas escolas particulares também participam da caminhada. A participação popular é sempre numerosa, pois, alunos, pais, familiares e a sociedade em geral costumemente vão às ruas nessa data prestigiarem o desfile.

Nas escolas municipais³⁵, logo no retorno das aulas do terceiro bimestre, no início do mês de agosto, acontecem reuniões entre a SEMED e os diretores das escolas. Nessas reuniões, o tema geral abordado na Caminhada Cívica é apresentado (geralmente esse tema já foi previamente escolhido pela comissão da própria da SEMED), havendo, então, a divisão de subtemas, que serão escolhidos pelas escolas. O ano de 2017 teve como tema geral “Festas Populares: a cultura vem do povo”. Cada escola escolheu uma festa popular que estaria de acordo com suas opções de tempo e afinidade para a preparação e apresentação. Todas as escolas apresentaram no desfile uma evolução com os alunos, com os adereços necessários para apresentação do tema. Além dessa evolução, quatro dessas escolas apresentaram também uma fanfarra³⁶.

Ao longo dos anos houve a pretensão, da parte da SEMED, de abandonar a ideia política nacional no desfile de sete de setembro na cidade. A intenção seria de abordar temas importantes para a cidade e para as escolas, mostrar à sociedade local temas mais coerentes com a realidade vivenciada, já que o civismo e a Independência estariam a tempos desvinculados da obrigatoriedade nas escolas³⁷. Seguindo a metáfora da ‘festa máquina’, de Cândido (2007), podemos considerar que essa tentativa na abordagem de novos temas no desfile acontece porque “[...] a festa possui uma série de elementos, uma técnica própria, que podem ser transformados de acordo com o objetivo a ser alcançado em determinada sociedade”. (2007, p. 144).

³⁴ Na caminhada, participam escolas públicas municipais, estaduais e particulares. Apenas uma Escola Estadual não participou da Caminhada Cívica em 2017, apresentando sua desistência por meio de um ofício.

³⁵ Quanto ao Ensino Público, quando o texto se refere às escolas municipais, são aquelas regidas e administradas pelo governo municipal, assim sendo, ficam excluídas as estaduais. No caso de Xinguara, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental é responsabilidade do município, enquanto o Ensino Médio fica a cargo do Estado. Isso muda em outros municípios do estado do Pará.

³⁶ As informações foram colhidas na SEMED por meio de visitas e documentação coletada, bem como visitas à escola Tancredo de Almeida Neves, todas as informações foram registradas no caderno de campo da pesquisadora.

³⁷ De acordo com a diretora escola Tancredo de Almeida, professora Neuza Luz Guerreiro, houve uma intenção de se esquecer a ‘ditadura’ que o desfile representava. Esta fala foi mencionada em uma das visitas feitas durante o acompanhamento da preparação para o evento, e se encontra registrada em caderno de campo no dia 20 de agosto de 2017.

A EMEF Tancredo de Almeida Neves, em 2017, escolheu o subtema Festa da Uva, que é realizada em Caxias do Sul. Entre os subtemas escolhidos por outras escolas, aos quais tivemos acesso pelos projetos entregues à SEMED constavam: Carnaval Carioca: o maior espetáculo da terra, Festival da Primavera, Carnaval Pernambucano, Círio de Nazaré, Arraial do Pavulagem, Folia de Reis, Festa de Peão de Barretos, Festival de Parintins, Festas Juninas e *Halloween*.

Considerando o tema geral, “Festas Populares” e os vários subtemas descritos, ao relacioná-los com o desfile Caminhada Cívica, percebemos alusões pulverizadas à data oficial. A leitura realizada desses projetos mostrou que, em apenas dois deles, apareceu a relação com a Independência do Brasil. Foi o caso do Carnaval Pernambucano, da EMEF Cora Coralina, que relacionou a Independência à liberdade de participação no carnaval, e, também, no Arraial do Pavulagem, da EMEF Jair Ribeiro Campos, que relacionou Independência à diversidade e à cultura local.

Após a coleta de dados na SEMED, passamos às visitas na EMEF Tancredo de Almeida Neves, para observarmos a forma com que alunos e professores se mobilizaram para a festa. Acompanhamos³⁸ algumas reuniões com professores para a escolha de como seria a apresentação e a divisão de tarefas, para, posteriormente, iniciar o trabalho com os alunos em sala de aula. Ao questionar a diretora sobre o motivo da escolha da Festa da Uva, fomos informadas que, na escolha geral, feita pelas escolas a partir de opções indicadas em um quadro durante a reunião na SEMED, não restaram muitas opções, senão esta. Informou, ainda, que também foi interpelada por alunos devido a escolha de uma festa realizada em uma localidade tão distante. Diante desse questionamento, explicou ser necessário conhecer diferentes festas populares, até mesmo diferentes lugares³⁹.

As aulas na escola seguiram simultâneas às preparações para a Caminhada Cívica, que consistiu na confecção de materiais, feita em parte pela coordenação, que encaminhou também alguns trabalhos para as aulas da disciplina de Artes, principalmente para turmas de 8º e 9º anos. Foram também marcados momentos de ensaios para o desfile. Os adereços foram escolhidos, e camisetas foram confeccionadas para a apresentação dos alunos e professores na Caminhada.

³⁸ Informações descritas no caderno de campo da pesquisadora.

³⁹ A fala é uma adaptação da conversa com a diretora Neuza Luz Guerreiro, está relatada no caderno de campo.

No dia do evento, a concentração na escola foi iniciada às 15h, porém, alunos que moram nos distritos e zona rural chegaram antes. Nas ruas, a concentração aconteceu em frente a uma escola localizada mais ao centro, e o horário marcado para o início foi 16h. No entanto, contratempos com arranjos de fantasias atrasaram o início do desfile, que ocorreu somente às 17h. Os alunos percorreram um longo trajeto pelas principais ruas da cidade, com a maioria das escolas apresentando uma evolução descritiva das festas a partir de suas principais características. Foram utilizados adereços, faixas, cartazes, danças, músicas, entre outros detalhes. O público prestigiou o evento em grande número, em muitos casos, espantava-se com a grandiosidade das esculturas do ‘Galo da Madrugada’ e dos ‘Bonecos de Olinda’, representando o Carnaval Pernambucano, assim como com a passagem de ‘Nossa Senhora de Nazaré’, que representou o Círio de Nazaré⁴⁰.

Após percorrer um longo percurso, a Caminhada chegou à Avenida Xingu, principal avenida da cidade, onde um palco foi montado em frente ao último ponto do festejo, no qual esperavam várias autoridades locais. Apenas em um curto espaço desta avenida há um elemento cívico agregado ao desfile, que é o desfile dos militares. Esses vão à frente das escolas, em uma apresentação tradicional militar, com salvas de tiros e a marcha. Logo, o desfile segue como nas demais ruas da cidade, passam pelo palco onde são aplaudidos e também onde as fanfarras serão avaliadas⁴¹. Estava encerrada a Caminha Cívica pela cidade.

Com a intenção de verificar os processos de ensino e aprendizagem em História na organização e participação na Caminhada Cívica, uma das propostas desse estudo, foi a aplicação de questionário aos alunos do 9º ano A, da EMEF Tancredo de Almeida Neves, na semana seguinte ao evento, além disso, realizamos entrevista com o professor de História desta escola. O questionário aplicado aos alunos foi semiestruturado, contendo 13 questões relacionadas à participação dos alunos, suas motivações, os significados do desfile para suas vidas e para com o aprendizado histórico em sala de aula. Reservamos, ainda, espaço para os alunos expressarem livremente suas opiniões sobre o evento.

A data da aplicação dos questionários foi combinada anteriormente com o professor de História, sendo assim, ao chegar à sala de aula, os alunos estavam terminando uma atividade. Quando nos foi permitido, realizamos uma apresentação

⁴⁰ Festa religiosa e popular que acontece nas ruas da cidade de Belém no Pará, há mais de 200 anos, fonte:(<http://ciriodenazare.com.br/site/cirio>). Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

⁴¹ Na Caminhada Cívica de Xinguara, há uma premiação para as fanfarras.

da pesquisa e também uma explicação sobre o questionário a ser respondido. Em seguida, foi realizada a leitura das questões, enquanto isso, alguns comentários surgiram a respeito do evento⁴². Os alunos se mostraram interessados em participar nas respostas ao questionário, porém, é possível que a presença do professor, sempre fazendo explicações acerca do que estava acontecendo, possa tê-los inibido um pouco. Alguns alunos requisitaram uma explicação particular, porém, a maioria respondeu em silêncio, após 30 minutos todos haviam respondido.

Da análise dos dados obtidos nos questionários aplicados, podemos sinalizar para algumas noções sobre o Ensino de História e sua conexão com a Caminhada Cívica. A turma do 9º ano “A” possui 25 alunos matriculados, no entanto, somente 20 estavam presentes no dia da aplicação do questionário, mas, somente 19 questionários foram respondidos. Nas tabelas a seguir, expressamos as informações colhidas.

Tabela 9: Idade e gênero dos alunos.

	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos
○ Meninos	03	02	01	01
○ meninas	05	05	01	01

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Percebe-se que a maioria (58% aproximadamente), está acima da faixa etária prevista pela proposta pela CNE/CEB nº 7, de 19 de abril de 2007, que estabelece uma data limite de 14 anos para a conclusão do Ensino Fundamental. As meninas formam a maioria dentre os respondentes dos questionários.

Tabela 10: Forma de participação na Caminhada Cívica

○ participação	Sim	Não
	10	09
○ Forma de participação	Desfile	Ajuda na decoração
	08	02

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

⁴² Um aluno enfatizou a beleza do desfile dos militares e alguns concordaram.

Percebe-se que a minoria participou do desfile nas ruas: dos 19 alunos que responderam os questionários, apenas 8 desfilaram. Para entender essa participação minoritária devemos levar em consideração o alto custo financeiro dessa participação para os alunos, pois é necessário que a família (ou o próprio aluno) assuma a compra da camiseta para a apresentação geral e também roupas específicas para as rainhas e porta bandeiras. O que nos remete à fala do professor de História desta escola⁴³, que durante a entrevista nos relatou que os alunos do EMEF Tancredo Neves têm um poder aquisitivo menor em relação a outras escolas.

Tabela 11: Motivação para participação na festa⁴⁴

Quais motivos te levam a participar da festa?	
<input type="radio"/> Pontuação	07
<input type="radio"/> Gosto de participar	02
<input type="radio"/> Gosto de ajudar	01

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Dentro os que participaram da Caminhada Cívica, a maioria o fez para receber pontuação extra nas notas bimestrais⁴⁵. Podemos atribuir essa motivação, como já dissemos anteriormente, na interpretação da festa junina na escola, às práticas de compensação como forma de convencer os alunos a participarem, até mesmo porque três alunos que não participaram alegaram que se participassem seria pela pontuação. Ao mesmo tempo, uma aluna que respondeu participar motivada pela pontuação, alega também haver no evento um aprendizado para a vida. Dois alunos responderam que, além da pontuação, buscaram também diversão.

⁴³ Entrevista realizada com o professor Cincinato Conceição Ribeiro, no dia 12 de setembro de 2017, na mesma escola em que foi realizada a pesquisa. Professor nesta escola há quatro anos, tem formação em História através de um curso de extensão que fora concluído em 2014, sendo sua primeira formação Pedagogia.

⁴⁴ Analisamos apenas as respostas dos 10 alunos que participaram.

⁴⁵ Todas as disciplinas ofereceram 1,0 ponto extra para o aluno que participasse do desfile, no entanto, a disciplina de Artes tratou da preparação em sala de aula também como avaliativa.

Tabela 12: Relação da Caminhada Cívica com o cotidiano e sua representação.

A Caminhada Cívica tem relação com o dia a dia da escola? Como?	
○ Sim, envolve toda a sociedade, as pessoas que conheço vão assistir, me sinto importante.	07
○ Sim, quando carregamos a faixa da escola me sinto representado.	02
○ Sim, é uma tradição.	01

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

A relação dos alunos com a Caminhada Cívica, de acordo com as respostas acima, se dá com a escola, com a família e, também, com a sociedade. Muitos alunos mencionaram a importância do público que os assiste. Aqueles que participam desfilando, criam uma representação daquele evento para si e para a comunidade. Dessa forma, sentem-se pertencentes ao espaço escolar e à cidade. De acordo com uma participante, desfilar com a bandeira do Pará era seu grande sonho.

Percebe-se o potencial socializador do evento ao envolver a escola e a família, e, ainda, como oportunidade de trabalho em equipe. Ademais, sempre há a possibilidade de aprendizagem de forma lúdica, e viabilidade do aprendizado histórico na comemoração, pois, por mais que haja a imposição da participação da escola no desfile, ela é um elemento constitutivo da cultura escolar. Como observamos nas considerações de Gallego e Cândido (2015), as idealizações e concepções que têm os organizadores, professores e a escola, podem não ter tanto sentido para os alunos, porém, a forma como eles vivenciam e apropriam dessa comemoração tem uma grande importância em suas vidas.

Quando indagamos aos 19 alunos sobre suas formas de participação na organização da Caminhada Cívica, obtivemos os seguintes dados.

Tabela 13: Participação dos alunos nas decisões e organização da Caminhada Cívica.

	Sua turma é convidada a dar opinião sobre a comemoração? Você questiona a necessidade de realização dessa comemoração? Como?
○ Sim, a diretoria nos mostra algumas opções de participação.	04
○ Às vezes.	03
○ Não nos convidam, não questiono.	07
○ Não, eles resolvem.	01
○ Não questiono, pois é uma tradição, uma cultura que deve ser lembrada.	04

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Há fatores importantes a serem ressaltados nos resultados dessa tabela. O primeiro é que 12 respostas remetem à não possibilidade de envolvimento dos alunos pela direção da escola na organização do evento. Isso tanto pode remeter ao apego a uma centralidade organizativa ou desinteresse dos alunos. O segundo está na interpretação de que, quando eles dizem que a direção lhes mostra opções de participação, não significa que eles podem escolher comemorar ou não, apenas que podem estar em níveis e locais diferentes de participação. No caso da Caminhada Cívica, vimos que não há autonomia para as escolas, já que todas as escolas municipais devem participar. Se não há autonomia da SEMED para com as escolas, essa não autonomia é reproduzida também na relação escola/aluno.

Outro fator que é importante ser ressaltado é o destaque de o evento ser uma tradição que deve ser lembrada, por isso não o questionam, “não questiono, porque a comemoração tem que ser feita sim, é uma tradição”, destacou um aluno em sua resposta. O que nos remete à imposição, ou simplesmente à repetição anual ter se tornado tão comum, o que para alguns alunos e famílias se tornou uma ‘tradição’ escolar.

Outro grupo de perguntas aos 19 alunos foi direcionado às questões relativas ao aprendizado em História na Caminhada Cívica.

Tabela 14: O aprendizado histórico em caminhadas cívicas que participou

	Há relação entre as comemorações que participa e o que aprende na disciplina História? O que aprendeu em História nas comemorações que participou?
○ Não, não há relação, não sei, não lembro.	08
○ Não participo.	03
○ Sim, sobre a Independência do Brasil, sobre os índios.	02
○ Sim, sobre a História da Uva, as origens.	03
○ Sim, sobre a Caminhada Cívica.	01
○ Aprendi em outras disciplinas.	01
○ Aprendi sobre festas juninas.	01

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Devemos lembrar que a questão se refere a todas as comemorações que o aluno participa em sua trajetória escolar. A maioria afirmou não haver relação com a disciplina de História ou não se lembrar, e alguns afirmaram, ainda, não participar. Timidamente, em outras respostas, apareceram a Caminhada Cívica relacionada à Independência do Brasil e, também, sobre a Festa da Uva, tema apresentado por esta escola em 2017. O que reforça a fala do professor quando relata fazer apenas intervenções paralelas, sem continuidades, quanto aos temas das comemorações escolares. No caso da Festa da Uva, explicou sobre as origens da festa e o clima, pois os alunos perguntavam por que não haviam uvas plantadas na região de

Xinguara. O professor reclama que nos livros didáticos não há conteúdos sobre as comemorações, que tem sempre que incluir algo de improviso⁴⁶.

As respostas dadas pelos alunos nos levam a deduzir, porém, que pode haver aprendizado significativo nesta comemoração, que algumas metodologias podem ser exploradas nas aulas de História, trazendo historicidade ao que está sendo comemorado, dando mais sentido à comemoração para ele. No entanto, ao fazermos conexão das respostas a uma fala do professor Ribeiro (2017), quando afirma que essa comemoração “já poderia ter desaparecido” por não ter relação com os conteúdos, já que “o desfile é importante para a cidade”, percebemos uma negação da parte do docente. Quando o professor coloca que o desfile já poderia ter desaparecido, podemos interpretar que está fazendo remissão ao civismo proposto nos governos militares. Assim, a Caminhada Cívica é negada por representar um ideal autoritário. Há uma negação do novo formato da comemoração, daí a dificuldade encontrada para fazer a relação entre o tema do evento e os conteúdos ensinados em sala de aula.

Ainda quanto à relação da comemoração com os conteúdos dos livros didáticos, voltamos a considerar a dificuldade que têm os professores de estabelecer conexões entre os conteúdos da disciplina de História e os saberes que cercam a escola. O apego à cronologia e ao currículo oficial, muitas vezes, impede que o Ensino de História assuma uma formação identitária dos alunos, que desvincule a História de um saber apenas sobre o passado.

Sobre a possibilidade de haver aprendizado histórico na Caminhada Cívica, as respostas aparecem na tabela abaixo:

Tabela 15: Possibilidades de aprender História na Caminhada Cívica

	Em sua opinião é possível aprender História na Caminhada Cívica?
<input type="radio"/> Sim.	13
<input type="radio"/> Sim, se algum professor ensinar.	01
<input type="radio"/> Sim, depende do tema.	01
<input type="radio"/> Sim, cada tema tem sua	01

⁴⁶ Fala adaptada da entrevista feita com o professor dessa escola Cincinato Conceição Ribeiro, no dia 12 de setembro de 2017, e anotada no caderno de campo da pesquisadora.

História.	
○ Sim, depende do interesse das pessoas.	01
○ Acho que sim.	01
○ Não sei.	01

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Nas respostas dadas, a possibilidade de haver aprendizado histórico foi predominante, reforçando a proposição de nossa pesquisa de que festas e comemorações cívicas nas escolas podem se traduzir novas metodologias de ensino. Os alunos salientaram algumas formas de como isso pode acontecer. A afirmação da possibilidade de isso acontecer nos chama a atenção. De acordo com a resposta de um aluno, o aprendizado histórico “depende do interesse da pessoa”, interesse que podemos considerar ser tanto por parte dos alunos como dos professores. Outro aluno respondeu: “sim, porque que cada tema escolhido tem sua História”. Assim, podemos reafirmar a função pedagógica da festa e sua oportunidade de aprendizado histórico, acentuando a necessidade de relacionar suas abordagens ao currículo da disciplina de História ensinada.

Perguntamos, ainda, em uma última questão⁴⁷, se eles gostariam de escrever algo sobre comemorações que não se encontravam no questionário, houve apenas quatro respostas que versavam pelo desejo de se ter mais comemorações, como dia do professor e do estudante. Sobre a Caminhada Cívica, manifestaram o desejo que fosse mais organizada, no entanto, a maioria deixou de responder essa questão.

O diálogo entre a direção, coordenação, professores e alunos, quanto à viabilidade das comemorações se mostrou um fator importante. Observamos também que a comemoração tem significados diferentes, a depender da escola analisada, pois envolve questões peculiares, como o bairro e o público atendido pela comunidade escolar. Nesse contexto, a fala do professor Ribeiro em relação ao poder aquisitivo dos alunos dessa escola ser inferior ao de outras explicita essas diferenças, uma vez que nessa escola pode ter havido mais dificuldade de participação, visto que a compra dos adereços, fantasias e camisetas para uso durante o desfile são pagos pelos alunos⁴⁸.

⁴⁷ O questionário aplicado se encontra em anexo.

⁴⁸ A conversa com a diretora Neuza Luz Guerreiro está relatada no caderno de campo.

3: A COMEMORAÇÃO DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA ESCOLA DOM LUIS DE MOURA PALHA

O dia da Consciência Negra é visto como decorrente da busca de reconhecimento da sociedade brasileira quanto às demandas da população afrodescendente e pode ser traduzido como momento de reflexão e ação, mantendo luz sobre nosso passado escravista. (OLIVEIRA, 2012). Nesse capítulo analisamos essa data na sua condição de comemoração escolar, apresentando pesquisa realizada na EEEM Dom Luís de Moura Palha, na cidade de Xinguara, relacionando-a a seu potencial de aprendizado histórico. Em primeiro lugar, percorremos a trajetória histórica dessa data, até o momento em que ela se tornou parte do calendário escolar. Em seguida, analisamos seus avanços e desafios para a inserção da temática étnico-racial no cotidiano escolar. Finalmente, analisamos a realização do Dia da Consciência Negra nesta escola, momento em que buscamos entender como é concebida pelos alunos e comunidade escolar, para então suscitarmos seus usos na disciplina de História.

3.1 O Dia da Consciência Negra como luta política dos movimentos negros

O dia 20 de novembro, celebrado como Dia da Consciência Negra no Brasil, foi gestado ainda na década de 1970, por um grupo denominado Grupo dos Palmares⁴⁹. Essa data foi sugerida como contraponto ao 13 de maio, data em que, no calendário oficial, era comemorada a Lei Áurea, tratada como o Dia da Abolição dos Escravos. O 13 de maio não tinha representatividade junto ao Movimento Negro, pois, para eles, a abolição só acontecera no papel, não havendo práticas ou medidas consistentes em favor do negro. Não satisfeitos, tais movimentos programaram outra data em que se pudesse comemorar a partir da perspectiva da luta do negro no Brasil. Foi sugerido, então, o dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, último rei e líder do quilombo dos Palmares, ocorrida em 20 de novembro de 1695. Para esse grupo,

⁴⁹ Grupo inicialmente composto por Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Oliveira Silveira e Vilmar Nunes. Eram debatidas nesse grupo, questões raciais e sociais, sendo lançada a data nacional de vinte de novembro, em uma reunião por volta de 20/07/1971, em Porto Alegre. (SILVEIRA, 2003).

Palmares parecia ser a passagem mais marcante da história do negro no Brasil ao representar todo um século de luta pela liberdade conquistada e sendo também um contraponto à “liberdade” doada no treze de maio de 1888, etc. (SILVEIRA, 2003, p. 26).

Ano após ano, o Grupo dos Palmares se dedicava à comemoração do dia 20 de novembro na intenção de reafirmá-lo como celebração, conseguindo adesão de outros movimentos, gradativamente. Assim, em 1978, receberam também a atenção do Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). A partir daí essa data foi designada como Dia Nacional da Consciência Negra.

Segundo Oliveira (2012), embora 20 de novembro tenha ganhado tamanha relevância desde sua concepção, somente no contexto das comemorações do tricentenário da morte de Zumbi, é que esse dia foi instituído oficialmente pelo governo federal, em 1995, sendo também incluída como data cívica nacional incorporada ao calendário escolar. O autor ainda reitera que essa data representa a busca de ações de combate ao passado escravista, ações essas que possam valorizar a população afrodescendente. Essa busca tem mobilizado ações afirmativas e se fortalecido por entidades como o Movimento Negro Unificado. Para este autor a atuação desses movimentos ocorre em três frentes: histórico e cultural; educacional e político e jurídica. Assim:

O Dia da Consciência Negra, portanto, deve ser visto não como mero contraponto a uma História marcada por uma interpretação cujo principal personagem é um Estado benevolente, que com um simples gesto despojado colocou fim ao cativeiro no Brasil, mas como um momento para refletir sobre a situação marginal de grande parte da população brasileira. (OLIVEIRA, 2012, p. 274).

Partindo do eixo norteador desse trabalho, tratamos do Dia da Consciência Negra integrado ao calendário escolar, bem como das contribuições da disciplina História à comemoração. Para tanto, procuramos entender essa relação por meio de autores que se dedicam a essa questão. Assim, exploramos a obra de Silva P. (2007), que enfatiza os aspectos multiculturais da sociedade brasileira. No entanto, a autora afirma que “[...] esta diversidade não foi e hoje o é, com muita dificuldade, aceita”. (2007, p. 493). Embora a sociedade brasileira tenha sido formada por grupos étnico-raciais diversos, com cultura, língua e organização social distintas, a visão de superioridade de europeus ainda perdura fora e dentro da escola, o que gera inúmeras formas de preconceito. Nesse sentido, a autora enfatiza que a escola

brasileira, desde seu início, “nasce excludente e racista”. (SILVA, 2007, p. 496), chamando a atenção para a necessidade de se ensinar e aprender a partir das complexidades multiétnicas e pluriculturais que marcam a sociedade brasileira.

Na compreensão dessa autora, no Brasil há um ocultamento da diversidade, sendo esta camuflada pelo mito da democracia racial, que ignora o outro na sua diferença. E ainda chama a atenção para as relações de professores para com os alunos, marcadas pela negação do reconhecimento à pluralidade cultural. Para a autora, [...] vamos confirmar o que há muito aprendemos, ou seja, que ensinar e aprender implicam convivência. O que acarreta conflitos e exige confiança e respeito não confundidos com mera tolerância. (SILVA, 2007, p. 501).

Ainda de acordo com Silva (2007), há um indicador de mudanças em virtude da reação das “minorias”, da pressão feita por movimentos sociais, principalmente o Movimento Negro⁵⁰. Alguns progressos já foram alcançados, como as escolas indígenas e a inclusão da Pluralidade Cultural aos temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais. As instruções municipais e estaduais, feitas a partir da Lei 10.639/03⁵¹, são também avanços significativos em prol do reconhecimento da diversidade.

Percorrendo a História da luta do Movimento Negro no Brasil, Gomes (2011), destaca como a educação escolar é, desde sua organização no Brasil, não a solução de todos os males que envolvem as condições desiguais dos negros, mas ocupa um lugar importante nesta luta, pois, atua no conhecimento sobre si e sobre os outros, podendo se traduzir em um espaço para a superação do racismo na sociedade. Assim, o Movimento Negro tem atuado em prol da inserção da questão racial nas políticas públicas, exercendo pressão junto aos gestores dos sistemas de ensino e acompanhando a elaboração das Leis. Durante as décadas de 1980 e 1990 passou ainda a pressionar para que as ações afirmativas não se restringissem

⁵⁰ “Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural”. (DOMINGUES, 2007, p. 101). Segundo esse autor, o Movimento Negro iniciou-se com a República, inicialmente com pequenos grupos, percorrendo todo o século XX com lutas, ganhando espaço e se consolidando como movimento de massa. Este movimento vem dialogando com o Estado e com a sociedade brasileira, tendo conquistado muitos progressos em prol de sua causa.

⁵¹ Em 2003, foi promulgada a Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e prevê o ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo da educação básica, sendo considerado o resultado dos esforços de diversos setores da sociedade brasileira. Em 2008, essa Lei é alterada para a Lei 11.645, que mantém o ensino da história e da cultura afro-brasileira e acrescenta o ensino da história e da cultura dos povos indígenas.

apenas às reivindicações pontuais, passo importante para a conquista da sanção da Lei 10.639/03.

Nesse contexto, Gomes (2011), destaca progressos em relação às políticas e práticas que garantam a totalidade dos direitos da população negra. Um deles é a atuação do MEC, no esforço para a criação e desenvolvimento de vários programas e ações em prol da implementação da Lei 10.639/03, que incluem formação continuada, distribuição de material didático, pesquisas e programas que poderão, mesmo que paulatinamente, introduzir nas escolas a reflexão sobre as relações étnico-raciais.

Em outra obra, Silva (2005) propõe o estudo, nas escolas fundamentais e médias das africanidades brasileiras, ou seja, “as raízes da cultura brasileira que têm origem africana”. (SILVA, 2005. p. 155). Segundo a autora, a inserção do estudo das africanidades nas escolas poderá contribuir para a valorização das diferenças, o respeito para com elas e a superação de concepções sobre a população negra construídas com base em preconceitos. Para tanto, propõe a necessidade de uma mudança conceitual para o trabalho com os alunos: que sejam estudadas e também aprendidas ações e diálogos que não tenham sentimentos de superioridade ou inferioridade, que seja permitida a reconstrução dos discursos e ações pedagógicas, e, também, que haja uma recriação das diferentes raízes da cultura brasileira, destacando as origens africana, europeia e asiática.

A partir dessa discussão a autora exemplifica a forma como o estudo das africanidades pode ser ofertado em várias disciplinas, como Matemática, Literatura, História, Geografia, entre outras, indicando o que pode ser discutido e analisado sobre as africanidades em cada uma delas. Finalmente, salienta que “ignorar a História dos povos indígenas, do povo negro é estudar de forma incompleta a história brasileira”. (SILVA, 2005. p. 164). O professor de História poderá enfatizar a criação da nação brasileira destacando a contribuição dos negros para sua construção.

Coelho e Coelho (2013) tratam do dia da Consciência Negra na condição de práticas de comemoração escolar e analisam as práticas pedagógicas norteadas pela Lei 10.639/03 em escolas de todo o Brasil, principalmente naquelas em que tais atividades já estão consolidadas e sendo praticadas há algum tempo. De acordo com os autores, nas escolas pesquisadas na Região Norte foram observadas mudanças nítidas na forma como as crianças passaram a perceber os índices de cor

e raça, que juntos a outros aspectos contribuem para o fortalecimento da identidade negra, melhorando sentimentos de autoestima e pertença entre os alunos negros. Para os autores, as iniciativas governamentais não alteram sozinhas as relações étnico-raciais nas escolas, muitas vezes o imprevisto se sobrepõe a elas. (COELHO W.; COELHO M., 2013, p. 70).

O desafio para a implementação da Lei 10.639/03 é ainda maior que sua concepção como sistema de iniciativas governamentais, sua eficácia depende do lugar a ela destinado no saber escolar, já que ela tem como tarefa, também, “alterar visões de mundo, redimensionar a memória, criticar mitos e enfrentar preconceitos”. (COELHO W.; COELHO M., 2013, p. 71). Nesta tarefa, há que se transformar o modo como é ensinada e entendida a História pelos sujeitos escolares, inserindo os negros como agentes dos processos históricos, ao lado dos povos europeus, e não simplesmente tratá-los com acessórios, como eram tratados até então. Portanto, mais que a aplicação da Lei, é necessário que existam políticas educacionais que possam dar apoio a essa implementação, pois ela exige que professores tenham domínio de competências e habilidades para oferecer uma educação que tenha esse olhar, tornando o ambiente escolar um espaço aberto a essas mudanças.

Na continuidade das considerações sobre as escolas da Região Norte, os autores ainda perceberam algumas semelhanças nas práticas relacionadas aos projetos sobre a Consciência Negra, mesmo que essas escolas se localizem geograficamente tão distantes umas escolas das outras. Entre essas semelhanças estão o voluntarismo docente, por exemplo, alguns projetos aconteceram até mesmo antes que a Lei tornasse essa temática obrigatória nos currículos. Os autores lembram que os professores se apropriaram mais da notícia da Lei do que de seu conhecimento, uma vez que muitas ações foram orientadas pelo senso comum, sem apoio adequado ao conhecimento acadêmico do tema. Muitos projetos desenvolvidos sob a ótica da lei se baseavam na ética e moral, e não no enfrentamento de conteúdos disciplinares. Outro traço semelhante nessas escolas é a restrição do tema a uma só época do ano, com o envolvimento das escolas acontecendo somente no mês de novembro, durante a Semana da Consciência Negra.

Em que pese às críticas, para os autores, as experiências pesquisadas são consideradas bem-sucedidas. A princípio, a inclusão da temática étnico-racial no calendário de atividades escolares já se traduz em um progresso, pois, a partir da

discussão desse tema na escola, muitas práticas podem ser transformadas. Para além disso, a própria reflexão gerada pela abordagem do tema, já estimula o enfrentamento. Assuntos que eram inexistentes nas escolas passam a compor os cenários como sala de aula. A reversão da autoestima também foi percebida nos relatos dos alunos entrevistados pelos autores. Também foi notada uma mudança na relação dos alunos com questões relativas à cor e preconceito, principalmente nas escolas que desenvolvem esse projeto a mais tempo. (COELHO W.; COELHO M., 2013).

As questões levantadas pelos autores se mostram muito valiosas para a dimensão a ser alcançada em nossa pesquisa. No entanto, assim como foram observadas mudanças significativamente positivas com os projetos escolares, foram também detectados problemas que merecem muita atenção. Entre eles, os autores constataram

[...] que o trato com as temáticas eleitas pela legislação se dá de modo superficial. Os conteúdos relativos à História da África, em especial, não foram inseridos de modo a alterar a perspectiva eurocêntrica, hegemônica no trato com a memória histórica. Indício relevante, nesse sentido, é o fato de que a África é percebida, ainda, como um espaço único, demarcado pela natureza, pela pobreza, pelas guerras e pela doença. A dimensão continental, a diversidade étnica e a trajetória histórica da região não são abordadas e, conseqüentemente, não conformam as representações que os alunos elaboram sobre a África, as quais permanecem credoras do senso comum. (COELHO W. e COELHO M., 2013, p. 77).

Desse modo, o problema da superação da compreensão de que a África estaria sempre vinculada ao racismo, à pobreza, à discriminação e ao preconceito é latente, obliterando o conteúdo de História da África. Foi ainda observado que os projetos sobre a Consciência Negra sempre estão ligados a eventos como feiras, noites culturais e festas, o que pode levar à percepção de que esses povos contribuíram com a formação da nação apenas com momentos de descontração e alegria. Esse tratamento folclórico acaba por reafirmar a ideia de que as decisões importantes e assuntos considerados sérios ficaram a cargo dos povos europeus. Nessa trilha, compreendemos que o Dia da Consciência Negra deve ser tratado durante todos os dias do ano, não apenas em uma semana do mês, como acontece na escola que analisamos.

Muito dos problemas que estão relacionados à inserção dos estudos de História da África podem ser atribuídos à formação deficiente dos professores nessa área. Segundo Coelho W. e Coelho M. (2013), apenas em poucos anos esses conteúdos foram incorporados aos cursos de licenciatura, sendo, então, um desafio

para que haja formações complementares para professores nessa área. Não obstante, para além da formação, esses conteúdos nos currículos escolares são ainda tratados como morais e éticos, e não como determinantes do processo histórico, até mesmo por não estarem presentes nos materiais didáticos com a mesma extensão que estão aqueles relacionados aos europeus, como sujeitos históricos. Portanto, a problemática dos conteúdos se estende também ao fato de que o conhecimento científico acadêmico a respeito do tema, mesmo que esteja sendo construído, está ainda distante do cotidiano das escolas. Caso ele venha estar mais próximo, poderia ser transformado, de uma historiografia para um saber escolar, impactando diretamente aos alunos.

Ramos (2013) explora a problemática do processo formativo de professores de História das formações deficientes para além da disposição dos conteúdos de História da África nos materiais didáticos. O autor faz uma reflexão apontando que o professor precisa avaliar e reavaliar suas posturas sobre a temática africana e afro-brasileira, pois a formação está ligada à experiência e história de vida dos sujeitos:

Nesta direção, expor argumentos contra o racismo, por exemplo, não é suficiente se os sujeitos envolvidos, no caso professores, não fizerem uma avaliação de suas posturas, das imagens que informavam o olhar que direcionavam à África, sua História, seus povos. (RAMOS, 2013, p. 82).

Segundo o autor, as imagens sobre a África para os professores aparecem sempre marcada por problemas sociais, natureza selvagem, tribos em estágio cultural atrasado, pessoas de pele escura, entre outros. O que nos remete à necessidade de um processo formativo que supere as dificuldades de lidar com essa temática e que possa integrá-la à formação da sociedade e identidade brasileiras.

Para Fernandes (2005), a escola brasileira ainda não aprendeu a conviver com a realidade multirracial e pluriétnica própria da nação brasileira. Os currículos, os programas de ensino e os livros didáticos ainda estão predominantemente marcados pela cultura de matriz europeia. Na História do Brasil é dada uma importância maior à cultura colonizadora, entendida ainda como superior, e ao indígena e ao negro é conferida uma participação reduzida. Sendo assim, crianças e adolescentes de estratos sociais mais pobres não identificam suas culturas no saber oferecido pela escola, o que as levam desistir, muitas vezes, dos estudos antes de concluir o ensino fundamental. Contudo, com a implantação da Lei 10.639/03, houve um espaço maior para a discussão sobre o estudo da pluralidade cultural brasileira nas escolas. Na sua condição de temática interdisciplinar, o tema pode ser

trabalhado em todo o currículo escolar, especialmente nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil. (FERNANDES, 2005).

Em relação ao debate sobre a inserção de temáticas étnico-raciais nas escolas, é importante destacar as considerações de Munanga (2005). Esse autor ressalta que somos frutos de uma educação eurocêntrica, e que nossos instrumentos de trabalho (materiais didáticos), carregam a mesma orientação, nos levando, com isso, mesmo que inconscientemente, a reproduzir preconceitos em nossas relações sociais. Dessa forma, muitas vezes, os professores não conseguem intervir em situações de discriminação no espaço escolar, prejudicando aos alunos discriminados e perdendo a oportunidade de discutir a importante contribuição dessa identidade para nossa cultura. Segundo o autor, a educação escolar e familiar pode contribuir primordialmente para o combate ao racismo. Porém, não existem fórmulas prontas para serem usadas, em primeiro lugar, devemos nos reconhecer como racistas, assumir que o Brasil é um país racista, que não há uma democracia racial já é um primeiro passo. (MUNANGA, 2005).

3.2 A preparação e as apresentações da comemoração do Dia da Consciência Negra na EEEM Dom Luiz de Moura Palha

A Escola Estadual de Ensino Médio Dom Luiz de Moura Palha se localiza no centro da cidade de Xinguara. Em 2017 contava com 768 alunos frequentes, divididos em 23 turmas, distribuídas nos períodos matutino, vespertino e noturno, nesse último, funcionando duas turmas de Educação de Jovens e Adultos, EJA. O público atendido é a maioria constituída por filhos de funcionários e funcionários do comércio local ou informais.

Como fizemos nos capítulos anteriores, depois das reflexões teóricas sobre o tema, a partir de especialistas da área, passamos a analisar como as comemorações são aplicadas numa escola em específico, lembrando sempre que nosso interesse é perceber como o ensino de História reage às comemorações escolares. Mais especificamente, como a disciplina História interage com esses momentos, fazendo deles possibilidades de ensino e aprendizagem em História.

O primeiro passo para entender a relação entre a disciplina História e as comemorações do Dia da Consciência Negra, na EEEM Dom Luís de Moura Palha, foi acompanhar as reuniões de preparação do evento. Iniciamos o acompanhamento

já na primeira reunião, realizada no dia 23 de outubro de 2017. Entre as pautas da reunião, foi discutida a data para a realização do evento, dado que a comemoração não poderia ocorrer no 20 de novembro. O primeiro dia sugerido foi 18 de novembro, não sendo aceito, pois aconteceria outra comemoração no anexo dessa escola. Foi então sugerida a permanência de sua realização no dia 20 de novembro, data exata do Dia da Consciência Negra. Porém, sendo uma segunda-feira, início de semana, houve objeções no sentido de que não haveria tempo hábil para a limpeza da escola após a festa. Foi também sugerido o dia 24 de novembro, porém, foi levantada a possibilidade de nesse dia ocorrer um congresso de uma igreja da cidade, o que impediria a muitos de comparecerem. Enfim, ficou acertado que a comemoração aconteceria no dia 1º de dezembro de 2017. Pelas dúvidas geradas quanto ao dia de realização do evento, percebemos que as comemorações do Dia da Consciência Negra, uma data constituída na luta de vários anos pelos movimentos negros, dependem de outros fatores, como o tempo para a limpeza da escola e se outro evento poderia ou não afetar a participação dos alunos. Isso é cultura escolar, na qual a aplicação de uma medida institucional depende das apropriações e prioridades que os agentes da escola fazem dela.

Nessa reunião⁵² de organização, ainda foram decididas formas interdisciplinares de se trabalharem a temática, cada professor se comprometendo a inserir conteúdos relacionados à temática em seu cotidiano na sala de aula. Os conteúdos a ser trabalhados na Semana da Consciência Negra seriam: África, preconceito e reflexões sobre a cultura africana⁵³. Alguns professores se encarregaram de ensaiar danças com algumas turmas, preparando apresentações para o dia da festa. Assim como os professores, todos os alunos estariam envolvidos na comemoração a partir da disciplina Educação Física, por meio dessa disciplina pesquisariam e apresentariam comidas típicas de origem africana. Ainda foi discutida a forma de avaliação sobre os saberes ligados ao tema. Em algumas disciplinas, foram atribuídos 50% da nota do bimestre, em outras, apenas avaliações pontuais dos trabalhos feitos em sala, cabendo a cada disciplina avaliar segundo o planejamento do professor⁵⁴. A professora da disciplina de História assumiu a responsabilidade de desenvolver saberes relacionados à história do negro no Brasil,

⁵² As anotações dessa reunião estão registradas no caderno de campo da pesquisadora.

⁵³ Esse foi um tema sugerido pela coordenação, visto que deveria ser implementado em cada disciplina, a partir do dia da reunião (23/10/2017).

⁵⁴ Nessa comemoração, diferente das outras pesquisadas, não foi atribuída a pontuação extra.

levando os alunos a refletirem como se iniciou o processo de escravidão no Período Colonial e sua permanência até o final do século XIX.

Durante a mesma reunião, os professores indicaram que poderia haver uma sobrecarga para os alunos, caso todas as disciplinas trabalhassem o mesmo tema. A interdisciplinaridade sempre se apresenta como um obstáculo na cultura escolar. De nossa parte, acreditamos, de acordo com Fernandes (2005), que a temática étnico-racial é interdisciplinar e pode ser trabalhada em muitas disciplinas sem que haja uma sobrecarga, desde que todas essas atividades não sejam desenvolvidas em um curto intervalo de tempo. A interdisciplinaridade sobre essa temática, e nas demais, deve estar presente durante o ano todo.

A direção da escola e os professores terminam a reunião ressaltando ainda a dificuldade de a inserção da temática Consciência Negra integrar o conteúdo do bimestre, pois, já estavam programadas outras atividades que seguiam no currículo planejado. A dificuldade levantada nos leva a questionar sobre os motivos de o Dia da Consciência Negra não estar presente como componente do ensino e aprendizagem no planejamento anual da escola. Explicitam-se as suspeitas de nossa pesquisa sobre as comemorações serem tratadas como apêndices do calendário escolar, não figurando como uma reflexão permanente. Segundo Pereira (2014), as “[...] datas comemorativas são expressões da desconexão curricular, quando não acompanhadas de processos educativos que percorrem o currículo e os tempos escolares mais abrangentes”. (2014, p. 203). Assim, as inserções dos temas referentes ao dia da Consciência Negra integraram apenas o conteúdo para o período da realização da comemoração, acrescida das preparações e ensaios para o evento.

No dia 1º de dezembro de 2017, pela manhã, e principalmente à tarde, a escola foi organizada de modo a acomodar os alunos e visitantes, sendo o pátio central transformado em uma espécie de palco, onde as apresentações foram realizadas, assistidas e julgadas⁵⁵ por uma mesa avaliadora. As salas de aula foram transformadas em uma feira de demonstrações, com a maioria delas apresentando comidas brasileiras com raízes africanas. Todas as salas foram bem decoradas, com os alunos servindo os pratos e fazendo um breve histórico das comidas e suas relações com a cultura negra⁵⁶. Houve ainda uma sala que apresentava um

⁵⁵ Em algumas apresentações houve competição entre turmas e convidados foram designados para julgá-las.

⁵⁶ Seguem em anexo algumas fotografias do evento.

conteúdo relacionado à disciplina de Biologia, versando sobre a constituição genética das raças, com abordagens sobre o preconceito racial, com os alunos mostrando slides com textos e imagens e fazendo explicações acerca do assunto.

No pátio da escola foram montadas algumas barracas com produtos como 'sabão de bola', cachaça e outros produzidos com cana de açúcar⁵⁷, que representavam estágios do trabalho escravo no Brasil. Concomitantemente às apresentações, aconteciam danças de origem africana. Além disso, aconteceu o desfile da beleza negra, bem como apresentações de grupos convidados de outras escolas. Em todas as apresentações havia um público numeroso. Durante toda a comemoração houve um constante movimento do público entre as apresentações e visitas às salas de aula.

3.3 A comemoração e sua relação com a realidade do aluno e com o Ensino de História

Na semana seguinte à comemoração, entrevistamos a professora de História dessa escola, bem como aplicamos um questionário aos alunos do 3º ano "A", do turno vespertino. O questionário aplicado junto aos alunos foi semiestruturado, contendo 13 questões relacionadas à participação dos alunos, suas motivações, os significados das comemorações do Dia da Consciência Negra para suas vidas e para o aprendizado histórico em sala de aula. Reservamos, ainda, espaço para os alunos expressarem livremente suas opiniões sobre o tema comemorações.

Aplicamos os questionários no dia combinado com a professora de História⁵⁸. No dia da aplicação, inicialmente, tivemos uma breve conversa com os alunos sobre o tema da pesquisa e sobre os conteúdos do questionário, momento em que ressaltamos o sigilo das informações e sobre seu uso para a escrita de trabalho científico. Os alunos se mostraram interessados e também receptivos, discutindo sobre o evento com asserções positivas a respeito. Em quarenta minutos os questionários foram respondidos e entregues. A turma contava com 30 alunos matriculados e todos responderam aos questionários.

A seguir estão algumas tabelas que elaboramos para análise dos dados recolhidos.

⁵⁷ A apresentação tencionava mostrar o que era produzido pelos negros no Brasil, durante o período escravagista.

⁵⁸ A professora disponibilizou o dia 08 de dezembro de 2017, durante a semana de provas finais.

Tabela 16: Idade e gênero dos alunos.

	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	21 anos	22 anos	23 anos	28 anos
Meninos	01	03	04		01				
Meninas	02	05	04	04	01	02	01	01	01

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Verifica-se uma significativa distorção idade/série, sobretudo com as alunas, pois 14 delas estão acima da idade sugerida na Emenda Constitucional nº 59/2009. A emenda sugere que a conclusão da Educação Básica ocorra até os 17 anos. A secretária da escola nos esclareceu que, no turno vespertino, há muitas alunas que retornaram à escola depois de terem se afastado ou desistido, muitas por terem se casado ou tiveram filhos.

Dentre os 30 alunos que responderam aos questionários, 29 participaram da comemoração. Quanto às formas de participação tivemos a seguinte amostragem.

Tabela 17: Quantidade e forma de participação no Dia da Consciência Negra.

	Forma de participação.
○ Apenas a resposta SIM.	02
○ Apresentações como danças e teatro, ou contribuindo com dinheiro, no que for preciso.	20
○ Preparação da comida, arrumação, decoreção e organização	06
○ Apenas com dinheiro	01

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Em razão de o evento oferecer muitas possibilidades de participação, foi grande o engajamento da turma. Percebemos, ainda, uma considerável disposição

para contribuir e participar de acordo com a necessidade da escola. Muitos responderam que ajudaram no “no que for preciso”, o que nos leva a ressaltar o potencial atrativo e socializador dessa festa, além da representatividade que a mesma tem junto aos alunos. O desfile, as danças, as comidas típicas, potenciais atrativos da festa, catalisaram o envolvimento em trabalhos em grupo e sinalizam para a capacidade de organização.

A preparação da comida, por exemplo, exigiu que os alunos se organizassem para dividir as tarefas, tais como compra de ingredientes, preparação, transporte, o momento de servir e explicar as origens históricas do prato, além da contribuição financeira⁵⁹. A maioria da turma respondeu aos apelos da escola, e aqueles que não participaram diretamente nas atividades, puderam contribuir com dinheiro. A observação que realizamos no dia do evento indica possibilidades de aprendizado em comemorações, dado que as preparações envolviam, de forma descontraída, a apropriação de conhecimentos atinentes ao tema.

Indagamos aos alunos as motivações que os levaram a participar dessa comemoração. A partir dos 29 que participaram de alguma forma, elaboramos a seguinte tabela.

Tabela 18: Motivação para participação na festa

	Que motivos te levaram a participar das comemorações?
○ Diversão, é o momento que os três turnos podem ficar unidos.	11
○ Gosto de interagir e estar junto aos colegas e professores.	05
○ Gosto de ajudar, participar, aprender, é divertido.	07
○ Aprendizado e pontuação.	03
○ Pontuação.	03

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

As motivações para a participação na comemoração do Dia da Consciência Negra mudaram em relação às outras comemorações de outras escolas que

⁵⁹ Informações obtidas em conversa com aluna que servia comida durante a festa, a conversa está registrada no caderno de campo da pesquisadora.

pesquisamos. Apenas três alunos citaram a pontuação como única motivação. Em outro momento, a pontuação está relacionada à ideia de aprendizado, o que não deixa de ser importante. Percebe-se que, para os alunos, a interação com os colegas é mais relevante, pois aparece em muitas respostas, inclusive em relação aos colegas de outros turnos. Lembremos que o Dia da Consciência Negra é uma comemoração onde toda a escola se encontra em um único momento, uma “Noite Cultural”, como alguns professores o identificam.

Detectamos, durante as observações que realizamos no evento, que este atrai principalmente alunos da mesma faixa etária, além de alunos de outras escolas, porém, não se verifica uma ampla presença de pais e comunidade escolar, como nas outras comemorações pesquisadas, a Festa Junina e Caminhada Cívica. Entendemos que os alunos visualizam nesta comemoração a chance de interagirem com colegas, de se encontrarem, se apresentarem para seus pares, o que torna a festa, para eles, um evento muito atrativo. Há que se levar em consideração também que a atividade envolve músicas⁶⁰ e danças que fazem parte do universo lúdico dos adolescentes e jovens. Daí uma participação mais numerosa, e menos evocada, como simples chance de aumentar suas notas com a pontuação oferecida, até porque, como já mencionado anteriormente, a pontuação foi atribuída de forma específica⁶¹ em cada disciplina.

A professora de História, Liliane de Borba Oliveira, durante a entrevista concedida⁶², nos informou que os trabalhos produzidos em sala de aula sobre conteúdos como História da África, História do Dia da Consciência Negra, Cultura e Danças e sobre a Lei 10.639/03, que determinou o Ensino de História da África, valeriam 50 pontos, ou seja, a metade da nota da avaliação bimestral. Ainda que os alunos não apontem a nota como motivação principal, esse recurso sempre é um atrativo transformado em método.

No passo seguinte, procuramos saber sobre o significado da comemoração e sua relação com o cotidiano do aluno.

⁶⁰ Todas as músicas tocadas durante as apresentações eram relacionadas à África em ritmos como batuque, entre outros.

⁶¹ A pontuação foi atribuída especificamente por disciplina, inclusa na nota bimestral, diferentemente das outras comemorações observadas onde a pontuação era extra.

⁶² A professora Liliane de Borba Oliveira foi entrevistada no dia 30 de novembro de 2017. A mesma declarou que possui formação inicial em Gestão Ambiental na Universidade Anhanguera, UNIANHANGUERA na cidade de Goiânia - Goiás, logo fez complementação em Geografia na Universidade Paulista, UNIP, também em Goiânia, e História na Universidade Norte do Paraná, UNOPAR em Xinguara, terminando em 2014. Atua como professora na rede particular desta cidade, estando também contratada temporariamente na rede Estadual.

Tabela 19: Relação do Dia da Consciência Negra com o cotidiano e seu significado.

	Qual o significado do Dia da Consciência Negra, e se ele tem relação com seu dia a dia?
○ Não, nenhuma, normal.	07
○ Não participo.	01
○ Sim, tem a ver com as lutas travadas diariamente pelos negros; aprendizado.	03
○ Pode ajudar a diminuir o racismo e o preconceito.	06
○ Significa igualdade, mudança, humanidade e não julgar. Respeitar as pessoas.	06
○ E uma quebra de tabu.	01
○ Diversão.	01
○ Lembrar dos negros é importante, lembrar do passado.	05

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Ainda que os alunos gostem de participar da comemoração, emerge com força a percepção de que o Dia da Consciência Negra não tem um significado especial no cotidiano de cada um, tal como o é para os participantes dos movimentos negros. Essa ausência de significado em muito tem relação com a interpretação, ainda vigente na sociedade, de que o país vive a democracia racial, matriz explicativa freiriana⁶³ que impregna o imaginário social. Lembrando que a cidade de Xinguara conta com pessoas que constantemente migram de várias partes do país, e que a maioria desses alunos possui origem negra. Ainda assim, muitas vezes, os alunos não se reconhecem como negros, o que nos remete à importância que tem essa comemoração na escola, pois, ainda que timidamente, ela pode dar a esses alunos o reconhecimento de suas identidades.

⁶³ De Gilberto Freire (2013), em *Casa Grande e Senzala*.

Por outro lado, os alunos percebem que a comemoração é resultado dos esforços das lutas travadas pelos negros e seus movimentos e que o Dia da Consciência Negra pode se traduzir em aprendizado escolar. Da mesma forma, sinalizam que as comemorações desse dia podem ajudar no combate ao racismo, ao preconceito e podem contribuir para a humanização das relações sociais, deixando as pessoas mais respeitadas. O que falta aos alunos é relacionar o evento com o cotidiano. Isso em muito se deve ao fato de a escola separar o conteúdo ensinado da realidade vivida pelo aluno. Por isso, os alunos são capazes de perceberem o significado do evento em si, mas não de sua relação com a sua condição étnica e social.

Uma resposta que se acentua é a importância que dão à necessidade de lembrar-se da história do negro, mas de uma história que está relacionada ao passado. Daí a dificuldade que apresentam em relacionar a temática com o cotidiano.

Outra pergunta muito similar quanto à dos significados da comemoração e sua relação com o cotidiano, foi a de tentamos perceber como o aluno se sente representado no evento. Eis a amostragem de 23 respostas que selecionamos.

Tabela 20: Representação da comemoração para os alunos

Você se sente representado na comemoração do Dia da Consciência Negra? Como?	
○ Sim. Representa o sentimento de igualdade entre os negros.	07
○ Sim. Representam a ignorância das pessoas perante a diversidade racial.	01
○ Sim. Representa minha origem, minha cor e desperta o orgulho de ser negro.	05
○ Sim. Representa a homenagem aos nossos descendentes e o orgulho de ter sangue negro.	03

-
- | | |
|---|----|
| ○ Sim. Representa a igualdade racial e ensina a desapegar dos preconceitos. | 05 |
| ○ Sim. Representa as belezas do Brasil. | 02 |
-

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

A partir das respostas, nota-se que a comemoração representa para o aluno: o sentimento de igualdade entre os negros; a origem, a cor e desperta o orgulho de ser negro; a homenagem aos descendentes negros e o orgulho de ter sangue negro, e a igualdade racial ensina o desapego aos preconceitos. Mas, ainda assim, os alunos não conseguem enxergar os significados desse dia para suas realidades.

Cabe, então, ressaltar a importância da disciplina de História para conceituar as representações africanas e indígenas dos brasileiros, não deixando tal tarefa restrita aos dias próximos à comemoração. Embora seja um ganho que essa comemoração aconteça, de acordo com Coelho W. e Coelho M. (2013) sabemos que a diversidade cultural deve ser inserida em todo o currículo da disciplina, além de ser trabalhada interdisciplinarmente, segundo Fernandes (2005).

Os conteúdos sobre o Dia da Consciência Negra são pensados pouco tempo antes da comemoração, fazendo-se necessária uma 'inclusão' da temática em todo currículo da escola e da disciplina História. Suspeitamos que o planejamento anual talvez não esteja levando em conta a diversidade cultural e étnica como integrante do currículo, ou seja, o tratamento dessa temática na sala de aula tem sido abordado como 'currículo turístico', termo utilizado por Santomé (2014), quando aborda as culturas negadas no currículo escolar. Segundo esse autor, por currículo turístico se entende "[...] unidades didáticas isoladas, nas quais, esporadicamente se pretende estudar a diversidade cultural". (2014, p. 173).

Quanto à autonomia dos alunos em relação à organização dessa comemoração, ou seja, no que eles podem contribuir segundo seus universos culturais (família, bairro, cidade, grupos de convívio), tivemos as seguintes respostas.

Tabela 21: Participação dos alunos nas decisões e organização do Dia da Consciência Negra.

	Sua turma é chamada a dar opinião sobre a organização das comemorações? Você questiona a necessidade de realização das comemorações?
○ Sim, chamam representantes para uma reunião. Discutindo a melhor forma de fazer, dando ideias e opiniões.	07
○ Não, a secretaria decide e repassa aos alunos os afazeres e a pontuação que será oferecida.	08
○ Seria bom questionar.	02
○ Não questiono. Não questiono, acho legal.	06
○ Às vezes, mas é raro. Na maioria das vezes não.	04
○ Não.	02

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Quando a participação nas decisões está em questão, notamos que há contradições, pois, alguns alunos disseram não haver participação deles nas decisões, no entanto, outros alegaram participar de reuniões, dando ideias e discutindo melhores formas de fazer, enquanto alguns não questionam. A contradição pode ser entendida a partir da conexão com a fala da professora de História, quando afirma em sua entrevista que os 3º anos “não têm se mostrado muito interessados”. (OLIVEIRA 2017). Entendemos que as turmas da 3º série do Ensino Médio recebem muita pressão durante o ano todo para terem boas notas no ENEM⁶⁴. É nessa etapa que eles têm atividades extras, como o simulado, entre outros, que os levam a uma participação menor em momentos como reuniões e

⁶⁴ Exame Nacional do Ensino Médio.

decisões sobre comemorações. Também não devemos esquecer a cultura das escolas de Ensino Fundamental e Médio, de fazer reuniões com alunos apenas para a direção indicar as tarefas a serem realizadas. Há muito pouco espaço para a intervenção do aluno na atividade programada. A cultura escolar nas unidades de ensino revela-se muito diferente da concebida nos documentos oficiais.

Em relação às aulas de História, procuramos perceber como ocorreu o aprendizado histórico na realização da comemoração.

Tabela 22: O aprendizado histórico no Dia da Consciência Negra.

	Há relação entre a comemoração que participou com o que se aprende na disciplina de História? O que mais aprendeu em História na comemoração?
○ Sim, aprendi sobre os direitos dos negros, como viviam, as condições horríveis.	03
○ A História ensina acontecimentos passados, as origens das comemorações.	04
○ Sim, Zumbi dos Palmares, colonização e os quilombos, comidas típicas e a escravidão.	06
○ Sim, que todos são iguais independente da cor, não ter preconceito.	04
○ Sim, a História está ligada a todo tipo de festa. As comemorações estão ligadas a um período histórico, baseadas em Histórias e tradições.	03
○ Sim, Consciência Negra.	03
○ Sim, passamos a olhar os negros de outra forma, não	01

como escravos.	
○ Às vezes.	01
○ Não me recordo.	01
○ Não tem relação com História.	01
○ Não responderam.	03

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Em relação ao aprendizado histórico que tiveram nessa comemoração, apenas um diz não ter relação e outro diz não se recordar, o que torna as outras respostas mais significativas, ou seja, em 24 respostas alega-se que houve, de alguma forma, o aprendizado em História, em temas como direito dos negros, a consciência negra, comidas típicas, Zumbi dos Palmares, além da escravidão. Isso ocorre porque são temas com conteúdos garantidos no currículo da disciplina. São muitas as imagens em livros didáticos e em filmes que tratam das condições de vida dos escravos. Assim, os alunos relacionam a comemoração às condições terríveis em que os negros foram trazidos da África, com a popularidade de Zumbi dos Palmares⁶⁵ e por conhecerem algumas das comidas típicas apresentadas. Enfim, a comemoração do Dia Consciência Negra está, de alguma, forma relacionada aos saberes históricos ensinados em sala de aula e vividos em sociedade.

Importante destacar que houve aprendizado histórico agregado à comemoração, tendo esta uma significação para os alunos. O que nos faz destacar o potencial de aprendizado histórico que carrega a comemoração do Dia da Consciência Negra. Sobretudo, em uma das respostas dadas, na qual um aluno afirma que “passamos a olhar os negros de outra forma, não como escravos”. Percebemos que o aprendizado ocorrido em sala de aula aliado à comemoração produziu uma aprendizagem significativa.

Para finalizar a análise do questionário aplicado, nos detemos em saber acerca de outras possibilidades de aprendizado em História com a comemoração realizada.

⁶⁵ Muitos alunos que praticam ou conhecem a capoeira conhecem a História de Zumbi dos Palmares.

Tabela 23: Possibilidades de aprender História na comemoração do Dia da Consciência Negra.

	Em sua opinião, é possível aprender História na comemoração do Dia da Consciência Negra? O que foi possível aprender?
○ Apenas a resposta “sim”.	10
○ Sim, sobre raça, cor de pele, cabelo, nossa descendência.	03
○ Sim, sobre a luta dos escravos por liberdade e sua importância. A História fala de todos os seres humanos em todas as épocas. É um aprendizado.	07
○ Sim, sobre o surgimento das culturas e da Consciência Negra.	03
○ Sim, se se interessar pelo assunto, estudando, sem dúvidas.	02
○ Sim sobre a cultura e as comidas típicas e danças.	01
○ Sim, depende de como a comemoração for elaborada.	01
○ Sim, a intenção da comemoração é quebrar tabus e conscientizar.	01
○ Não responderam.	02

Fonte: elaboração própria, com base nas respostas do questionário.

Embora dois alunos não tenham respondido, a grande maioria afirma haver outras possibilidades de aprendizado histórico na comemoração, inclusive, exemplificando temas relacionados à disciplina de História, o que corrobora nossas perspectivas de que as comemorações escolares se traduzem em possibilidades de aprendizado em História. Há potencial pedagógico na comemoração do Dia da Consciência Negra, desde que aliado ao estudo da História da África e dos afrodescendentes e que esses sejam incorporados ao cotidiano da sala de aula. O

que pode agregar muitas oportunidades de aprendizado histórico. De acordo com Gomes (2011), a educação escolar, ao não se restringir a solução de todos os males que envolvem as condições desiguais dos negros, ocupa um lugar importante na luta destes, atuando no conhecimento sobre si e sobre os outros, podendo ser um espaço para a superação do racismo na sociedade.

O espaço proposto para que os alunos expressassem opiniões que o questionário não privilegiou, foi preenchido por apenas alguns alunos que elogiaram a comemoração do Dia da Consciência Negra na escola, versando sobre a superação do racismo e do preconceito, e acrescentando formas de organização e planejamento da festa para um melhor aproveitamento.

Desse modo, segundo as impressões e interpretações expressas nas respostas dos alunos e professores, além da observação do Dia da Consciência negra, verificou-se que o aprendizado se deu de várias formas, desde as primeiras atividades de organização e divisão de tarefas até o evento. Ainda que essa comemoração não tenha recebido atenção relevante durante o ano todo, o pouco que foi trabalhado demonstra avanços, que se traduzem tanto em aprendizagem histórica quanto no desejo de superação do racismo, na melhoria na autoestima, no respeito às diferenças étnicas e raciais, bem como no sentimento de pertença dos alunos para com a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

No decorrer deste trabalho discutimos as comemorações escolares e suas possibilidades de aprendizado em História e se essas estão correlacionadas à cultura específica das escolas pesquisadas, pois, de acordo com Viñao Frago, existem [...] tantas acepções de cultura escolar quantas forem as instituições de ensino. (1996, apud CÂNDIDO, 2007, p. 19). A partir da problematização proposta, apresentamos agora, não uma conclusão, mas algumas impressões que resultaram do tratamento dispensado à temática e sobre a proposta de intervenção na realidade escolar, bem como o minicurso⁶⁶ que ministramos aos professores de História e gestores da Educação Básica de Xinguara. Lembramos que a proposta de intervenção é recomendada pelo ProfHistória. Primeiro, faremos considerações acerca das comemorações analisadas, em seguida, vamos discorrer sobre a atividade que oferecemos às escolas.

A partir da Festa Junina na EMEF Henrique Francisco Ramos, considerando as perspectivas do professor e dos alunos questionados após a realização da festa, evidencia-se uma lacuna entre o evento e o aprendizado histórico, mesmo que esse exista, pois, sabemos que o aprendizado acontece em todos os espaços e momentos escolares. É perceptível, também, lacunas quanto à percepção desse aprendizado e sobre a importância dos conteúdos e avaliações para as práticas festivas. Em nossa compreensão, a relação poderia ser trabalhada tanto na disciplina de História quanto em atividades interdisciplinares.

O acompanhamento realizado na Festa Junina nos indicou que há grande mobilização de toda a comunidade escolar para sua organização e arrecadação de recursos financeiros. Isso nos leva a pensar que se o tempo dispensado para a organização estivesse também direcionado às formas de aprendizado, a escola teria ganhos qualitativos. Ao não relacioná-la à realidade da escola, a festa ficou restrita ao espetáculo. No entanto, percebemos a interação entre os alunos e o público, o que remete a festa como um elemento de pertença da comunidade à escola. Percebemos o engajamento da comunidade, especialmente das famílias dos alunos, que muitas vezes não se fazem tão presentes. Dessa forma, vimos na festa um espaço de sociabilidade, além das possibilidades didáticas.

⁶⁶ O minicurso foi apresentado como nossa proposta didática, atendendo ao formato de Mestrado Profissional, ProfHistória, que sugere uma intervenção didática a partir da pesquisa realizada. O minicurso foi ministrado dia 16 de maio de 2018, e sua descrição se encontra no texto que segue.

Verificamos, todavia, que a relação da festa com o Ensino de História se encontra ainda ausente, pois suas memórias e historicidades não chegam até a sala de aula como proposta didática. Pensamos que a disciplina História poderia contribuir diretamente para que a festa não se resumisse a apenas um evento desvinculado do currículo, pois, nas festas são produzidas narrativas e memórias que contribuem tanto para o aprendizado histórico quanto para a cultura escolar. Toda essa mobilização, descontração, cumprimento do calendário e arrecadação de fundos, indicados na pesquisa, também poderia se traduzir em aprendizado histórico lúdico, agradável e denso.

Quanto à festividade como oportunidade de construção da autonomia do aprendiz, verificamos que, mesmo sem a consulta formal aos alunos por parte da escola, acontecem momentos de conversas sobre decisões a respeito de danças, ensaios, cronogramas e doações, porém, aos alunos, ainda não são dadas as oportunidades de se decidir quais festas querem.

Ao analisarmos nossa segunda comemoração, o Dia da Independência, tratado como Caminhada Cívica em Xinguara, na EMEF Tancredo de Almeida Neves, nos atentamos também a algumas tensões e dilemas. As coletas de dados obtidos junto aos alunos e professores apontaram para a possibilidade de aprendizado histórico, todavia, esse aprendizado não se evidenciou em sala de aula. Na entrevista ao professor, emerge a necessidade da interdisciplinaridade como o veículo para esse aprendizado:

Vejo possibilidade se fosse interdisciplinar, porque geografia poderia trabalhar a questão do clima, português e artes alguma música, não só História, se toda a escola e as disciplinas se juntassem antes da comemoração e trabalhasse junto eu acho que os alunos poderiam aprender muito. (RIBEIRO, 2017).

A percepção sobre o ensino de História não se mostrar presente com mais relevância na Caminhada Cívica, que aparece em vários momentos da pesquisa, poderia ser dirimida se esse evento continuasse e acontecer a partir de novas propostas de ensino. O que nos faz argumentar, de antemão, que, se essas possibilidades fossem direcionadas ao aprendizado histórico como condutor de significados para as comemorações, estas poderiam integrar parte dos conteúdos e não se restringir a serem meros festejos do calendário escolar.

Apropriando-se de técnicas já existentes, e acrescentando novos elementos, a Caminhada Cívica de Xinguara poderia se traduzir em aprendizados relevantes,

dato que é um evento educativo para a escola e para a sociedade. A disciplina de História poderia trabalhar em sala de aula, por exemplo, os temas gerais e os subtemas, de forma que o aluno agregasse significado à apresentação da Caminhada. Dessa forma, os agentes públicos poderiam utilizar seus significados sociais e culturais, fazendo emergir a capacidade de alunos e professores em compartilhar os seus resultados.

Na análise do Dia da Consciência Negra também foram verificadas as possibilidades de aprendizado histórico, no dia 20 de novembro, especificamente. Segundo as informações coletadas, o aprendizado ocorreu de várias formas, desde as primeiras atividades de organização e divisão de tarefas até a realização do evento. Ainda que as respostas dos alunos sinalizem para a percepção do aprendizado histórico, algumas problematizações se fazem necessárias. Segundo a professora entrevistada, a preocupação em “fechar os conteúdos” para aplicação das provas poderia comprometer a inclusão das temáticas durante as aulas, ressaltando que no “planejamento geral poderiam ter momentos separados” para pensar sobre as comemorações e o conteúdo de História (OLIVEIRA, 2017), o que nos remete a problemas já detectados em outros momentos da pesquisa, nos quais há a tendência de o professor se apegar: a) aos conteúdos chamados oficiais apresentados pelos livros didáticos; b) à ideia de que as datas estabelecidas para as comemorações no calendário anual não estarem em consonância com os conteúdos ensinados em sala de aula; c) ao fato de as comemorações sobrecarregarem as aulas e avaliações bimestrais. Na visão dos docentes, as obrigatoriedades das comemorações comprometem muito a possibilidade do cumprimento dos conteúdos programados para o ano. Todavia, em nossa concepção, os programas e planos de ensino não são estáticos e podem ser flexionados.

De acordo com as respostas aos questionários e à observação feita na escola, foi percebido junto aos alunos que a comemoração tem um efeito envolvente, eles se organizam, mobilizam tempo, dinheiro, adereços e o que mais for necessário para a participação. No caso do Dia da Consciência Negra, vimos que os alunos percebem um significado que vai além da festa, pois se sentem representados na temática apresentada, ainda que não consigam relacioná-la com o cotidiano vivido. Dessa forma, mesmo que essa comemoração não tenha sido integrada ao currículo, o pouco de História que foi inserido demonstra avanços que se traduzem tanto em aprendizagem histórica quanto no desejo de superação do

racismo, na melhoria na autoestima, no respeito às diferenças étnicas e raciais, bem como no sentimento de pertença dos alunos para com a escola.

Acreditamos ser importante ressaltar, segundo Cândido (2007), que as comemorações devem ser consideradas para além do divertimento, elas devem se traduzir em momentos de aprendizado de conteúdos, valores, normas e comportamentos, pois, são apropriadas pelos sujeitos escolares de diferentes formas. Para alguns diretores, seria um bom momento para dar visibilidade social à escola. Já os professores, além de um trabalho extra, poderiam ainda expor o avanço escolar representado no tratamento da temática. Para o aluno, as comemorações seriam momentos especiais, onde eles se sentiriam representados e pertencentes à escola. Destacamos, assim, a ludicidade que se faz possível nessas comemorações como potencial para o aprendizado em História, conectando a disciplina com expressões culturais vividas por eles.

Todavia, a pesquisa nos mostra que os currículos se distanciam das comemorações, como demonstrado nas entrevistas dos professores de História. Verificamos que o apego à cronologia e à forma oficial de dispor os conteúdos na sala de aula acarretam dificuldades de trabalhar currículos locais e regionais, relacionando-os às comemorações que compõem o calendário escolar. Entendemos que seria essencial reflexões acerca das comemorações no planejamento da escola, assim, ao longo do ano letivo seria possível perceber uma interação dos eventos festivos com o currículo ensinado em sala de aula. Pensando na disposição de conteúdos relacionados às comemorações no planejamento, os professores poderiam, de antemão, produzir propostas para o trabalho de um currículo regional em seus planejamentos específicos, com isso, contribuiriam para a escola ter tempo para apresentação dos projetos comemorativos aos professores, e estes discutirem, até mesmo interdisciplinarmente, as formas de trabalharem os conteúdos no cotidiano da sala de aula.

As reflexões e sugestões que desenvolvemos nessas considerações finais foram traduzidas em uma proposta metodológica de intervenção e contribuição, que resultou em uma proposta de minicurso aos professores do Ensino Básico da cidade de Xinguara, e apresentada à SEMED. A ideia seria apresentar aos professores os resultados da pesquisa e contribuir para o ensino e a aprendizagem em História nas comemorações escolares. Esse foi um dos caminhos que visualizamos para

colaborar para que as comemorações possam ser ainda mais significativas para a realidade do aluno e para sua aprendizagem em História.

Desse modo, apresentamos a proposta de minicurso à Secretaria de Educação do Município no início do mês de maio de 2018. A atividade consistia em diálogos didáticos com professores de História, apresentando nossa pesquisa e seus resultados. A proposta foi aprovada, e a secretaria solicitou que pudessem estar presentes também os gestores das escolas, bem como os professores de Arte, assim atingiriam um público maior. Concordamos com as participações e logo foi preparada pela SEMED a documentação necessária para a realização do minicurso⁶⁷, além de oferecerem apoio para sua organização. O minicurso foi marcado para o dia 16 de maio de 2018, das 13 às 17h, no mesmo dia em que, pela manhã, aconteceria uma formação sobre a nova BNCC.

O minicurso teve início na data prevista, às 13h20, no NAES (Núcleo Avançado de Educação Supletiva) de Xinguara. Estavam presentes 25 pessoas, sendo uma diretora de Ensino da SEMED, nove gestores de escolas do município, seis coordenadores e nove professores, sendo apenas três da disciplina de História. Iniciamos com as apresentações dos participantes. Em seguida, passamos para a explanação da pesquisa, discorrendo, inicialmente, sobre as inquietações de nossa prática docente, que levaram a questionamentos sobre comemorações escolares, nosso objeto de estudo.

Em sequência, apresentamos slides introduzindo brevemente a origem de cada uma das comemorações pesquisadas, como vieram a compor o calendário escolar e como são reinventadas e apropriadas por diversos sujeitos de diferentes formas. Logo, passamos a explicar sobre o acompanhamento realizado nas escolas da cidade, nas reuniões, nas preparações. Discorremos sobre as entrevistas com professores, sobre questionários com alunos, mostrando nos slides algumas das tabelas que continham as respostas, principalmente, sobre o significado das comemorações para eles e também sobre o aprendizado em História envolvido e suas possibilidades.

Timidamente alguns gestores e professores teceram alguns comentários. Tão logo foram mostradas algumas fotografias, tanto do acompanhamento no cotidiano das escolas quanto dos eventos, o clima formal foi quebrado, havendo um pouco mais de descontração. Alguns gestores fizeram ressalvas quanto aos conteúdos

⁶⁷ Foi necessário enviar ofícios às escolas para que fossem justificadas as faltas dos professores que participaram do minicurso, além da preparação do local e do material a ser utilizado.

relacionados às comemorações estarem fazendo parte do cotidiano. Explicamos que nossa pesquisa era direcionada à disciplina de História e que estávamos analisando, naquele momento, a forma com que os alunos se apropriaram das comemorações e do aprendizado que puderam perceber nela. Uma professora da disciplina de Arte pediu a palavra, enalteceu a pesquisa e disse que sempre teve também essas inquietações a respeito do aprendizado em comemorações, concordando e exemplificando como são gastos tempo e material nelas. Acrescentou que atualmente, para que as festas fiquem muito bonitas e organizadas, a escola dispensa os alunos para que os professores e coordenadores façam o trabalho de decoração e toda a preparação. Insistimos na ideia de que as comemorações deveriam ganhar as salas de aula, interagindo e fazendo parte do currículo a ser ensinado.

Alguns coordenadores e gestores alegaram que muitos professores não participam nem concordam com as comemorações, logo, não incluem os conteúdos sobre elas em suas aulas, o que traz dificuldades para haver essa interação entre comemorações e currículo. Os comentários giraram em torno de como poderiam trabalhar os conteúdos relacionados às comemorações em sala de aula em algumas disciplinas.

Dentre as comemorações que explanamos, a Caminhada Cívica provocou mais comentários, pois todas as escolas participam dela todos os anos, inclusive, salientaram que, ao voltar das férias de julho, as escolas se voltam para a preparação do evento, não tendo tempo para outras atividades. Muitos participantes alegaram realmente haver muita possibilidade de aprendizado na Caminhada Cívica, visto que mobiliza todas as escolas e que há um público diverso e numeroso. Muitos concordaram que as escolas deveriam discutir, nas reuniões de planejamento, os conteúdos relacionados a essa comemoração.

Ao apresentarmos a comemoração do Dia da Consciência Negra, inicialmente, não houve muita atenção. Deve ser lembrado que a pesquisa sobre essa comemoração foi realizada numa escola estadual e que nenhum representante das escolas estaduais compareceu ao minicurso, o que tornou a discussão do Dia da Consciência Negra um tanto quanto vaga. Nas escolas municipais essa data não é oficial nos calendários, pois, concomitante a ela é comemorado outro evento

tradicional das escolas municipais, o JOPEX (Jogos Poliesportivos de Xinguara)⁶⁸. Ainda que as escolas municipais não promovam essa comemoração, após a apresentação dos slides houve uma larga discussão a respeito dos conteúdos relacionados à diversidade e regionalidades não estarem presentes na sala de aula. Os participantes destacam a riqueza cultural indígena que há nos arredores da cidade, que não aparece no currículo ensinado, e que, a partir dessa Lei⁶⁹, os professores deveriam falar mais sobre os indígenas e negros, pois esse conteúdo é tratado a partir de povos indígenas distantes da realidade local. Uma professora lembrou que quando propõe projetos na escola sobre o tema, os demais professores não participam muito, dizendo que é o projeto da disciplina tal. A professora defendeu que o projeto deveria ser visto como “da escola” e trabalhado por todos.

Devemos, ainda, destacar que as discussões durante o minicurso ficaram por conta de uma professora de Arte, de um professor de Sociologia, de um professor de Filosofia e alguns coordenadores e gestores. Apenas um professor da disciplina de História participou da discussão, os outros dois professores que estavam presentes não se posicionaram, o que nos chama a atenção para uma certa resistência em relação à pesquisa realizada, ou, até mesmo, resistência à mudança em algumas práticas cotidianas. Devemos registrar, também, que, talvez, eles possam ter se sentido constrangidos em razão do tema discutido estar relacionados diretamente às suas práticas docentes, sendo o silêncio um mecanismo de defesa.

Para finalizar a apresentação e explicitar a problematização de nossa pesquisa, apresentamos um pequeno projeto, também em slides, sobre as possibilidades do trabalho com festas juninas em sala de aula, já que essa é a comemoração mais próxima no calendário escolar de 2018. O projeto indica que o professor deve elaborar breve histórico da comemoração proposta, propor leituras de textos, preparar debates em sala de aula e propor uma pesquisa guiada pela *internet* sobre o tema, além de conversas com pessoas da comunidade escolar sobre memórias da Festa Junina⁷⁰. Explicamos que o projeto não seria como uma receita a ser seguida, apenas um exemplo simplificado de como colocar em prática soluções para preencher as lacunas existentes entre o conteúdo ensinado em sala

⁶⁸ Durante a apresentação do minicurso, tecemos comentários sobre as Leis que permeiam o evento do Dia da Consciência Negra, mas percebemos que há apenas alusões sobre eventos pontuais dessa comemoração.

⁶⁹ Eles se referem à Lei 10.639/03.

⁷⁰ A apresentação desse projeto esta de acordo com um projeto para Festas Juninas em Lacerda (2015).

de aula e as comemorações. Frisamos que a metodologia é aberta, que o professor deve escolher as formas de aplicação de acordo com as turmas que leciona, faixa etária e realidade dos alunos, o projeto seria apenas uma proposição didática.

Os professores gostaram da ideia, fotografaram os slides⁷¹ e salientaram que as proposições didáticas ajudam muito na sala de aula. Abrimos espaço para discussões não contempladas no minicurso e algumas ideias foram discutidas superficialmente. Terminamos o minicurso agradecendo a presença de todos, com a Diretora de Ensino agradecendo nossa iniciativa e convidando os participantes para o lanche.

Acreditamos que o minicurso realizado como proposta metodológica de intervenção se mostrou um terreno muito fértil para o início de um trabalho reflexivo a respeito de planejamento, currículo e comemorações. Entendemos que a presença de gestores, professores e coordenadores na discussão possa gerar nas escolas em que atuam uma forma mais reflexiva de abordar as comemorações futuras nas escolas de Xinguara. Se não houve a participação de todas as escolas da cidade, houve a presença de vários representantes, com a Diretora de Ensino se comprometendo a transmitir a discussão às demais escolas.

Apesar de não haver uma grande participação dos professores de História, as reflexões que propomos podem ser inseridas nos momentos dos planejamentos. Embora houvesse resistência por parte de alguns professores, acreditamos que foi apresentada uma outra possibilidade para as comemorações escolares.

Dessa forma, o minicurso apresentado ao final do trabalho, como forma de intervenção e contribuição, pode ser olhado como um convite feito à comunidade escolar, para que as comemorações possam fazer mais sentido aos alunos que delas participam. Assim sendo, que possamos compreender que além do divertimento, elas propiciam, também, momentos de produção do conhecimento histórico.

⁷¹ Alguns slides se encontram nos apêndices.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: Abreu, Martha e Soihet, Rachel. **Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 83 – 102.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 386p.

ALMEIDA, Jaime de. Festas Juninas – 24 de junho. In: Bittencourt, Circe (Org.). **Dicionário de Datas da História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 141 – 144.

AMARAL, Rita de Cassia de Mello Peixoto. **Festa à Brasileira – Significados do Festejar no País que 'Não é Sério'**. 1998. 380f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

BAÍA COELHO, Wilma de Nazaré; COELHO, Mauro Cezar. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. **Educar em Revista**. nº 47, p. 67 – 84, jan/mar, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1550/155025722006/>> Acesso em: 12 out. 2017.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: Memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903 – 1971). In: VIDAL, Diana (org.) **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas: Mercado de Letras, p. 299 – 321, 2004.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino; PEREIRA, Ana Paula Martins. **Histórias, cultura e sociabilidades**: representações e imagens das festas escolares (Curitiba, 1903 – 1971). In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Uberlândia, 2006. p. 3857 – 3868.

BERGAMASCO, Ceci Mara Spagolla. Festas Comemorativas: A Religiosidade no Calendário Escolar. In: **Anais Do II Encontro Nacional Do Gt História Das Religiões e das Religiosidades**. 2009, Maringá (PR). Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em 15 jan. 2017.

BITTENCOURT, Circe. Propostas curriculares de História: continuidades e transformações. In: BARRETO, Elba Siqueira de Sá (org.). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. São Paulo: Autores Associados/FCC, 1998, p. 127 – 161.

_____. **Dicionário de datas da história do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. 303p.

_____. “As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas”. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 53 – 92.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília. Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 05 abr. 2018.

_____. **Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL; MEC. **Reexame do Parecer CNE/CEB nº 5/2007**. 2007 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pceb007_07.pdf. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. **Ensino Fundamental de Nove Anos: perguntas mais frequentes e respostas da secretaria de educação básica (SEB/MEC)**. [2007?]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf. Acesso em: 12 fev. 2018

CAMPOS, Judas Tadeu de. Festas juninas nas escolas: lições de preconceitos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, nº 99, p. 589 – 606, mai./ago., 2007. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313705015>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CÂNDIDO, Renata Marcilio. **Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **A máquina de festejar: seus usos e configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890 – 1930)**. 2012. 289f. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 2012.

CASTRO, Janio Roque Barros de. Concepções de festa, os sentidos do festejar e as dimensões socioeconômicas, culturais e lúdicas das Festas Juninas. In: **Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano**. EDUFBA, Salvador, 2012. p. 39 – 84.

CERICATO, Jacinta (org). **Datas comemorativas: cívicas e históricas**. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano – 1**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexão sobre um campo de pesquisa. In: **Revista Teoria e Educação**. Porto Alegre: Ufrgs, nº 2, 1990, p. 177 – 229.

CHIANCA, Luciana. Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 10, nº 1, p. 45 – 59, jan./jun., 2007b.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/703/70310106>> Acesso em 15 jun. 2017.

_____. Devoção e diversão: Expressões contemporâneas de festas e santos católicos. **Revista Antropológicas**. v. 18, n. 2, p. 49 – 74. [S.l.]. 2007a. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/viewFile/23701/19357>>. Acesso em 08 jun. 2017.

CÍRIO DE NAZARÉ. **Círio de Nazaré**: A festa da rainha da Amazônia. Disponível em: <http://ciriodenazare.com.br/site/cirio> Acesso em: 12 fev. 2018.

COELHO, Janio Rodrigues. **Entrevista I** Entrevista concedida a Viviane Alice de Oliveira. Xinguara, 20 mar. 2017.

COUTO, Edilece Souza. Devoções, festas e ritos: algumas considerações. **Revista Brasileira de História das Religiões**. v. 1, nº 1, p. 01 – 10, [S.l.], 2008. Disponível em <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26618>> Acesso em: 10 ago. 2017.

DEMO, Pedro. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 104 – 130.

DIAS, Reginaldo. O 7 de setembro em Mandaguaçu (PR): a construção de um novo conceito de Festa da Pátria. **História & Ensino**. Londrina, v. 8, p. 231 – 243, out. 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12499>> Acesso em: 25 set. 2017.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. v. 12, nº 23, p.100 – 122, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141377042007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 out. 2016.

DURÃES, Francisco Batista. **A “pata do boi” e a destruição dos ecossistemas locais**: História social e memória ambiental de moradores de uma região no Sul do Pará. 2014. 163f. Tese (Mestrado) – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, 2014.

_____. **A “pata do boi” e os impactos ambientais na região do Araguaia paraense**. Paco Editorial, Jundiá, 2016.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. As Datas Significativas e o Lugar de Memória na formação docente inicial – Reflexões pertinentes. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, nº 45, p. 128 – 138, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. (org.). **Modos de ver, formas de escrever**: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, nº 67, p. 378 – 388, set./dez., 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 29 out. 2017.

_____. **História oral, comemorações e ética**. Projeto História. Ética e História oral, SP, nº 15, p. 157 – 164, abr.1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente**: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, nº 3, p. 111 – 124, mai./jun., 2000.

FONSECA, Selva Guimarães. O estudo da história local e do cotidiano. In: **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. Cap. 5, p. 113 – 138.

_____. **Didática e prática de ensino de História**: Experiências, reflexões e aprendizado. In. Selva Guimarães – 13^o ed. rev. e ampl. Campinas SP, 2012 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. 52^a ed. São Paulo: Global, 2013. 727p. Edição Comemorativa de 80 anos.

GALLEGO, Rita de Cassia; CÂNDIDO, Renata Marcílio. Uma discussão sobre os sentidos da integração de Feriados, Festas e Comemorações Cívicas no calendário das Escolas Primárias Paulistas (1890-1930). **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 17 – 36, abr./jun., 2015. Disponível em: <<http://submission.scielo.br/index.php/edur/article/view/116799>> Acesso em: 20 ago. 2017.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 27, nº 1, p. 109 – 121, jan./abr., 2011. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/19971/11602>> Acesso em: 20 out. 2017.

Guerreiro, Neuza Luz. **Entrevista II**. Entrevista concedida a Viviane Alice de Oliveira. Xinguara, 11 abr. 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. Independência e Morte. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas SP, 2^a ed. Pontes, 2001. p. 27 – 30.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades – Censo Demográfico**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/xinguara/panorama>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2001.

KRAAY, Hendrik. A Invenção do Sete de setembro, 1822-1831. **Almanack Braziliense**. São Paulo nº 11, p. 52 – 61, mai. 2010. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/alb/article/viewFile/11738/13513>> Acesso em: 15 set. 2017.

LACERDA, Aroldo Dias et al. **Patrimônio Cultural em Oficinas**: Atividades em contextos escolares. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015. 156p.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão (et. al.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LUCENA FILHO, Severino Alves de. O Maior São João do Mundo em Campina Grande – PB: um evento gerador de discursos culturais. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPB**. v. II, nº 1, [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/11695/6721>> Acesso em: 15 ago. 2017.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: Marcos e Representações Simbólicas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, nº 29, p. 173 – 206, 1995. Disponível em: <anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.582> Acesso em: 05 set. 2017.

MAPA DE XINGUARA. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/311820618_Figura-01-Mapa-de-localizacao-do-municipio-de-Xinguara-Para. Acesso em: 25 jan. 2018.

MORAES FILHO, Mello. **Festas e tradições populares do Brasil**. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, p. 123 – 129, 2002. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1061>> Acesso em: 20 ago. 2017.

MORIGI, Valdir Jose. Festa junina: hibridismo cultural. **Caderno de Estudos Sociais**. Recife, v. 18, nº 2, p. 251 – 265. 2002. Disponível em: <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/Festa-Junina-hibridismo-cultural.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Mídia, Identidade Cultural Nordestina: festa junina como expressão. **Intexto**. Porto Alegre, v. 1, nº 12, p. 1 – 13, jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26564>> Acesso em: 12 ago. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. In: _____ (Org.) Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.15 – 20. Disponível em: <portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf> Acesso em: 22 out. 2017.

OLIVEIRA, Liliane Borba. **Entrevista V**. Entrevista concedida a Viviane Alice de Oliveira. Xinguara, 30 nov. 2017.

OLIVEIRA, Marcos Antonio de. 20 de novembro 1995 Dia da Consciência Negra. In: Bittencourt, Circe (Org.). **Dicionário de Datas da História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 271 – 274.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas SP: Pontes, 2001.

PEREIRA, Júnia Sales. Da ruína a aura: Convocações da África no Ensino de História. In: MAGALHÃES, Marcelo et al. (Orgs.). **Ensino de História**: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 187 – 205.

PIRES FILHO, Jalles José. **Entrevista III**. Entrevista concedida a Viviane Alice de Oliveira. Xinguara, 1º jun. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA – PARÁ. **Histórico de Xinguara**. Disponível em: <http://www.xinguara.pa.gov.br/historia-do-municipio-de-xinguara>. Acesso em: 22 jan. 2018.

RAMOS, Dernival Venâncio. Ensaio de rupturas: Professores de História escrevem sobre História da África. In: SILVA, Norma Lúcia da, VIEIRA, Martha Victor (Org.). **Ensino de História e Formação Continuada**: Teorias, Metodologias e Práticas. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2013. p. 81 – 91.

RIBEIRO, Cincinato Conceição. **Entrevista IV**. Entrevista concedida a Viviane Alice de Oliveira. Xinguara, 20 ago. 2017.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2010.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: Uma introdução aos estudos culturais em educação. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 159 – 177.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de história no Brasil: Uma proposta de periodização. **Revista História da Educação – RHE** Porto Alegre v. 16, n. 37, p. 73 – 91, mai./ago. 2012.

SILVA, Claudilene; SANTIAGO, Eliete. Pensamento negro e educação intercultural no Brasil. **Revista Interterritórios**. Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, v. 2, nº 3, p. 78 – 100, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/interterritorios/article/view/8691>> Acesso em: 29 out. 2017.

SILVA, Degenal de Jesus da. Entre Sussurros e Silêncios: as Passeatas Cívicas dos Grupos Escolares sergipanos e a ausência das Festas Republicanas Nas Ruas (1923-1930). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. nº 46.2, p. 206 – 216, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaihgse.org.br/index.php/revista/article/view/470>> Acesso em: 02 jul. 2017.

SILVA, Hermano Ribeiro da. **Nos Sertões do Araguaia**: Narrativas das Expedições às Glebas Bárbaras do Brasil Central. São Paulo: Saraiva, 1949. 280p.

SILVA, Marina Coimbra Casadei Barbosa da. **As festas escolares no Brasil**: uma análise a partir da literatura sobre a temática e à luz da teoria crítica. 90f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 15 – 20. Disponível em: <portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf> Acesso em: 22 out. 2017.

_____. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**. Porto Alegre, v. 30, nº 63, p. 489 – 506, set./dez., 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/848/84806306/>> Acesso em: 20 de outubro de 2017.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: História e conteúdo. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz et al. **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP/MEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 22 – 42. Disponível em: <etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoes_afirmativas.pdf> Acesso em: 15 out. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TONHOLO, Thamiris Bettiol. Datas Comemorativas no Contexto Escolar. **Revista eletrônica pro-docência/UEL**. Edição nº 04, vol. 1, jul./dez., 2013. P. 182 – 193. ISSN 2318-0013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope>>. Acesso em: 15 out. 2016.

VAZ, Aline Choucair. **A escola em tempos de festa**: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937 – 1945). 2006. 130f. Tese (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

FRAGO, Antonio Viñao. Culturas escolares, reformas e innovaciones: entre la tradición y el cambio. **VIII Jornadas Estatales Forum Europeo de Administradores de la Educación**. Murcia, 1996, p. 27 - 29. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/311927919/Vinao-Frago>>. Acesso em: 15 set. 2017.

APÊNDICES

01- ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PROFESSORES DE HISTÓRIA

Tendo como referência as Datas Comemorativas escolares, Festas Juninas, 07 de setembro (desfile da Independência) e o Dia da Consciência Negra:

1. Você nasceu em que cidade:
2. Em qual universidade você fez a graduação em História (ou outra)? Em que ano iniciou e terminou o curso?
3. Quais as tendências historiográficas mais te influenciou (marxismo, história cultural, história social inglesa, outras)?
4. As disciplinas específicas de História, na graduação, indicavam como ensinar os conteúdos ministrados em escolas de educação básica?
5. As práticas de ensino ficavam sob a responsabilidade de quais disciplinas?
6. Você se envolve diretamente nas comemorações?
7. Como você envolve seus alunos?
8. Em quais comemorações vocês se envolvem?
9. Quais atividades são desenvolvidas nas aulas de História em relação à essas comemorações?
10. Qual é a sua compreensão de Comemoração enquanto componente do Ensino de História?
11. As atividades desenvolvidas contemplam essa compreensão?
12. Os alunos se envolvem nessa perspectiva? Por quê? Como?
13. Como acontece realmente?
14. As aulas têm um tempo destinado ao conteúdo a ser desenvolvido na comemoração?
15. O conteúdo já é programado para atender as devidas comemorações nas respectivas datas?
16. Como são debatidas tais comemorações historicamente? Com professores da área? Com direção? Com alunos?
17. Você atribui à comemoração um aprendizado histórico significativo?
18. Se não, você vê nas comemorações possibilidades para esse aprendizado?

02 – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIOS FEITOS AOS ALUNOS:

a) AS QUESTÕES A SEREM RESPONDIDAS SE RELACIONAM ÀS FESTAS JUNINAS OCORRIDAS EM 10 DE JUNHO DE 2017.

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Você participa diretamente na organização da Festa junina? De que forma?
4. Se sim, qual a motivação para participar dela?
5. O que você aprende em História tem relação com a Festa junina que participou?
6. A Festa junina tem significado para a sua vida entre seus amigos, parentes e demais pessoas da cidade?
7. Na Festa junina aparece o que você aprende em História?
8. O que essa comemoração representa para você?
9. A escola permite a você escolher a festa que deseja organizar?
10. Se não, por quê?
11. Nas festas juninas dos anos anteriores você conseguiu aprender alguma coisa sobre História?
12. Em sua opinião é possível aprender História na Festa junina? Como?

Ao utilizar suas respostas na pesquisa, usaremos um nome fictício para se referir a você, para te preservar.

b) AS QUESTÕES A SEREM RESPONDIDAS SE RELACIONAM À CAMINHADA CÍVICA OCORRIDA EM 07 DE SETEMBRO DE 2017.

- 1) Nome: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Você se envolve nas comemorações ocorridas na escola? De que forma?
- 4) Que motivos te leva a participar das comemorações?
- 5) Nas comemorações que participa há alguma relação com o que você aprende na disciplina História? Dê um exemplo.
- 6) Comente se as comemorações que acontecem na escola têm alguma relação com o seu dia a dia?
- 7) Você se sente representado que aparece na História da Caminha Cívica? Como?
- 8) O que essa comemoração significa para você?

- 9) Quando acontece uma comemoração sua turma é chamada para dar opinião sobre a melhor maneira de organizá-la? Como sua turma participa dessa organização?
- 10) Você questiona a necessidade de realização da comemoração? Como?
- 11) O que você mais aprendeu de História nas comemorações que já participou?
- 12) Em sua opinião é possível aprender História na Caminhada Cívica?
- 13) Gostaria de escrever alguma coisa sobre o tema comemorações e que não está nesse questionário. Sinta-se à vontade para fazer isso aqui.

03 - MODELOS DE TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDOS.

MODELO 01 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: A HISTÓRIA QUE SE ENSINA E SE APRENDE NAS COMEMORAÇÕES ESCOLARES EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM XINGUARA-PA: FESTA JUNINA, DIA DA INDEPENDÊNCIA E DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

Pesquisador: Viviane Alice de Oliveira

Instituição: Universidade Federal do Tocantins - UFT

Telefones para contato: (94) 99249-2536 (UFT) / (99) 982347816

Nome

do

voluntário:

R.G:

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: A HISTÓRIA QUE SE ENSINA E SE APRENDE NAS COMEMORAÇÕES ESCOLARES EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM XINGUARA-PA: FESTA JUNINA, DIA DA INDEPENDÊNCIA E DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, de responsabilidade do pesquisador Professor Orientador **Dr. Vasni de Almeida** e da orientanda de Mestrado **Viviane Alice de Oliveira**.

O que nos leva a estudar as Comemorações no ensino de História é propor um diálogo entre a História e o ensino, já que a História é uma disciplina pertencente ao contexto do ensino escolar. Pretende-se, portanto, não corrigir falhas, mas, apontar subsídios que venham a servir de debates sobre o ensino de História e suas implicações no ambiente escolar. De modo específico nosso objetivo é verificar quanto ao aprendizado de História contido nas comemorações e como são trabalhados com os alunos nesses eventos como forma de promover um ensino mais dinâmico e motivador, para os alunos da disciplina de História na cidade de Xinguara.

O procedimento para coleta de dados ocorrerá por meio de aplicação de questionários para identificar o aprendizado histórico que os participantes da pesquisa alcançaram frente à comemoração em si e ao evento.

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Nós trataremos a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, inclusive utilizando nome fictício no lugar de seu nome real. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO (a) PARTICIPANTE:

Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. Em caso de dúvidas, poderei chamar a estudante **Viviane Alice de Oliveira** e/ou a professor orientador **Dr. Vasni de Almeida** no telefone (94) 99249-25-36. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome do

Participante: _____

Data e Assinatura do Participante: ___/___/2017.
_____.

MODELO 02 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: A HISTÓRIA QUE SE ENSINA E SE APRENDE NAS COMEMORAÇÕES ESCOLARES EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM XINGUARA-PA: FESTA JUNINA, DIA DA INDEPENDÊNCIA E DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

Pesquisador: Viviane Alice de Oliveira

Instituição: Universidade Federal do Tocantins - UFT

Telefones para contato: (94) 99249-2536 (UFT) / (99) 982347816

Nome do voluntário: _____

R.G: _____

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: A HISTÓRIA QUE SE ENSINA E SE APRENDE NAS COMEMORAÇÕES ESCOLARES EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM XINGUARA-PA: FESTA JUNINA, DIA DA INDEPENDÊNCIA E DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, de responsabilidade do pesquisador Professor Orientador **Dr. Vasni de Almeida** e da orientanda de Mestrado **Viviane Alice de Oliveira**.

O motivo que nos leva a estudar as Comemorações no ensino de História é a intenção de propor um diálogo entre a História e o ensino, já que a História é uma disciplina pertencente ao contexto do ensino escolar, pretende-se, portanto, não corrigir falhas, mas, apontar subsídios que venham a servir de debates sobre o ensino de História e suas implicações no ambiente escolar. De modo específico nosso objetivo é verificar quanto ao aprendizado de História contido nas comemorações e como são trabalhados com os alunos nesses eventos como forma de promover um ensino mais dinâmico e motivador, para os alunos da disciplina de História na cidade de Xinguara.

O procedimento para coleta de dados dar-se-á por meio de entrevista com os professores de História, também através da observação participante, seguido pela

aplicação de questionários para identificar o aprendizado histórico que os participantes da pesquisa alcançaram frente à comemoração em si e ao evento.

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Nós trataremos a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO (a) PARTICIPANTE:

Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar

Em caso de dúvidas, poderei chamar a estudante **Viviane Alice de Oliveira** e/ou a professor orientador **Dr. Vasni de Almeida** no telefone (94) 99249-25-36. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome do

Participante: _____

Data e Assinatura do Participante: ___/___/2017.

ANEXOS



Placa que fica na entrada da cidade de Xinguara, sentido Redenção/Xinguara.
Fotografia tirada pela pesquisadora em 21 de janeiro de 2018.

Fotografias tiradas pela pesquisadora Festa Junina da EMEF Henrique Francisco Ramos.



Imagem de São João no alto do salão onde serão dançadas as quadrilhas.



Imagem do salão onde ocorreram as danças de quadrilhas.



Apresentação da quadrilha de salão, referente à nota de rodapé na página 35.

Fotografias da Caminhada Cívica em Xingura



Imagem da concentração para o início da Caminhada Cívica.



Imagem da escola que representou o Festival do Boi de Parintins.



Imagem da escola que representou o Carnaval Pernambucano com os bonecos de Olinda.

Fotografias do Dia da Consciência Negra na EEEM Dom Luiz de Moura Palha.



Imagem do desfile da beleza negra.



Imagem de um desenho feito na lousa de uma das salas de apresentação.

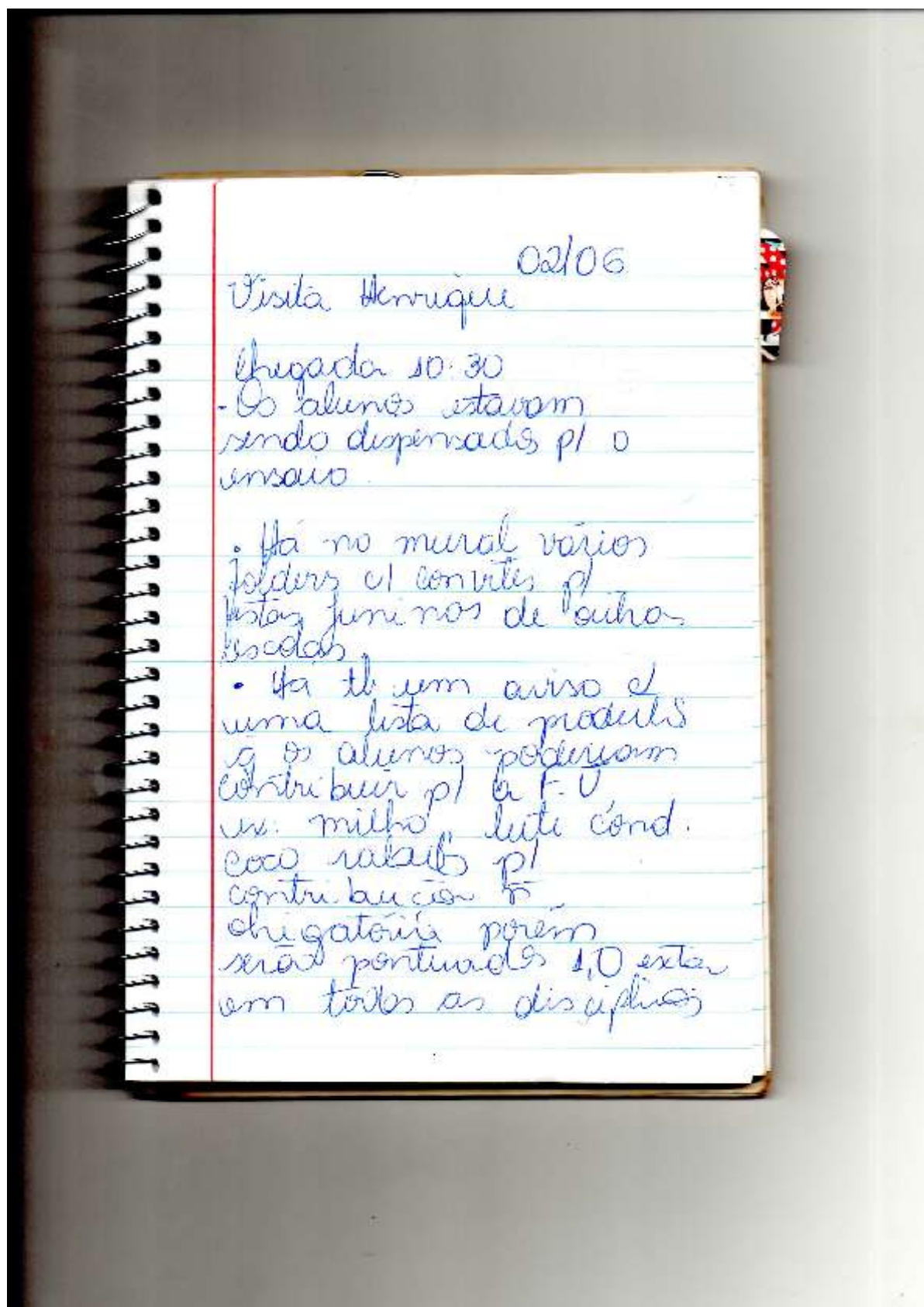


Imagens do mural de personalidades negras.



Imagem da barraca montada no pátio com produtos produzidos a partir da cana-de-açúcar.

Imagens do caderno de campo.



* idade
- término 11.20

Chicago - ~~prof~~ - professor

Art. Mancos - Mat / Ed. F.
+ Educação

Alunos de todas as
idades

. Qualquer aluno
podendo dançar

. 12 a 18+ =

- sorriso pontuado
- alegria / animação

. danças típicas de
casais (apito)

trabalho
música (ferrão)

os ensaios ocorrem
na quadra e até

o pátio da escola

- alguns alunos
apenas assistem

IMAGENS DE ALGUNS SLIDES APRESENTADOS NO MINICURSO.

MINICURSO MINISTRADO AOS PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO EM XINGUARA -PA

CELEBRAÇÕES ESCOLARES
COMO COMPONENTE DO
APRENDIZADO HISTÓRICO

A HISTÓRIA QUE SE ENSINA E SE APRENDE NAS
CELEBRAÇÕES ESCOLARES EM ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO BÁSICA EM XINGUARA-PA: FESTA JUNINA,
DIA DA INDEPENDÊNCIA E DIA DA CONSCIÊNCIA
NEGRA.

Pesquisa realizada para conclusão do Mestrado em Ensino
de História na UFT - núcleo Araguaína

- Mestranda: Viviane Alice de Oliveira
- Orientador: prof. Dr. Vasni de Almeida

-
- A **motivação** para fazer tal pesquisa teve origem em minha prática docente realizando projetos (Consciência Negra). Percebia uma grande desdobramento de toda a escola para as comemorações mas pouca preocupação com aprendizagem.

- ProfHistória

-
- Nossa proposta foi a de evidenciar as comemorações em escolas de Ensino Básico e seu caráter pedagógico, partindo da ideia de que nessas comemorações há mais do que momentos de alegria e descontração, elas são eivadas de momentos privilegiados para aprendizagem de conteúdos e conhecimentos históricos.

- Nossa intenção foi perceber se há relações entre as **comemorações e o currículo** ensinado em sala de aula e qual é o conhecimento histórico assimilado pelos alunos em relação a essas comemorações.
- Na trilha de Marieta de Moraes Ferreira (1997, p. 158), entendemos que as “comemorações ocupam um lugar central no universo político contemporâneo [...] Tanto quanto podem revelar ou tentar apagar tensões e conflitos”.

Proposta de atividade em sala de aula com a FESTA JUNINA:

- Essa atividade implica em uma pesquisa inicialmente feita pela internet, depois com entrevistas com pessoas da escola e fora dela como família e amigos, e coleta de fontes em outros ambientes, como fotografias de Festas Juninas antigas e objetos que a representam.
- Será necessário trabalhar com os alunos um breve histórico das Festas Juninas na antiguidade, período medieval e sua prática no Brasil.
- Em um debate, suscitar lembranças dos próprios alunos quanto a essa festividade.

- Nosso **objetivo** é compreender as Festas Juninas como práticas culturais que perduram através do tempo e a forma com que os alunos se apropriam dela.
- Introduzir a temática com a leitura de um texto em sala de aula, escolhido pelo professor de acordo com a faixa etária de seus alunos;
- Em seguida apresentar questões e pontos relevantes, como a origem, os sentidos dessa festa, regiões do Brasil onde são mais comuns, alimentos típicos etc.
- -----
- Pedir aos alunos que pesquisem na internet sobre as questões levantadas, é importante orientá-los fornecendo alguns sites eletrônicos;
- Constituir grupos com temas específicos sobre a Festa Junina;
- Sugerir que os alunos colham experiências relatadas com a própria comunidade escolar, inclusive seus colegas;

Avaliação

- As pesquisas podem ser expostas para a escola em geral;
- Podem ser expostas apenas para a própria turma;
- As primeiras impressões verbalizadas no debate inicial podem ser suscitadas novamente pelo professor(a) para avaliarem os resultados e a aprendizagem adquirida.